

UFPE

Março de 2025

VOZES DA LAMA

Avaliação participativa aplicada no desenho urbano da ZEIS Pina/Encanta Moça

Letícia Maria Gomes da Silva

Orientadora: Renata Caldas

UFPE

Março de 2025

Letícia Maria Gomes da Silva

VOZES DA LAMA

Avaliação participativa aplicada no desenho urbano da ZEIS Pina/Encanta Moça

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Renata Maria Vieira Caldas

Silva, Letícia Maria Gomes da.

Vozes da Lama: Avaliação participativa aplicada no desenho urbano da ZEIS Pina/Encanta Moça / Letícia Maria Gomes da Silva. - Recife, 2025.

142 : il., tab.

Orientador(a): Renata Maria Vieira Caldas

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Diagnóstico Urbano. 2. Participação Popular. 3. Resiliência Urbana. 4. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). 5. Urbanismo Social. I. Caldas, Renata Maria Vieira. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

| Agradecimentos

Nas últimas semanas antes da entrega deste trabalho li uma frase, de autor desconhecido, que foi escrita numa dedicatória de um livro e dizia: *“ponha capricho no dever, ponha alma nas coisas, ponha coração na vida.”*

Nesse momento que marca a conclusão da graduação, agradeço a todos que compartilharam comigo os aprendizados que foram essenciais, não somente para que essa pesquisa existisse, como também para a construção da minha visão do que é a arquitetura (e o urbanismo).

À minha orientadora, Renata, agradeço por me mostrar que o caminho não é linear e que são os acasos que tornam ele mais significativo. *(e por fazer isso com tanto afeto)*

Aos amigos que fiz no *Arquitetura Faz Bem*, pela oportunidade de aprender com profissionais tão competentes e pessoas tão sensíveis, esse trabalho carrega um pouco de cada um de vocês, assim como eu.

Às pessoas do Pina, que conheci durante o processo e que depositaram na nossa equipe a confiança para compartilharem suas histórias, muito obrigada, esses relatos são o coração do trabalho.

Aos meus amigos que estiveram presentes enquanto eu e essa pesquisa nos tornávamos 100 coisas diferentes, até sermos o que somos hoje, obrigada pelo carinho (e paciência) com cada uma delas.

E aos meus pais, Claudia e Wanderley, que por muito acreditarem em mim, me ensinaram desde sempre a por capricho no dever, alma nas coisas e coração na vida.

Resumo

O crescimento acelerado da população brasileira nos últimos 150 anos impactou diretamente a formação das cidades, resultando na consolidação de assentamentos marcados por desigualdades socioespaciais. A urbanização fragmentada ampliou as disparidades no acesso à infraestrutura e aos serviços básicos, especialmente para populações de baixa renda. Nesse contexto, discutir a qualidade de vida nas áreas mais vulneráveis das cidades torna-se essencial, visto que 4 a cada 5 brasileiros vivem em áreas urbanas (ONU-Habitat, 2022).

Compreendendo este cenário, é evidente a necessidade de promover um planejamento territorial pautado nos conceitos de resiliência urbana e inclusão social, bem como situar o papel dos arquitetos e urbanistas nesta prática. Desse modo, as discussões acerca da participação popular no planejamento e desenho urbano ganham destaque por se apresentarem como um caminho para a construção de cidades mais justas. A partir desta perspectiva, a metodologia de “Avaliação Participativa” é trazida, nesta pesquisa, através de um estudo de caso aplicado na ZEIS Pina/Encanta Moça (Recife-PE), para compreender as dinâmicas do território, sob a perspectiva da sua população.

Por meio desta experiência, foi possível realizar um diagnóstico territorial que integrou as análises físicas do território, obtidas por meio de visitas de campo e pesquisas secundárias, às dinâmicas e necessidades dos seus principais atores sociais. Estas, compreendidas por meio de um processo participativo e de um diálogo com organizações comunitárias, produziram uma camada densa de informações e tornaram possível traçar diretrizes que se aproximam dos interesses coletivos. Assim, o presente trabalho ressalta, por meio das contribuições obtidas, a importância de uma abordagem transdisciplinar na formulação de políticas urbanas.

Palavras-chave: *desenho urbano, desigualdade social, cidades resilientes, participação popular, ZEIS Pina/Encanta Moça.*

| Abstract

The accelerated growth of Brazil's population over the past 150 years has directly influenced urban development, leading to the consolidation of settlements marked by spatial and social inequalities. Fragmented urbanization has widened disparities in access to infrastructure and basic services, especially for low-income populations. In this context, discussing the quality of life in the most vulnerable urban areas becomes essential, considering that 4 out of 5 Brazilians live in urban areas (UN-Habitat, 2022).

Given this scenario, it is clear that there is a need to promote territorial planning based on the concepts of urban resilience and social inclusion, as well as to highlight the role of architects and urban planners in this practice. In this light, discussions on public participation in urban planning and design gain relevance, as they represent a path toward building fairer cities. From this perspective, this research adopts the "Participatory Assessment" methodology through a case study conducted in the ZEIS Pina/Encanta Moça (Recife-PE) to understand the dynamics of the territory from the perspective of its inhabitants.

Through this experience, it was possible to develop a territorial diagnosis that integrated physical analyses of the area — obtained through field visits and secondary research — with the dynamics and needs of its main social actors. These insights, gathered through a participatory process and dialogue with community organizations, produced a dense layer of information and made it possible to outline guidelines aligned with collective interests. Thus, the present study highlights, through its findings, the importance of a transdisciplinary approach in the formulation of urban policies.

Keywords: *urban design, public participation, ZEIS Pina/Encanta Moça, resilient cities, social disparities.*

Lista de Figuras

Fig. 01 Travessias degradadas na comunidade do Bode.	17	Fig. 20 Praça Encanta Moça.	81
Fig. 02 COHAB Encanta Moça I e II.	23	Fig. 21 Rua São Luís.	82
Fig. 03 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.	31	Fig. 22 Rua Eurico Vitrúvio.	82
Fig. 04 Incêndio nas Palaftas na bacia do Pina.	33	Fig. 23 Rua Quixadá (Beco do Cantilho).	82
Fig. 05 Ação para mitigar um ponto crítico de lixo no Bode.	36	Fig. 24 Vila Teimosa.	82
Fig. 06 Manifestações pela reforma urbana.	39	Fig. 25 Sítio dos Pescadores.	83
Fig. 07 Escuta Pública-RPA 6.	43	Fig. 26 Margens do Rio Pina.	83
Fig. 08 Oficina participativa conduzida por pesquisadores.	52	Fig. 27 COHAB Encanta Moça I e II.	83
Fig. 09 Porto de Pernambuco e cidade do Recife, na primeira metade do 17º século (1876)	61	Fig. 28 Casas no Sítio dos Pescadores.	84
Fig. 10 Av. Herculano Bandeira e Igreja Nossa Senhora do Rosário na década de 1930.	63	Fig. 29 Crianças brincando na quadra da Livroteca.	103
Fig. 11 Casa tradicional do bairro do Pina, feita de madeira naval e telha inglesa.	63	Fig. 30 Grafite nos muros das casas.	105
Fig. 12 Festival Noite do Dendê.	63	Fig. 31 Árvore no canteiro da Tv. José Leite.	107
Fig. 13 Palaftas na margem do Rio Pina.	65	Fig. 32 Exposição de obras de crianças do PROCRIU 01.	109
Fig. 14 Casas na beira da maré.	67	Fig. 33 Exposição de obras de crianças do PROCRIU 02.	111
Fig. 15 Parque Infantil do COHAB Via Mangue II.	74	Fig. 34 “Beco do S”.	114
Fig. 16 Palaftas demolidas nas margens do Rio Pina.	77	Fig. 35 Crianças voltando da escola pelo “Beco do Cantilho”.	118
Fig. 17 Rua Vila Teimosa.	79	Fig. 36 Tv. Melqui Ribeiro Romã, conhecida como “Beco do Balinha”.	131
Fig. 18 Praça - Travessa do Normando.	81	Fig. 37 Rua Quixadá sentido Encanta Moça.	135
Fig. 19 Praça - Largo do Encanta Moça.	81		

Lista de Quadros

Quadro 01 Resumo das visitas de campo	81–83
Quadro 02 Encontros com Organizações Sociais Locais	97
Quadro 03 Síntese dos encontros com Organizações Sociais Locais	99
Quadro 04 Síntese das Oficinas Participativas	102

Lista de Mapas

Mapa 01 Localização da área de estudo	53
Mapa 02 Comunidades da ZEIS Pina/Encanta Moça	53
Mapa 03 Zoneamento do bairro do Pina	69–70
Mapa 04 Visitas de campo	80
Mapa 05 Equipamentos	85–86
Mapa 06 Mobilidade Urbana	88
Mapa 07 Recursos Naturais: transformações e riscos	89–90
Mapa 08 Organizações sociais locais	98
Mapa 09 Síntese do diagnóstico	119–120
Mapa 10 Diretriz 01: Reforçar os vínculos espaciais	123–124
Mapa 11 Diretriz 02: Fortalecer as identidades locais	125–126
Mapa 12 Diretriz 03: Estimular a resiliência urbana	127–128
Mapa 13 Síntese das diretrizes	129–130

| Sumário

Introdução	11
Capítulo 01 A moradia social nas cidades brasileiras: fragilidades e contradições.	14
1.1 Urbanização e desigualdade social no território brasileiro	15
1.2 Compreensão histórica da provisão de moradia social no Brasil	18
Capítulo 02 Uma nova agenda urbana	28
2.1 Novos paradigmas para a construção das cidades	30
2.2 Caminhos para a resiliência urbana nas favelas	33
Capítulo 03 A participação cidadã na construção de territórios resilientes	38
3.1 Democracia participativa e gestão territorial	39
3.2 O papel do arquiteto no desenho urbano participativo	46
3.3 Estudo de Caso: o programa MUDA Pina	53
Capítulo 04 Conhecendo a ZEIS Pina/Encanta Moça	60
4.1 Cidade anfíbia, território pesqueiro	62
4.2 Dinâmicas sociais e parâmetros urbanísticos	68
4.3 Reconhecimento espacial	78
4.4 Conclusões	91
Capítulo 05 Participação popular: Horizontes e perspectivas	94
5.1 Métodos e estratégias utilizadas	96
5.2 Encontros com Organizações Sociais Locais	97
5.3 Resultados das oficinas participativas: Mapa de empatia	101
Capítulo 06 Vozes da lama: Diagnóstico e Diretrizes	116
6.1 Síntese do Diagnóstico Urbano	117
6.2 Diretrizes para o território	121
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas	136

Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruindo as suas veias. O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Como devolver o ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.

Manifesto "Caranguejos com Cérebro" (1992)

por Fred Zero Quatro.

| Introdução

Situada no bairro do Pina (Recife-PE), berço da maior reserva de mangue em área urbana da América, a Livroteca Brincante criou em 2020 a rádio comunitária “A Voz da Lama”, como uma resposta ao isolamento provocado pela pandemia de COVID-19 aos moradores da ZEIS Pina/Encanta Moça. De forma semelhante, para reaproximar as crianças e adolescentes das atividades educativas, o PROCRIU (Projeto Criança Urgente), iniciou a produção da segunda edição do livro “*Minha Vida na Comunidade*” (2022), que dá voz aos relatos destas crianças e adolescentes sobre a sua rotina no período de distanciamento social.

Considerando que o Recife é uma das capitais mais desiguais do país e comunidades como as presentes no Pina são, diariamente, as mais afetadas pelos efeitos dessa desigualdade, em períodos de crise, os problemas atingem essas áreas com ainda mais intensidade. No entanto, indo de encontro ao que se espera ao analisarmos esse cenário, Jaime Lerner em sua “*Acupuntura Urbana*” (2011) nos diz que “*a cidade não é problema, a cidade é solução*”. Sob essa ótica, iniciativas como as citadas anteriormente representam o que existe de mais valioso nas cidades: as pessoas, suas histórias e a capacidade de modificar a realidade em que vivem. Desse modo, pensar as cidades se coloca como um desafio necessariamente coletivo e, dar voz a diferentes perspectivas torna possível a construção de uma realidade com a qual podemos nos identificar, ser e fazer parte.

Por conta disso, o presente trabalho busca compreender o cenário de desigualdades presentes nas cidades brasileiras, que alternativas temos para um desenho urbano mais conectado com as necessidades das pessoas e como, enquanto arquitetos e urbanistas, podemos visualizar esse processo como uma construção cada vez mais coletiva. Com o olhar direcionado para a ZEIS Pina/Encanta Moça, o estudo apresenta uma avaliação participativa do território, metodologia que envolve as comunidades no ato de “*pensar a cidade*”, para que se possa, não somente obter um projeto mais coerente para a população, como também caminhar na direção do fortalecimento de uma consciência cidadã, com a qual se pode “*injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.*”



“Quando criança, foi jogado num caminhão se mudou a pulso pois a classe média precisava construir seus arranha-céus”

MIRÓ, 2010

01

| A moradia social nas cidades
brasileiras: fragilidades e contradições

1.1 Urbanização e desigualdade social no território brasileiro

O território, sendo cada vez mais compreendido enquanto um organismo vivo com diversas dimensões articuladas, é, mais do que uma configuração espacial, o palco e o protagonista das relações sociais de um povo. Partindo desse princípio, ao tentar defini-lo, existe uma “interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, SILVEIRA, 2001). Nessa ótica, as análises que têm como foco o território urbano, colocam no centro do debate sobre as cidades os aspectos socioeconômicos e a sua espacialização, conectando-os num ciclo de causa e efeito.

Neste ciclo, a urbanização pode ser caracterizada como um fenômeno que se desdobra, historicamente, no processo de formação e crescimento das cidades, estimulado inicialmente pela crescente industrialização. Considerando que nos últimos 150 anos a população brasileira cresceu mais de 20 vezes (ANDRADE; CASTRO, 2023), a evolução demográfica resultou na formação de assentamentos de maior densidade e, posteriormente, na formação das cidades num ritmo acelerado. Nessa conjuntura, apesar da maior oferta de postos de trabalho nas cidades, em comparação com o campo, a urbanização também apresentou novos desafios.

Ao ocorrer de forma fragmentada, partes do território urbano sentiram um impacto significativo com o aumento populacional e não foram capazes de oferecer infraestrutura de qualidade à população, especialmente a de mais baixa renda, criando zonas fragilizadas pela carência de serviços básicos. Na obra “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI”, Milton Santos e Maria Laura Silveira apresentam esse processo realizando uma reflexão, que mostra como as cidades, em seu dinamismo, aglutinam uma série de problemas sociais que interagem em diversos níveis.¹

[1] As grandes cidades são propícias a receber e a acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação (não propriamente empregos). Mas as grandes cidades também criam gente pobre [...] a depressão do mercado de trabalho e dos salários projetam-se no empobrecimento das respectivas municipalidades. Esse problema, aliás, é agravado com o crescente desmantelamento do estado de bem-estar, o que contribui para um empobrecimento ainda maior da população. (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 297.)

Na sua etimologia, a palavra “vulnerabilidade” indica uma suscetibilidade, por parte de algo ou alguém, a sofrer algum dano ou prejuízo. Nesse contexto, ao tratarmos da vulnerabilidade sob a ótica das ciências sociais, especialmente o indivíduo vulnerável, trata-se de alguém que está mais suscetível a sofrer danos por conta de “desvantagens para a mobilidade social” (CARMO; GUIZARDI, 2018), de modo que sua condição é mutável através da criação de circunstâncias que possam equilibrar as fragilidades causadas pela desigualdade, condições estas que aparecem normalmente na figura de políticas públicas que fortaleçam o estado de bem-estar.

De acordo com o estudo “Pobreza na infância e na Adolescência”, realizado em 2018 pela UNICEF, no território brasileiro 3 a cada 5 crianças e adolescentes vivem na pobreza. Considerando as inúmeras privações as quais estão submetidas em decorrência disso, elas fazem parte de uma grande parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade. Nessa ótica, vemos que a discussão em torno da desigualdade social no país, ainda é um tema persistente e de difícil enfrentamento, tendo em vista que: o ciclo de pobreza geracional faz com que sejam necessárias, em média, 9 gerações para que uma criança nascida em uma família de baixa renda possa alcançar a renda média do país (OECD, 2018).

Portanto, discutir a qualidade de vida nos territórios mais vulneráveis das cidades é imprescindível, especialmente considerando que a população mundial será 68% urbana até 2050 e, no Brasil, esse percentual supera a marca de 85%, ou seja, 4 a cada 5 brasileiros (ONU-Habitat, 2022).

Realizando uma breve observação do “estado de bem-estar” nesses territórios, é possível identificar que a desigualdade social impacta profundamente a população em diversos aspectos, como na carência de saneamento básico adequado, por exemplo. Este cenário faz com que 33 milhões de pessoas não tenham acesso à água potável no país (PEDUZZI, 2024) e, em consequência disso, 7 pessoas morrem por dia com doenças de veiculação hídrica (Instituto Trata Brasil, 2021).

Na discussão sobre a vulnerabilidade social em áreas urbanas, a questão da moradia social apresenta grande relevância, visto que, existe um déficit de 5,8 milhões de moradias no país (Fundação João Pinheiro, 2019) e, aliado a isso, 1 a cada mil brasileiros está em situação de rua (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023). Compreendendo que o déficit presente na falta de moradias (e na sua inadequação) intensifica as vulnerabilidades da população em situação de pobreza, este cenário traz para a questão da moradia social um caráter de urgência. Mas, nesta discussão, para além da quantidade de habitações, é necessário que haja uma reflexão sobre o que as qualifica enquanto moradias adequadas ao seu contexto e os impactos que a sua implementação causa nas cidades.



Figura 01: Travessias degradadas na comunidade do Bode. Fonte: Antonio Neto, 2024.

1.2 Compreensão histórica da provisão de moradia social no Brasil

A produção do espaço urbano passa por uma série de atores, de modo que se reconhece que “a cidade é por excelência o lugar de reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2013). Para realizar uma breve análise dessa produção, com o objetivo de identificar a sua relação com a provisão de moradia, é necessário levar em consideração que diversos capitais, como o imobiliário e o industrial, possuem interesses específicos que, ao longo dos anos, vêm influenciando em diversos aspectos a formação das cidades.

Historicamente, é possível observar esse fenômeno através da instalação de fábricas, por exemplo, que influenciam de tal modo o desenho urbano que deram origem a zonas inteiras nas quais a localização de residências, comércios e serviços, foram pensadas em benefício da operação industrial, transformando essas áreas em algo similar a grandes alojamentos. O capital imobiliário, por sua vez, tece uma influência sobre a valorização do preço da terra, na qual os processos de valorização e especulação de imóveis determinam o desenho urbano de acordo com a maximização dos lucros das companhias, reforçando processos de gentrificação e a desigualdade socioespacial.

Nessa conjuntura, compreender o papel das políticas públicas de habitação, especialmente aquelas destinadas ao que se compreende por “interesse social” por terem como público alvo a população mais vulnerável, passa por dois olhares: o que essa moradia representou ao longo das décadas, sob a ótica dos interesses da gestão pública e de outros atores com grande poder de influência na cidade; e que tipo de impacto se têm causado com o modelo atual de produção da arquitetura e urbanismo em áreas de vulnerabilidade social.

De modo geral, é possível perceber que a habitação é uma questão que contempla necessidades observadas “da porta para dentro” e também “da porta para fora”, que se relacionam quase que de modo indissociável. Por conta disso, a discussão sobre a provisão de uma moradia tida como digna precisa passar também pela qualidade das infraestruturas urbanas que a cercam, visto que o morar não é uma experiência vivida apenas dentro de casa, afinal, “as pessoas vivem na cidade” (MARICATO, 2013). No entanto, o que se percebe a partir da produção da moradia de interesse social, através de uma análise histórica, é um ritmo descompassado entre a oferta de novas habitações e a de condições mínimas de também habitar a cidade, revelando uma série de contradições e fragilidades que se sobrepõem em diferentes períodos históricos.

Portanto, ao se mapear a provisão de moradia social, é possível realizar uma análise em camadas, que se complementam em suas funções e significados. Entre algumas dessas camadas, num recorte do Brasil do final do século XIX, até o início do século XXI, pode-se destacar as seguintes: Mercadoria, Mecanismo de controle social e Produto.

[2] “Enquanto as senzalas diminuían de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos e de palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas das cidades”. - Freyre (1951)

Mercadoria

Com a criação da Lei de Terras (1850), houve uma transição nos marcadores econômicos de poder, transferindo para a terra um papel mais significativo de mercadoria por meio da regularização fundiária. Nesse contexto, a ilegalidade na ocupação de novas terras ocasionou o surgimento de toda uma geração de trabalhadores rurais sem terra (SAN MARTIN, 2022). Em uma breve reflexão sobre os significados dessa transição, é possível observar que desde então cada vez mais a terra, e conseqüentemente a moradia, são compreendidas como bens de consumo, atrelando a sua posse ao acúmulo de riquezas.

O crescente êxodo rural provocado pelo número cada vez maior de escravizados e imigrantes buscando trabalho nas cidades, somado à falta de políticas de inserção dessa população no mercado de trabalho, culminou na expansão de assentamentos informais em áreas precárias próximas aos centros urbanos, como alagados, encostas e morros. O que hoje se compreende por “favela” é o resultado de uma série de políticas de “mercantilização” da moradia (ROLNIK, 2015), somadas à isenção da responsabilidade estatal na provisão de habitações. Na figura de tipos como os cortiços e mocambos² (especialmente até o final da década de 1920), percebe-se que a lacuna deixada pelo poder público foi assumida pelo mercado de aluguéis, mas sem contemplar a maior parte da população, que era de mais baixa renda. Sem condições de arcar com o valor dos aluguéis, esta camada da população recorria à autoconstrução, que, por sua vez, não atendia aos critérios mínimos de salubridade (DOS SANTOS, 2014).

Portanto, numa reflexão sobre a moradia enquanto “mercadoria”, percebe-se que a não provisão de habitação para a população de mais baixa renda, em virtude de processos de mercantilização da terra, influenciam (até os dias atuais) a formação de assentamentos precários nas cidades. Na obra “Guerra dos Lugares”, Raquel Rolnik (2015) aponta que ao transformar a terra em um ativo “cujo valor é a expectativa de gerar mais-valor no futuro”, o resultado é uma sobreposição de interesses, onde a oferta de habitação popular perde espaço para a maximização de riquezas obtidas com a valorização de áreas da cidade, que só são acessadas pela população com maior concentração de renda.

Mecanismo de controle social

Numa segunda camada, é possível analisar que a partir do momento em que se percebe o processo de valorização da terra, também se torna notável o controle do seu uso e formas de ocupação por diversos agentes, especialmente o poder público. Um exemplo marcante desse controle foi o que ficou conhecido como “Era das demolições” (ROCHA, 1995) na cidade do Rio de Janeiro, de 1870 a 1920.³ No período, especialmente na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), as principais diretrizes para o planejamento urbano eram de modernizar esteticamente a paisagem carioca, aproximando-a das reformas parisienses; aumentar a conectividade com grandes obras viárias; e, principalmente, eliminar tudo aquilo que pudesse transmitir uma imagem de insalubridade, o que no contexto da cidade eram principalmente os cortiços e outras moradias populares no centro.

Nesse contexto, Oswaldo Porto Rocha (1995) descreve o processo destacando não somente os efeitos materiais dessa política, como também aqueles ligados à aspectos sociais e culturais. Segundo o autor, as freguesias que foram alvo das demolições tinham desenvolvido “formas de resistência e sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para a outra, desapareceram sob o peso da picareta” (pág. 101). De modo semelhante, a Cidade do Recife também vivenciou políticas higienistas que tinham como foco a demolição de habitações populares, neste caso tendo como alvo os mocambos.

Durante a gestão de Agamenon Magalhães, no governo do estado, e Antônio de Novaes na prefeitura (1937–1945), a Liga Social Contra o Mocambo (1942), promoveu a demolição de 14.597 mocambos, ao passo em que apenas 6.173 novas habitações foram construídas (DOS SANTOS, 2014) nas chamadas vilas operárias. Como resultado, ainda que com um intervalo de 40 anos, ambas as cidades compartilharam um processo violento de reformas urbanas que, visando projetar uma imagem de progresso mais do que de fato promover mobilidade social, buscava na erradicação das favelas “a demolição do que seria o ‘mal’ para sociedade” (DOS SANTOS, 2014).

[3] “Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas, abrem outras... estão doidos!!!” (Lima Barreto - Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 58.)

Esse tipo de pensamento higienista em torno da moradia se construía num paralelo entre “trabalhador doente (física ou moralmente) e cidade doente” (POLLETO, 2011, apud BORGES JUNIOR, 2019)., preconizando uma ideia de necessidade de intervenção por parte do poder público e de grandes indústrias, que deu origem à construção de uma série de Vilas Operárias no país. Na Cidade de São Paulo, onde esse modelo de produção teve maior expressividade, Borges Junior (2019) destaca que o Código Sanitário determinava que a construção destas vilas seriam “estabelecidas fora da aglomeração urbana” (p.53). Nesse modelo de produção da arquitetura, tida como “um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência” (CORREIA, 2001), ainda que houvesse certa diversidade entre as vilas operárias construídas no país, dois aspectos as unem profundamente: o início da massificação da habitação de interesse social e a coibição das liberdades individuais dos trabalhadores.

“O modelo logo revelaria suas contradições, ao construir uma reputação de restringir fortemente a liberdade individual e familiar e ao se revelar um mecanismo suplementar de subordinação e exploração do trabalhador pelo patrão, desencadeando conflitos e contribuindo para o agravamento das lutas sociais. Os núcleos fabris revelaram-se palco de importantes lutas trabalhistas e foram alvo de denúncias sobre as condições de vida dos seus moradores e sobre os conflitos sociais que neles tinham lugar”. (CORREIA, 2001)

Produto

Numa política articulada sob a propaganda de promover “o sonho da casa própria” aos trabalhadores, o poder público a partir da Era Vargas (1930-1945) passa a se responsabilizar pela provisão de habitação de interesse social, tendo como modelo construções multifamiliares racionalizadas, implementadas nas cidades europeias após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No entanto, é durante a Ditadura Militar (1964-1985) que esse tipo de política habitacional ganha uma expansão histórica.

A criação do Banco Nacional da Habitação (1964), integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), foi um marco para a provisão de habitação de interesse social no país. Enquanto o primeiro funcionou, até 1986, como uma empresa pública de crédito que visava facilitar a aquisição da casa própria, o segundo existe até os dias atuais como um programa de financiamento, que facilita a construção, aquisição ou reforma de residências, através da concessão de crédito. Esse tipo de política pública muito tornou possível uma produção em massa de unidades habitacionais (BONDUKI, 2014), numa escala nunca antes vista no país, que, por sua vez, impactou de forma intensa a produção do espaço urbano.

O Programa de Erradicação dos Aglomerados de Sub-habitações (PROMORAR), criado em 1979 pelo BNH, tinha por objetivo garantir o financiamento de projetos em áreas de favelas, através da construção de moradias. Para sua implementação, contou com as Companhias de Habitação (COHABs), que eram as responsáveis pela construção dos conjuntos habitacionais. Segundo Melo (1988), aproximadamente 25% das unidades residenciais produzidas no país durante o período foram viabilizadas através de iniciativas desse sistema, de modo que se observa que o seu principal objetivo era combater o déficit habitacional.





Figura 02: COHAB Encanta Moça I e II. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

O modelo adotado pelo BNH viabilizou essa produção em massa através de uma série de diretrizes, dentre as quais a implantação dos conjuntos ocupou um papel determinante. Posicionados em locais afastados dos grandes centros (assim como nas Vilas Operárias), essa política resultou em uma expansão urbana caracterizada pela ocupação de áreas nos limites dos municípios (DOS SANTOS, 2014), onde o valor da terra era menor, e que posteriormente deram origem à novas centralidades em um processo de conurbação. Capitais como o Recife viram sua região metropolitana surgir em processos como este, que até os dias atuais deixam marcas, especialmente na precariedade da oferta de transportes públicos que conectem as diversas centralidades.

Apesar do aumento acelerado da produção de moradias, até 2009 o país ainda contava com um déficit que superava a marca de 7 milhões de unidades habitacionais (LAVORATTI, 2009). O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado no mesmo ano pelo governo federal endereçou diretamente essa problemática através do compromisso de combater o déficit habitacional ao fomentar a “produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos” (BRASIL, 2009). Atendendo a essa questão, o programa articula agentes públicos e privados para viabilizar a implementação dos empreendimentos, no entanto a distribuição de papéis fortalece algumas contradições, especialmente às relacionadas a qualidade dos conjuntos habitacionais, visto que cabe aos agentes privados a escolha do local e a elaboração do projeto arquitetônico. Sobre a qualidade das habitações criadas através do programa Bonduki (2014) afirma:

“Embora existam exceções — projetos habitacionais de qualidade e inseridos na malha urbana — a grande maioria dos empreendimentos do PMCMV está localizada na periferia das cidades, distantes dos empregos, desarticulados da malha urbana existente ou de planos de expansão urbana, com projetos de moradias sem qualidade arquitetônica e identidade com as comunidades locais.” (BONDUKI, 2014)

Partindo dessa ótica, é possível estabelecer alguns paralelos entre as Vilas Operárias, a produção habitacional do BNH e a produção do Programa Minha Casa Minha Vida, embora estejam em diferentes períodos históricos. Retomando a crítica de Rocha (1995) sobre o que perdem as comunidades tradicionais com a demolição de suas habitações, nota-se que as ocupações espontâneas trazem consigo uma construção de relações de vizinhança, artefatos culturais e uma memória coletiva do lugar, que não são replicadas através da provisão habitacional. Nesse contexto, a produção em massa de unidades habitacionais idênticas umas às outras, procura atender ao déficit, mas falha em proporcionar uma moradia conectada o suficiente com as identidades dos grupos sociais que a ocupam, esvaziando assim a própria percepção da moradia e não preenchendo as lacunas socioculturais deixadas pelo desmantelamento das comunidades originais.

Somado a isso, no que se referem aos aspectos físicos das habitações, analisando os fatores “da porta para dentro” e “da porta para fora”, percebe-se que em todas (ainda que de forma mais intensa nas produções mais recentes) existe uma premissa de racionalidade no processo produtivo para diminuir os custos e aumentar o número de unidades. Lucia Zanin Shimbo (2012) destaca que, através do Programa MCMV uma única empresa foi capaz de produzir “40 mil unidades em um ano, seguindo apenas três tipologias habitacionais em mais de setenta cidades brasileiras” (apud ROLNIK, 2015, p.310).

No contexto urbano, é possível identificar que, em todos os modelos, a premissa de ocupação é por via de regra nas periferias das cidades, o que reforça uma segregação socioespacial e a ocupação de áreas “socialmente homogêneas” (ROLNIK, 2015), por não apresentarem uma variedade de empregos, serviços e outros atributos infraestruturais. Somado a isso, uma similaridade muito clara entre os conjuntos habitacionais produzidos na Ditadura Militar (1964–1985) com os produzidos mais recentemente no contexto do Programa MCMV está na baixa integração com o contexto onde foram inseridos, transformando-os em barreiras físicas, por serem extensos conjuntos murados desconectados com o território; barreiras visuais, que em nada remetem às características culturais da população residente ou permitem uma leitura coerente da paisagem; e ainda barreiras ambientais, por não serem adaptados às condições climáticas de cada território.

Percorrendo as diversas perspectivas pelas quais a moradia social foi abordada historicamente pelas políticas públicas do país, a questão foi majoritariamente tratada como um problema sanitário e quantitativo, olhando para o déficit de moradias que seguissem um padrão de habitabilidade mínimo. Mas, ao analisarmos a produção obtida por meio dessa estratégia, percebe-se que existe mais do que a habitabilidade do abrigo enquanto fator que dignifica a moradia, de modo que o enfrentamento da questão precisa ser feito sob uma perspectiva mais ampla, considerando o contexto urbano e as características socioambientais, ainda que seja necessário enfrentar conflitos de ocupação, como por exemplo em áreas de risco e proteção ambiental.

“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”

ODS 11 (ONU, 2015)

02

Uma nova
agenda urbana

Compreendendo que a discussão em torno da provisão de moradia e, conseqüentemente, da produção do espaço urbano se faz importante por condensar uma série de impactos para as cidades, é necessário analisar as alternativas disponíveis para um desenvolvimento urbano mais coerente. Como citado anteriormente, existe uma série de prejuízos socioeconômicos e ambientais no modelo atual de se intervir nas cidades, especialmente nas áreas de mais baixa renda. No entanto, estratégias para modificar esse modo de produção já vêm sendo discutidas a nível global desde o século XX. Neste capítulo, vamos analisar quais são os novos paradigmas para a construção das cidades e qual o papel da participação cidadã nesta agenda urbana.

2.1 Novos paradigmas para a construção das cidades

Entre as transformações advindas da revolução industrial (1760-1840), é possível elencar o elevado êxodo rural, o crescimento das cidades em torno das fábricas e a conseqüente degradação ambiental, como exemplos significativos de produção do espaço urbano em desequilíbrio com necessidades socioambientais, se tornando responsável pela “diminuição progressiva da capacidade de resiliência dos ecossistemas” (SILVA; TRAVASSOS, 2012). No Brasil, por exemplo, o surgimento de políticas públicas que se relacionassem com a mitigação desses impactos só se iniciou em 1934, com a aprovação do Código Florestal pelo Governo Vargas (SCAGLIA et.al, 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a reconstrução das cidades europeias trouxe para o planejamento urbano novas preocupações, de modo que compreender as relações estabelecidas pelas pessoas com os espaços construiu uma nova perspectiva, que, segundo Spink et al. (2020), foi chamada de “psicologia da habitação”. Para responder às demandas sociais emergentes e frear a degradação ambiental, as discussões sobre qual direcionamento dar ao desenvolvimento das cidades se tornaram cada vez mais frequentes.

Um dos primeiros marcos da discussão global em torno de um novo modelo de desenvolvimento se deu em 1987 através do Relatório Brundtland, posteriormente nomeado como Nosso Futuro Comum, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988). Nele, se definiu o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” enquanto um modelo que atende às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (SCAGLIA et.al, 2021).

A partir disso, uma série de outras pesquisas e agendas globais passaram a ser discutidas, culminando em compromissos para os países, estabelecidos em marcos como a Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92) e o Protocolo de Kyoto (1997), onde a redução das emissões de gases de efeito estufa se tornaram um dos acordos firmados. Com a divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) pela ONU, apoiados por 191 nações, o século XX se encerrou com 8 novos jeitos de mudar o mundo.



Figura 03: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Fonte: Secretaria de Relações Institucionais, 2015.

O avanço da discussão em torno de conceitos como a Sustentabilidade e o próprio Desenvolvimento Sustentável expandiram as perspectivas sobre o que significa manter uma relação saudável com o meio ambiente, trazendo também para o contexto urbano um olhar de recuperação e renaturalização de áreas degradadas. Compreendendo que o crescimento das cidades ao redor do mundo desencadeou uma série de problemas ambientais tipicamente urbanos, como alagamentos, deslizamentos de terra e enxurradas (BRASIL, 2024), o desenvolvimento sustentável nesse contexto aparece

[1] “11. Compartilhamos uma visão de cidades para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas. Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como “direito à cidade”, em suas legislações, declarações políticas e estatutos.” (ONU-Habitat, 2016, p. 5).

como um grande desafio. Por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em 2015, as nações estabeleceram, entre outros, o compromisso de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ODS 11), de modo que a resiliência urbana se fortaleceu enquanto conceito e diretriz.

A Nova Agenda Urbana, apresentada pela ONU-Habitat em 2016, representou um marco para aprofundar o entendimento sobre a resiliência urbana e estabelecer esse modelo como um compromisso entre os governos. A partir de uma série de pontos que condensam uma visão compartilhada de cidades para o futuro, compreendeu-se que a resiliência está associada à capacidade de adaptação às adversidades, de modo que as cidades possam, não somente resistir aos desastres naturais e mudanças climáticas, como também promover o desenvolvimento humano através de um “desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza” (ONU-Habitat, 2016, p.11)¹.

2.2 Caminhos para a resiliência urbana nas favelas

Ao analisarmos o perfil dos territórios que estão mais suscetíveis a desastres ambientais, é notório que a sua vulnerabilidade acompanha e fortalece a vulnerabilidade da população residente e, retomando os estudos de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), a pobreza se perpetua como um ciclo no qual população e cidade se fragilizam. Ao analisarmos a expansão urbana brasileira lembrando as políticas habitacionais supracitadas, os lugares destinados à população de mais baixa renda são, por via de regra, em áreas desprezadas das cidades (MARICATO, 1996), seja por meio de um conjunto habitacional estabelecido em áreas desprovidas de equipamentos ou conexão com a malha urbana; seja através da ocupação espontânea de áreas de risco, como em morros, áreas alagáveis e encostas.

Revisitando o entendimento de que o território está *vivo e vivendo* (SANTOS, SILVEIRA, 2001), enxergamos na Cidade do Recife claramente essa dimensão onde o ambiente construído, moldado pelas dinâmicas de urbanização e ocupação de áreas ribeirinhas, também deixa sua marca e transforma as relações sociais. Desse modo, não só a paisagem da cidade se voltava para os rios, por meio das construções no início da ocupação urbana, como também relações de trabalho por meio de pescadores, marisqueiras e barqueiros, além de uma série de manifestações artísticas que tinham as margens como palco. Nessa conjuntura, percebe-se que a moradia, a paisagem natural e o trabalho se interligam profundamente na construção da identidade dos territórios.

Nos dias atuais, ocupando a posição de 7º região metropolitana mais populosa do país (IBGE, 2022), Recife enfrenta um cenário intenso de desigualdade social, visto que 44% desta população se encontra em situação de pobreza e, somente na capital, existe a





Figura 04: Incêndio nas Palaftas na bacia do Pina.
Fonte: Célio Moura. Data: 06/05/2022.

segunda maior população em extrema pobreza do país (SALATA, RIBEIRO, 2023). A ZEIS Pina/Encanta Moça, uma das 61 Zonas Especiais de Interesse Social da cidade, é um exemplo claro de um território marcado por vulnerabilidades socioambientais. Com atenção especial para as comunidades do Bode e Beira Rio, além dos indicadores socioeconômicos característicos de áreas de baixa renda, encontramos diversos pontos de ocupação em áreas de risco e de proteção ambiental, devido a sua localização nas margens do Rio Pina.

A ocupação da área de maré nessas comunidades é uma resposta direta às necessidades econômicas dos moradores, muitos dos quais encontram na pesca e na coleta de mariscos seu principal mecanismo de subsistência. Contudo, essa mesma proximidade que é fonte de sustento, torna-se uma ameaça devido ao risco de alagamentos, especialmente durante períodos de chuvas intensas e marés altas, aumentando a exposição dos moradores a condições de insegurança e insalubridade. Somadas às vulnerabilidades ambientais, existe também o risco presente no tipo de moradia desses locais, que é majoritariamente constituído de palaftas extremamente frágeis, das quais cerca de 50 foram destruídas num incêndio que ocorreu em maio de 2022 (DINIZ; ROCHA, 2022).

Realizando um paralelo com a Comunidade do Jardim Monte Verde, na divisa entre as cidades do Recife e Jaboatão dos Guararapes, é possível identificar que num mesmo município, territórios com características econômicas semelhantes podem apresentar fragilidades completamente diferentes em face do mesmo cenário: chuvas intensas. Ocupando uma área de morros, a comunidade viveu a maior tragédia ambiental de Pernambuco no século XXI, quando mais de 20 pessoas morreram em deslizamentos de barreiras², levantando um alerta para quem são os estratos sociais mais afetados pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental.

A partir desses cenários, o desenvolvimento de uma agenda de planejamento urbano mais sustentável social, econômica e ambientalmente ganha um caráter emergencial, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade. No entanto, o exemplo obtido com as políticas de produção habitacional em massa, concretizadas especialmente no período de atuação do BNH, demonstram que a padronização excessiva não é um modelo adequado para atuar frente às problemáticas apresentadas, tendo inclusive grande participação em algumas de suas causas. Segundo estudos de Dubois-Maury e Chaline (2004, apud MENDONÇA; LEITÃO, 2009), as vulnerabilidades de uma cidade são territorializadas, visto que territórios distintos apresentam contextos sociais, ambientais e econômicos que diferem em algum grau, mesmo que estejam em um único município.

Nesse contexto, a abordagem transdisciplinar torna-se essencial para a elaboração de políticas e intervenções que visem à resiliência urbana. Como ressaltado por Sperandio et al. (2013), o Planejamento Urbano Saudável deve ser pautado em princípios como equidade, cooperação intersetorial, participação comunitária e sustentabilidade, promovendo não apenas a melhoria da infraestrutura, mas também a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores. Portanto, ainda segundo os autores, existe uma necessidade de articular academia, governo e população, para conceber iniciativas mais coerentes de forma sistemática, mas também específica, compreendendo quais as vulnerabilidades de cada recorte da cidade, bem como as características que podem ser fortalecidas para que estes se tornem territórios resilientes.

[2] Fonte: *Dois meses após chuvas que mataram mais de cem, moradores ainda esperam auxílios do Recife e de Jaboatão: 'órfãos de dois pais'*. G1 Pernambuco. 28 de jul. 2022.



Figura 05: Ação para mitigar um ponto crítico de lixo no Bode. Fonte: Antonio Neto, 2024.

**“A arquitetura não é
somente uma utopia,
mas é um meio para
alcançar certos
resultados coletivos”**

Lina Bo Bardi

03

A participação cidadã na
construção de territórios resilientes

3.1 Democracia participativa e gestão territorial

Retomando os estudos de Spink et al. (2020), no contexto da garantia do direito à moradia, existe o direito de participar ativamente do processo que permeia a sua produção, exercendo assim a cidadania. A partir dessa ótica, compreende-se que quando o Movimento pela Reforma Urbana fortaleceu uma plataforma de discussão nacional sobre a produção do espaço urbano na década de 1980, segmentos da sociedade civil puderam materializar propostas discutidas desde os anos 1960 em mudanças constitucionais reais, dando origem à Emenda Popular n. 63. (KOURY; OLIVEIRA, 2021). Por meio dela, a função social da cidade e da propriedade urbana foi incluída, além da proposição de que se estabelecesse, através de “espaços institucionais de participação popular” um ideal de “democracia direta” (ROLNIK, 2015), na qual as políticas urbanas seriam discutidas, planejadas e pactuadas com e pela população.

Por meio do conceito de função social, aplicado na cidade e na propriedade urbana, entende-se que deve haver um benefício público no desenvolvimento urbano, de modo que instrumentos legais definam condicionantes para a produção do espaço nas cidades visando a equidade e o crescimento sustentável. No contexto da agenda pela Reforma Urbana, as propostas apareceram como um contraponto ao modelo de desenvolvimento urbano da época, que estava fortemente influenciado pela especulação imobiliária, sendo necessário estabelecer normativas que fossem capazes de mitigar a segregação socioespacial. Levando em consideração as disputas pela terra urbana, especialmente em áreas valorizadas das cidades, processos de gentrificação causaram a expulsão da população mais vulnerável em vários territórios, de modo que iniciativas que visavam o





Figura 06: Manifestações pela reforma urbana. Fonte: “Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil”. Observatório das Metrôpoles. 19/04/2017.

reconhecimento legal dos assentamentos informais e a sua integração à cidade por meio de políticas de regularização fundiária (ROLNIK, 2015), foram marcos importantes para traçar um novo modelo de desenvolvimento urbano mais coerente, justo e sustentável.

Nesse aspecto, Recife foi uma das capitais que apresentou uma política pioneira para a produção do espaço urbano, quando criou em 1983 as Zonas Especiais de Interesse Social, na lei municipal nº 14.511/83 do uso do solo urbano, “caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana” (ANCONA, 2009). Através da Lei dos Planos de Regularização das ZEIS – PREZEIS (1987), a capital pernambucana estabeleceu normas de regulamentação das ZEIS e um modelo de gestão democrática que, por meio das Comissões de Urbanização e Legalização da Posse da Terra (COMULs) — formadas por moradores do território e por servidores da prefeitura — realizam a deliberação sobre os planos de urbanização estimulando a participação popular nas transformações urbanas de cada ZEIS.

Além da Lei de Uso e Ocupação do Solo, outro instrumento essencial para que os municípios tenham normativas coerentes para o planejamento urbano são os Planos Diretores e, por conta disso, o Conselho Nacional das Cidades, criou em 2001 uma campanha para garantir que os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborassem seus planos, num prazo limite de até 5 anos.

Se buscava, através do Conselho Nacional das Cidades, estabelecer o ideal de democracia direta no seu processo de construção, mas em muitos municípios o direcionamento de realizá-lo através de instrumentos de participação cidadã só foi cumprido preenchendo os requisitos mínimos - convocação de uma audiência pública e preenchimento de ata de participação - para não sofrer penalidades e garantir investimentos em infraestrutura urbana (ROLNIK, 2015).

Segundo uma análise conduzida por Santos Junior e Montandon (2011), houve um aumento de 65,27% no número de municípios que elaboraram seu plano diretor no período entre 2005 e 2009, demonstrando uma evolução nacional advinda dessa campanha. No que se refere aos instrumentos adaptados, a incorporação de áreas de ZEIS nos planos diretores também apresentou crescimento, passando de 672 em 2005 para 1799 em 2009, no entanto, ao analisar a qualidade dos planos elaborados, a pesquisa evidenciou:

“[...] uma generalizada inadequação da regulamentação dos instrumentos nos planos diretores no que se refere à autoaplicabilidade ou efetividade dos mesmos, principalmente no caso dos instrumentos relacionados à indução do desenvolvimento urbano.” (p. 34)

Realizando uma breve análise, apesar de avanços consideráveis, especialmente no que diz respeito a criação de instrumentos urbanísticos para direcionar o planejamento urbano, existem alguns impasses no modelo de condução dos processos que dão origem a esses instrumentos, bem como na aplicação de suas normativas pelas gestões. Segundo Maricato (2013), para conter a crise

[1] Fonte: Após 23 anos do Estatuto da Cidade, 47% dos municípios ainda não têm Plano Diretor. Agência Cidades. 11 de mar. 2025.

[2] Fonte: Menos de 1% dos Municípios recebeu apoio financeiro da União para elaborar ou revisar o Plano Diretor nos últimos 14 anos. Agência CNM de notícias. 06 de fev. 2023.

econômica global de 2008, o governo federal se apoiou em uma “trinca de capitais” articulados entre o imobiliário, a indústria automotora e a construção pesada, de modo que as políticas públicas de desenvolvimento urbano se orientaram a grandes obras de infraestrutura, desconectadas dos ideais estabelecidos no Estatuto da Cidade. Na obra Guerra dos Lugares (2015), Raquel Rolnik revela como as dificuldades de auto aplicabilidade dos planos diretores, somadas ao contexto político e econômico da época, resultaram em uma “integração pelo consumo”, que:

“[...] desconsiderou os processos — incipientes de planejamento territorial participativo e, literalmente, se sobrepôs a eles. Trata-se do descolamento entre os enunciados do plano diretor e os grandes investimentos vigentes ou em vias de realização.” (p. 324.)

Compreendendo que 47% dos municípios ainda não possuem um Plano Diretor¹ e menos de 1% recebeu apoio financeiro da União para a elaboração ou revisão desses planos nos últimos 14 anos², é notório que ainda persiste o desafio com relação à quantidade de municípios que possuem um direcionamento para o planejamento urbano. Somado a isso, mesmo nos municípios que apresentam o plano diretor, a sobreposição dos interesses dos grandes capitais, especialmente do imobiliário, em detrimento de um planejamento territorial participativo é uma problemática presente e evidencia o apagamento da noção de democracia direta, reforçando que o tipo de desenho urbano que vem sendo produzido nas cidades é o que, historicamente, reproduz desigualdades socioespaciais.

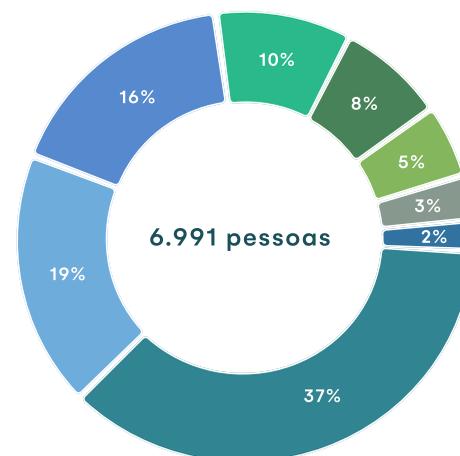
Realizando uma aproximação para a Cidade do Recife, o processo participativo do Plano de Ordenamento Territorial (POT), realizado

em 2018, que teve como objetivo promover revisões do Plano Diretor do Recife (2008), da Lei de Parcelamento (1997) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (1996), apesar de ter incluído eventos e canais destinados à participação cidadã, também demonstrou limitações. No processo, foram realizados 30 eventos participativos, distribuídos em 7 tipos, além de uma enquete, como ilustrado no gráfico abaixo:

Eventos participativos

- 01 Enquete de Espaços Públicos
- 02 06 Escutas Públicas por RPA
- 03 09 Oficinas Temáticas
- 04 01 Audiência Pública: *Diagnóstico*
- 05 06 Audiências Públicas: *Devolutivas (por RPA)*
- 06 04 Oficinas por segmento
- 07 02 Capacitação de Delegados
- 08 01 Conferência do Plano Diretor (Deliberativa)

% de Participação Total por Evento



Dados de participação em eventos. Fonte: Relatório do Processo Participativo da Revisão do Plano Diretor do Recife, 2018. Adaptado pela autora.

Em uma análise realizada por Santana, Souza e Pontual (2022, p. 124) fica evidente que existe uma disputa de poderes muito presente nesses espaços, que deveriam promover a cidadania, mas que reforçam uma dinâmica de desigualdade. Entre as entrevistas realizadas com participantes do POT, as autoras expõem o relato de Penha Gouveia, uma moradora da Zeis Jardim Uchôa, que conta a experiência de participar de uma escuta pública por RPA:





Figura 07: Escuta Pública-RPA 6. Fonte: Wesley Almeida.
Data: 25/06/2018.

“[...] Você tentar entender... o coeficiente daquela área é x... o que é coeficiente?... o que é que isso vai?... aí pense... você, uma dona de casa, que vive ali na batalha do dia a dia... sem informação... ah então vamos discutir o Plano Diretor... quando chega lá, um monte de informação, aí um ou dois falam, o resto fica calado... e daí? eu fui para quê? fazer o quê? [...] A gente é tratado como se a gente não pensasse, não tivesse direito, fosse uma pessoa manipulada, como se a gente só fizesse o que as pessoas dissessem... [...]” (PENHA GOUVEIA, 2021)

Embora sejam criados espaços institucionais com o objetivo de promover a participação da população na construção de políticas públicas, relatos como o de Gouveia (2021) demonstram que essa participação é, em muitos casos, mais uma formalidade dos municípios do que uma construção coletiva e substancial. À medida em que são criados eventos específicos para que se realizem escutas com a sociedade civil, mas nestes não existam estratégias que possam mitigar desigualdades e estimular o diálogo, o exercício da cidadania se torna comprometido.

Somado a isso, compreendendo que cerca de 93% dos eventos promovidos no POT foram de caráter consultivo/informativo, além de limitações na coleta de informações qualitativas, a sua estrutura sugere que a tomada de decisões não foi exercida amplamente pela população. Santana, Souza e Pontual (2022, p.20) reforçam essa crítica ao descrever o Plano Diretor como uma “legislação simbólica”, que não incorpora efetivamente as manifestações populares como “fator de influência em seu processo decisório”.

A teoria de Sherry Arnstein (1969) sobre a "Escada da Participação Cidadã" oferece uma crítica incisiva sobre a natureza superficial de muitos processos participativos no planejamento urbano, que se utilizam de ferramentas conhecidas como manipulação e tokenismo, que não oferecem uma participação real, caracterizada por um patamar de "poder cidadão". Nesse contexto, retomando estudos de Rolnik (2015), para promover a "democratização da participação" no contexto do planejamento urbano, é importante que se fortaleça um modelo de gestão territorial do espaço urbano, que pode ser caracterizado como um modelo no qual uma sociedade organizada territorialmente se torna capaz de gerir assuntos públicos por meio da participação coletiva de diversos atores locais (DALLABRIDA, 2007, p.5)

Referenciando Dubois-Maury e Chaline (2004, apud MENDONÇA; LEITÃO, 2009) na compreensão do caráter territorial das vulnerabilidades de uma cidade, para que se promova um desenvolvimento urbano capaz de conferir resiliência aos territórios, é imprescindível que os atores locais sejam mobilizados e participem ativamente da tomada de decisão. Com esse objetivo, diversas iniciativas buscam promover espaços equitativos de participação popular, que sejam capazes de traçar diretrizes de planejamento e desenho urbano, garantindo uma maior efetividade e representatividade nas propostas apresentadas. Desse modo, é possível aproximar as políticas públicas de um ideal de democracia deliberativa, que como conceitua FLEURY (2004, apud DALLABRIDA, 2007), "facilita a livre argumentação entre cidadãos iguais, desde que haja condições favoráveis de expressão, associação e participação."

3.2 O papel do arquiteto no desenho urbano participativo

Com base nos conceitos discutidos anteriormente, uma importante questão a ser levantada é o papel ocupado pelos profissionais, neste caso arquitetos e urbanistas, na elaboração do que seria um ideal de desenho urbano participativo. A Lei nº 12.378/2010, que estabelece a regulamentação do exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, define as atribuições dos profissionais da área e insere, entre elas, o Planejamento Urbano e Regional como um campo de atuação com uma série de atividades, tais como:

“[...] planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais.”

De acordo com o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil, realizado em 2020 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) em parceria com o Instituto DataFolha, apenas cerca de 11% dos profissionais trabalharam com Planejamento Urbano entre 2018 e 2020. Em 2015, buscando compreender “Qual a imagem dos arquitetos e urbanistas junto à sociedade brasileira?” ambos os órgãos conduziram uma pesquisa que revelou um cenário no qual apenas 7% dos brasileiros já haviam contratado um profissional de Arquitetura, mesmo que mais de 54% da população no país já tenha realizado reformas ou construções. A partir destes dados, e das reflexões anteriores, é possível inferir que:

a) a maioria dos arquitetos não trabalha com desenho urbano; b) a maioria dos brasileiros não contrata essa categoria profissional; c) especialmente em comunidades de baixa renda, a autoconstrução é o padrão construtivo no país; d) esse cenário reforça os indicadores da quantidade de moradias precárias e áreas urbanas degradadas que existem no Brasil.

Uma das respostas possíveis para esse desafio é a ampliação da atuação dos arquitetos e urbanistas no país, especialmente no planejamento e desenho urbano de áreas de maior vulnerabilidade social, impulsionando a redução das desigualdades através dos projetos. O Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental — ProMorar Recife³, por exemplo, é uma iniciativa da gestão municipal, lançado em 2023, que se coloca enquanto um “Programa Social” porque visa promover um processo de urbanização “com a participação dos moradores das Comunidades de Interesse Contempladas” pela iniciativa.

Analisando o “Componente 02 - Infraestrutura Resiliente” o programa se aproxima das novas agendas urbanas, buscando promover um desenvolvimento sustentável, especialmente na figura dos “07 parques alagáveis nas margens dos rios Tejipió, Moxotó e Jiquiá”. No entanto, para viabilizar essas intervenções cerca de 40 comunidades serão impactadas com o despejo estimado de mais de 3 mil famílias, segundo a Articulação Recife de Luta⁴.

Segundo dados do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), divulgados em reportagem do Marco Zero Conteúdo em setembro de 2024, “apenas em 2023, 345 imóveis foram desapropriados pela URB, sendo que 35 deles receberam indenizações abaixo de R\$ 10 mil.”

[3] Fonte: Site oficial do PROMORAR. Disponível em: <https://promorar.recife.pe.gov.br/>

[4] Fonte: Parques alagáveis para crise do clima ameaçam de despejo 40 comunidades do Recife. Marco Zero Conteúdo. 29 de set. 2024.

[4] Fonte: Recife soma 206 mil pessoas vivendo em 21 áreas de alto risco, diz Defesa Civil; saiba quais são. *Brasil de Fato*. 29 de mai. 2024.

Considerando que em muitos casos a ocupação de áreas de risco se dá pela sua proximidade com os centros urbanos (por conta da oferta de empregos), e que o cálculo realizado para as indenizações leva em consideração as condições do imóvel, quanto maior for o grau de precariedade na residência, menor será a compensação pela sua demolição; e, em consequência disso, menor a capacidade das famílias (já vulneráveis) de adquirirem uma nova moradia, em condições adequadas, na mesma localização. Compreendendo que Recife tem mais de 200 mil pessoas vivendo em 21 áreas de alto risco⁴, para qualquer programa que vise promover resiliência urbana através de grandes transformações, a política habitacional precisa ser uma prioridade.

Nessa conjuntura, é possível identificar que existe uma complexidade inerente ao desenho urbano, ao passo em que propostas que poderiam ser tecnicamente as mais adequadas para mitigar problemas de infraestrutura e drenagem da cidade, costumam se desconectar tanto das comunidades locais em seu processo de implementação, que acabam por intensificar desigualdades sociais e deslocar os problemas, como a própria presença de habitações insalubres em áreas de risco, para outros locais da cidade. Por conta disso é necessário utilizar os mecanismos de participação para identificar os riscos presentes nas intervenções e compreender os melhores caminhos para a construção de cidades mais sustentáveis, ambiental e socialmente. Com esse objetivo, é comum encontrar um impasse: **qual a postura do profissional de arquitetura em um projeto participativo?**

Na obra “Reativar Territórios” (2019), Iazana Guizzo levanta a discussão sobre a participação criando paralelos entre diferentes posturas encontradas com frequência nos profissionais da área: “O Arquiteto Benevolente e o Suicida” (p.33); “O Arquiteto Autoritário e o Controlado” (p.39); “Fathy, um arquiteto articulador” (p.69); e “Bardi, uma arquiteta ativista” (p.91). Na obra a autora destaca os dois primeiros exemplos como os mais frequentes e destaca os dois últimos arquitetos por apresentarem uma postura diferente em sua abordagem sobre a arquitetura.

Num primeiro momento, a problemática apresentada pelo “Arquiteto Benevolente e o Suicida” expõe uma visão equivocada na qual acredita-se que projetar de forma participativa é equivalente a uma postura onde os saberes tradicionais e a vontade popular devem sempre se sobrepor à visão do arquiteto. Nesses casos — que, embora sejam os menos frequentes, são capazes de construir um senso comum do que significa um projeto participativo — as competências adquiridas na formação acadêmica e experiência profissional são colocadas de lado, fazendo com que o profissional apenas adote as soluções e demandas trazidas pelas pessoas, sem grandes contribuições ou interferências.

No segundo exemplo, a autora expõe na figura do “Arquiteto Autoritário e o Controlado” o cenário oposto: por acreditar ter plena capacidade técnica de realizar todas as atividades do seu campo profissional, o arquiteto se opõe a noção de participação ou tenta enquadrá-la em um rol de possibilidades limitado, que não permita uma interferência real das pessoas no projeto. Retomando as análises realizadas na seção anterior, é possível perceber nesse exemplo os casos onde grandes intervenções são realizadas na cidade, desconsiderando especificidades da população local.

Na figura de Hassan Fathy (1900–1989) e Lina Bo Bardi (1914–1992), a autora traz “os arquitetos à margem”, que representam, respectivamente, posturas de articulação e ativismo que podem ser ocupadas pelos profissionais. Na figura de Fathy, arquiteto e engenheiro egípcio, apresenta-se a importância de compreender o contexto no qual uma obra se insere, valorizando práticas e tecnologias que muitas vezes são ancestrais e parte da identidade dos grupos sociais de um território. Em sua obra “Construindo com o Povo: Arquitetura para os pobres” (1969), o arquiteto demonstra através de um resgate dos métodos construtivos do país, suas preocupações em incorporar nos projetos soluções que fossem economicamente acessíveis, culturalmente enraizadas e tecnicamente viáveis para a população rural do Egito. Através de Bardi, identifica-se um olhar no qual a autora aponta que:

“Bardi afirmou que era preciso ‘levar o problema da arquitetura ao viver de cada um, de modo que cada um pudesse chegar a se dar conta da casa na qual deveria viver, da fábrica onde deveria trabalhar, das ruas onde deveria caminhar’. Levantar o problema da arquitetura não é o mesmo que dizer o que deveria ser feito. Já aqui, o especialista não teria a resposta correta garantida por um aparato científico; poderia, entretanto, compartilhar o problema da concepção dos espaços com os habitantes e problematizar os modos de habitar para que cada um pudesse pesquisar e entender seu próprio. [...] *A arquiteta pensava uma perspectiva de construir com os habitantes, e não para eles ou sem o especialista.*” (GUIZZO, 2019. p.102–103).

Desse modo, pode-se compreender a alcunha de “arquiteta ativista” sob a perspectiva de que um projeto participativo é mais do que um projeto consultado, envolvendo um processo de “construir com” que vai além da obra física — como no exemplo de Fathy, que dava suporte à autoconstrução e defendia os mutirões em zonas rurais — e se manifesta na construção da autonomia dos habitantes. Problematizar sua casa, sua rua, sua cidade e encontrar os mecanismos para deliberar sobre as mudanças necessárias é o desafio posto pela participação popular, de modo que o papel do arquiteto mora muitas vezes em compartilhar o processo e conciliar saberes, tendo em vista que a arquitetura é **“um meio para alcançar certos resultados coletivos” (Lina Bo Bardi).**

Entre Vozes e Vivências: Avaliação Participativa da rede COMPAZ

Através do relatório “Entre Vozes e Vivências - Avaliação participativa da rede COMPAZ” (2023), promovido pela UNICEF e Prefeitura do Recife, o Massapê (coletivo de arquitetos e urbanistas) implementou uma metodologia de participação que buscou “oferecer evidências aos tomadores de decisão para apoiar, fortalecer e aprimorar as estratégias da Rede Compaz”. O Centro Comunitário da Paz (COMPAZ) é uma política pública criada pela Prefeitura do Recife em 2016, inspirada em experiências bem-sucedidas das cidades de Medellín e Bogotá, na Colômbia. O objetivo é oferecer, em territórios vulneráveis, atividades socioeducativas, esportivas e culturais como estratégia para prevenção da violência, promovendo uma cultura de paz. Como resposta a essa problemática, o relatório aponta que: nos territórios onde existe um COMPAZ, houve uma “redução média mensal de 4,2 crimes para cada 100 mil habitantes”, demonstrando a sua importância como um mecanismo de justiça social.

A avaliação incluiu os Compaz Miguel Arraes (na Madalena, inaugurado em 2019) e Ariano Suassuna (no Cordeiro, inaugurado em 2017), tendo como público-alvo crianças de 7 a 10 anos que participam das atividades, adolescentes de 12 a 17 anos, frequentadores ou não das unidades, além de funcionários e responsáveis pelos demais usuários. Todos, exceto os funcionários, moram em um raio de até 1 km dos equipamentos. Nesse contexto, a avaliação aparece como uma forma de “problematizar” o COMPAZ, aproximando do processo projetual aqueles que são os principais impactados pelos seus resultados. Como produto final, foram obtidas recomendações práticas que irão auxiliar os gestores, e, somado a isso, foi percebido o engajamento da comunidade local, especialmente dos jovens, ao serem incluídos no processo.



Figura 08: Oficina participativa conduzida por pesquisadores. Fonte: Relatório “Entre Vozes e Vivências – Avaliação participativa da rede COMPAZ” (2023).

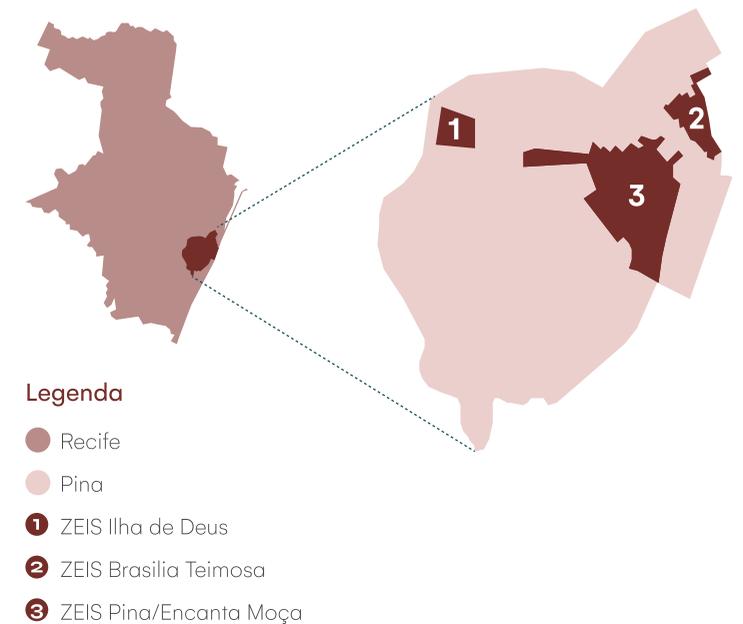
3.3 Estudo de Caso: o programa MUDA Pina

Levando em consideração as discussões anteriores sobre os desafios da participação cidadã, assim como as experiências implementadas na Cidade do Recife, que buscaram nesse tipo de processo o seu método projetual, esta pesquisa selecionou uma experiência realizada pelo escritório Arquitetura Faz Bem (Recife-PE) na ZEIS Pina/Encanta Moça como base para análise. O programa denominado “MUDA Pina” é uma iniciativa implementada pela organização, que foi viabilizada mediante a sua contratação pelo Instituto Estrela do Deserto, uma organização sem fins lucrativos que conta com a atuação de moradores do território como voluntários. Com início no dia 07 de março de 2024 e previsão de conclusão em março de 2025, o programa encerrou a sua primeira fase em 17 de maio de 2024, com a finalização de um processo de avaliação participativa do território.

Para esta pesquisa, considerou-se a primeira fase do programa como objeto de análise, compreendendo como se deu a participação popular no processo e quais os principais resultados obtidos com a experiência. Neste contexto, para obter os dados necessários, a autora esteve presente como parte da equipe técnica do escritório em todos os encontros realizados no território, assim como em discussões e na elaboração do planejamento do programa. Portanto, foi possível compreender, em detalhes, a execução do programa e obter de forma primária os dados qualitativos que serviram de base para as considerações feitas no presente trabalho.

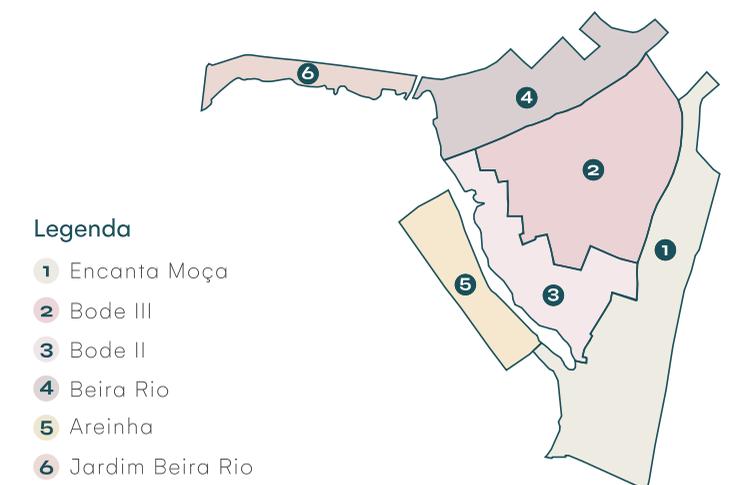
Como forma de compreender o potencial desse tipo de método participativo para a qualidade do desenho urbano, as informações obtidas por meio da experiência do programa serviram como base

Mapa 01: Localização da área de estudo



Fonte: Relatório do MUDA Pina, 2024.

Mapa 02: Comunidades da ZEIS Pina/Encanta Moça



Fonte: Relatório do MUDA Pina, 2024. Adaptado pela autora.

[5] Fonte: MUDA PINA – Relatório da Fase Conhecer, Mai 2024. Disponível em: bit.ly/mudapina.

para a elaboração de um diagnóstico do território e, posteriormente, de diretrizes para intervenções futuras. Considerando que a ZEIS Pina/Encanta Moça vem passando por uma série de transformações, este trabalho se apresenta como uma problematização coletiva do território, buscando alternativas que promovam justiça social.

A Metodologia MUDA

De acordo com Lerner (2011, p. 45), a acupuntura urbana pode ser compreendida como uma estratégia de intervenção que, utilizando como base conceitos da medicina tradicional oriental, enxerga as cidades como organismos que podem ser revitalizados ao serem provocados com uma “picada de agulha” (p.7), que simboliza uma intervenção pontual gerando reações em cadeia. Nessa estratégia de intervenção no espaço público, nem sempre as soluções são traduzidas em obras, para o autor, mudanças de comportamento também criam um ambiente propício para transformações e boas acupunturas na cidade. Desse modo, essa concepção permite uma leitura de que é possível qualificar os espaços de uma cidade por meio da articulação de uma série de picadas de agulha que, cada uma a seu modo, proporcionem um ganho espacial e social positivos.

De modo semelhante, a metodologia MUDA⁵, desenvolvida pelo Arquitetura Faz Bem, é um acrônimo que significa “Micro Unidade de Desenvolvimento Articulada”, e tem como ideia central combinar a noção de acupuntura urbana, na medida em que se pulverizam soluções num território; com o fortalecimento de uma gestão territorial capaz de, não apenas garantir a manutenção das soluções, mas tornar possível para a população replicá-las (com

adaptações pontuais) e desenvolver uma série de novas iniciativas de forma orgânica. Por meio da criação de MUDAs, a organização acredita que é possível promover melhorias significativas, mesmo em áreas altamente adensadas e vulneráveis, sem a necessidade de recorrer a soluções e estruturas espaciais de grande porte. E, para atingir esse objetivo, se baseia nos seguintes eixos:



Protagonismo Popular

Inserir a comunidade local na tomada de decisões, valorizando as suas percepções e vivências.



Articulação Institucional

Relacionamento com atores do setor público e privado para viabilizar as intervenções no território.



Desenvolvimento Comunitário

Desenvolver soluções, materiais e imateriais, que promovam, através do envolvimento da população local, um impacto positivo no território, tornando-o mais resiliente.



Redução de Desigualdades

Ter como premissa melhorar a qualidade de vida da população mais vulnerabilizada, por meio de soluções que atuem diretamente nos maiores efeitos socioespaciais da pobreza.

Para a sua implementação enquanto um programa de impacto socioambiental, o MUDA se desenvolve em 4 fases: *Conhecer*, *Planejar*, *Executar* e *Avaliar*. Em cada uma delas, as atividades realizadas se apoiam nos eixos supracitados, buscando a qualidade do processo. Segundo dados retirados do relatório, as fases podem ser compreendidas da seguinte maneira:

01 **Conhecer:**

Fase de compreensão do território, identificando suas características físicas, necessidades, potenciais, principais lideranças e expectativas com as intervenções. É nesta fase, também, onde se realizam as oficinas participativas que dão base para a produção do relatório diagnóstico.

02 **Planejar:**

Contempla a elaboração de um planejamento estratégico do território, com sua missão, visão, objetivos e indicadores. Isso é feito com a população local, por meio de comissões participativas que discutem o teor do planejamento com a equipe técnica do programa.

03 **Executar:**

Execução das intervenções, ordenadas por prioridade e viabilidade, através de um olhar técnico da equipe realizadora e também do olhar afetivo da comunidade local, de modo que cada uma delas possa apresentar um maior envolvimento com o seu contexto e com a comunidade que o circunda.

04 **Avaliar:**

Avaliação de impacto do território, que contém os resultados do MUDA. Nesta fase também é realizado o planejamento de ações para manutenção das intervenções junto à população, com análises preditivas que minimizem conflitos e riscos futuros que podem ocorrer em virtude das mudanças.

O MUDA Pina

Na ZEIS Pina/Encanta Moça, o programa MUDA concluiu a sua primeira fase em 10 semanas, onde foi possível elaborar e entregar para a população local um relatório diagnóstico, no qual o processo foi relatado e as suas principais conclusões apresentadas. Nele, a fase foi descrita com as seguintes etapas:

1.1. Oficinas Participativas:

Encontros com grupos sociais do território, viabilizados através das organizações locais. Nelas, tem-se o objetivo de firmar relações e compreender o território através do olhar dos seus moradores.

1.2. Análises físicas do território:

Olhar técnico que analisa a sua vulnerabilidade a riscos naturais, qualidade de conforto ambiental, isolamentos físico-sociais, acessibilidade e mobilidade, além de outros aspectos socioeconômicos.

1.3. Pesquisas qualitativas e quantitativas:

Etapa distribuída entre a pesquisa de indicadores socioeconômicos, coleta de dados primários nos encontros e pesquisas de formatos variados visando ampliar o alcance das respostas.

1.4. Relatório Diagnóstico:

Compilado de informações obtidas na fase Conhecer, reunidas em um único material que fornece dados, percepções da população local, materiais gráficos e registros do que foi vivenciado no MUDA.

1.5. [Im]Pacto da Coletividade:

Encerramento da fase Conhecer que se desdobra em dois momentos: pactuação das informações obtidas com as análises e oficinas; e uma ação prática de impacto no território.

Na presente pesquisa, informações detalhadas no relatório foram complementadas com memórias de reunião, registros orais de encontros e pesquisas externas ao processo, para trazer análises mais pertinentes. Desse modo, a experiência da fase conhecer pôde ser compreendida sob a lente da autora, visando tanto uma análise do território, como também uma revisão do processo realizado.

Com este objetivo, a segunda parte do trabalho se desenvolve com um olhar direcionado ao recorte de estudo, articulando informações de diversas fontes para consolidar um diagnóstico mais amplo do território. No capítulo 04 é apresentada uma caracterização da área, através de uma retomada da sua formação histórica, parâmetros urbanísticos e condições ambientais. No capítulo 05, o desenvolvimento do processo participativo, compilando uma série de dados qualitativos obtidos com organizações locais e moradores em oficinas. No capítulo 06, o último deste estudo, têm-se a síntese do diagnóstico, condensando as informações apresentadas anteriormente e também as diretrizes de intervenção, que tem por objetivo propor novos olhares para o desenho urbano da área.

**“As casas entrando por
dentro da maré,
a maré invadindo as casas.
Os braços do rio passando
pelo meio da rua
e a lama envolvendo tudo”**

CASTRO, 1967

04

Conhecendo a
ZEIS Pina/Encanta Moça

A Zona Especial de Interesse Social do Pina/Encanta Moça, que foi escolhida como o recorte para estudo no presente trabalho, está localizada no bairro do Pina, na zona sul da Cidade do Recife-PE. Com o objetivo de consolidar uma caracterização da área, o capítulo se desenvolve adaptando o modelo de Diagnóstico Integrado de Abrangência Local do Guia Prático de Urbanismo Social (2024), trazendo uma divisão da análise em 04 dimensões:

- 01 Sócio-organizativa:** histórico de ocupação, organizações sociais e comunitárias, redes de solidariedade, entre outras.
- 02 Socioeconômica e Cultural:** caracterização demográfica do contexto social.
- 03 Jurídico-legal:** levantamento de parâmetros urbanísticos e diretrizes de uso e ocupação do espaço urbano.
- 04 Urbanístico-ambiental:** caracterização físico-ambiental, analisando as infraestruturas existentes e riscos potenciais.

Desse modo, o diagnóstico obtido foi fruto de uma articulação entre uma pesquisa documental sobre a formação histórica do bairro, os seus parâmetros urbanísticos e dados populacionais; somada à pesquisa de campo realizada no território, no contexto da implementação do programa MUDA Pina, como uma etapa da Fase Conhecer. A seguir, as 04 dimensões supracitadas foram distribuídas em três seções: 4.1 *Cidade anfíbia, território pesqueiro*; 4.2 *Dinâmicas sociais e parâmetros urbanísticos*; e 4.3 *Reconhecimento Espacial*.



[1] O termo “Cidade Anfíbia” foi cunhado por Waldemar de Oliveira (Recife-PE, 1900-1977) em 1942, na sua tese “Formação Geológica da Planície do Recife” (p.39).

[2] “[...] o rio das capivaras nutre o imaginário do recifense desde a invenção da cidade, no século XVI, servindo de inspiração aos poetas, aos urbanistas, aos cidadãos. O cão sem plumas de Cabral, com suas águas brilhantes, o mangue denso que o margeia, seus ribeirinhos em barquinhos deslizantes, as redes jogadas do alto das pontes, as garças-brancas e toda a fauna, enche os olhos dos observadores de poesia.” (MONTEIRO, VIEIRA, MONTEZUMA, 2022, p. 26)

[3] “[...] o núcleo urbano e os subúrbios do Capibaribe passaram a ser moradia e propriedade da burguesia, restando os alagados, manguezais e morros para a ocupação dos excluídos, localizações que, correntemente, eram as mais castigadas por intempéries climáticas.” (MOURA, 2022, p. 99)

Figura 09: Porto de Pernambuco e cidade do Recife, na primeira metade do 17º século (1876). Adaptada pela autora. Fonte: Bibliothèque nationale de France, em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53021148s/f1.item>

4.1 Cidade anfíbia, território pesqueiro¹

O Recife, que será a primeira capital brasileira a completar 500 anos, passou – e segue passando – por diversas transformações ao longo da história da sua ocupação. Sempre contando com as águas como um elemento marcante das relações no território, é impossível pensar o Recife sem reconhecer o papel que as bacias hidrográficas do Beberibe, do Tejipió e do Capibaribe exercem até os dias atuais nas dinâmicas urbanas e no imaginário popular², tendo em vista que, segundo Waldemar de Oliveira (1942), “no Recife, o que não é água, foi água ou lembra a água”.

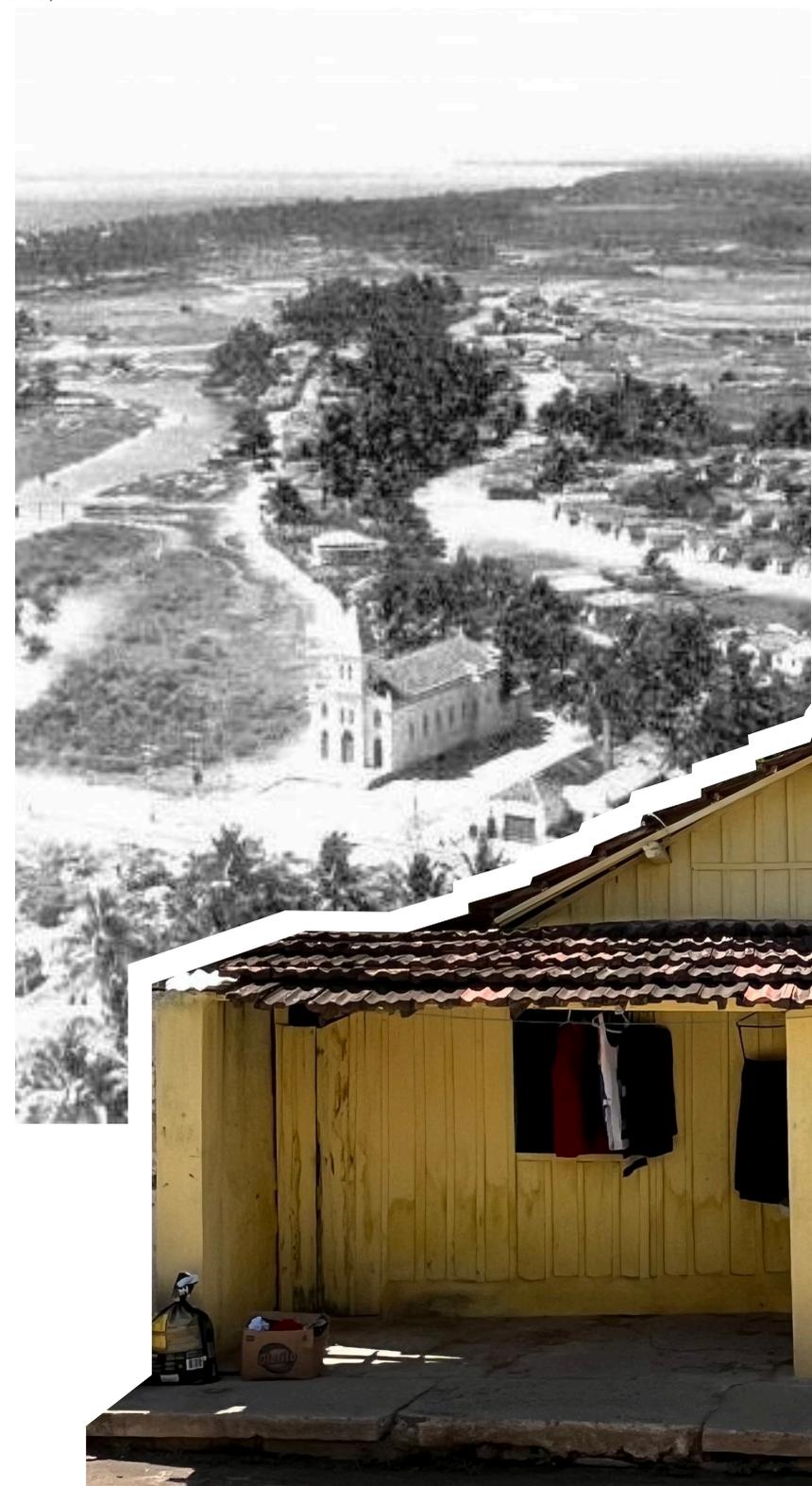
É notório que durante o período colonial, com a ocupação das margens dos rios para dar vazão à produção açucareira, o crescimento da cidade já seguia o fluxo das suas águas. Mas, antes mesmo da colonização portuguesa, comunidades indígenas já se faziam presentes em áreas que hoje pertencem aos bairros de Parnamirim e Graças (TORRES, 2000), região margeada pelo Rio Capibaribe. Com o passar dos anos, a transformação dos engenhos em sítios e chácaras pela burguesia local (MOURA, 2022) demarcou um padrão de segregação socioespacial na área, que pode ser observado até os dias atuais.³



A configuração do bairro do Pina, como parte dessa dinâmica histórica, reflete os desdobramentos dessa segregação. Situado originalmente num conjunto de ilhas, alagados e manguezais, o Pina se desenvolveu como um território marcado pela relação íntima da sua população com a natureza, numa dualidade entre a subsistência e a vulnerabilidade provocadas por essa interação. Até o final do século XIX, a região foi inicialmente ocupada por pequenas comunidades de pescadores, encontrando um aumento demográfico apenas no século XX, quando a cidade teve um crescimento de 46% na sua população (MOURA, 2022, apud CAVALCANTI, 2015). O intenso êxodo rural em direção ao Recife transformou o bairro no principal destino de uma série de grupos marginalizados, como refugiados das secas no interior do estado, e os povos ex-escravizados, que encontraram nos mocambos a sua forma de moradia.

O surgimento de favelas na Zona Sul, como a da Mata Sete, consolidada em 1928 e atualmente conhecida como Entra Apulso, assim como a ocupação do Areal Novo em 1937, que deu origem à comunidade de Brasília Teimosa, demonstram como o Pina e as áreas do seu entorno, compartilhavam um movimento de crescimento e consolidação de comunidades de baixa renda, mediante um intenso processo de ocupação pela resistência. A favela do Bode, que data de 1943, é um dos núcleos comunitários que se formaram no bairro na primeira metade do século XX, reunindo até os dias atuais características do início da sua ocupação, presentes na tipologia de algumas habitações; na atividade pesqueira; e nas organizações populares que moldaram a identidade do território.⁴

[4] Fonte: BEZERRA, Onilda Gomes. O Manguezal do Pina: a representação sócio-cultural de uma paisagem. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.



[5] Dados retirados do site oficial da Nação do Maracatu Porto Rico. Disponível em: <https://nacaoportorico.maracatu.org.br/>

Figura 10: Av. Herculano Bandeira e Igreja Nossa Senhora do Rosário na década de 1930. Fonte: Recife de Antigamente, 2023.

Figura 11: Casa tradicional do bairro do Pina, feita de madeira naval e telha inglesa. Fonte: Antonio Neto, 2024. Adaptado pela autora.

Figura 12: Festival Noite do Dendê. Fonte: Portal CBN Recife, 2024.



A configuração do Pina enquanto um território que, ao receber uma série de grupos sociais distintos, abrigou também a sua diversidade, caracteriza o bairro historicamente como o palco de uma série de manifestações culturais. A Nação do Maracatu Porto Rico, por exemplo, com uma origem que remonta ao ano de 1914, foi fundada por remanescentes do Quilombo dos Palmares e se estabeleceu no Pina em 1967, trazendo para a comunidade do Bode a Noite do Dendê, que é, até os dias atuais, um dos principais festivais de cultura popular da cidade, mobilizando anualmente cerca de 5.000 pessoas⁵.

É no Pina também onde se instala o Convento São Félix Cantalice, que foi residência do Frei Damião até 1997; e o Instituto de Assistência Social Dom Campelo (IASDOC), organização com mais de 50 anos de atuação no bairro, que abrigou as fundadoras do Projeto Criança Urgente (PROCRIU), criado em 1989 com o objetivo de promover assistência social para as crianças da comunidade do Bode. Como uma resposta às demandas sociais não atendidas pela gestão pública, estas e outras organizações sem fins lucrativos agregam, anualmente, centenas de beneficiários em projetos sociais, especialmente voltados à promoção da segurança alimentar e da proteção da infância e juventude da violência urbana.

Em paralelo ao surgimento destas instituições e intensificando as pressões sociais na área, os bairros do Pina e de Boa Viagem testemunharam uma série de transformações no seu espaço urbano. A partir da segunda metade do século XX, nos alagados da zona sul do Recife, passou-se a substituir, progressivamente, as casas de veraneio da burguesia por um outro tipo de habitação de

alto padrão, cada vez mais verticalizado. O Pina, que antes fazia parte do conjunto de áreas desprezadas da cidade, passou por um intenso processo de valorização imobiliária que modificou o padrão de ocupação em parte significativa do bairro, transformando parte da paisagem do mangue em um horizonte de arranha-céus.

A produção do espaço urbano na região foi estruturada com uma ênfase nas grandes intervenções viárias e na construção de empreendimentos de grande porte, tidos como representações do progresso e desenvolvimento (MOURA, 2022, apud. BEZERRA, 2000). Contudo, esse modelo aprofundou processos de degradação ambiental e gentrificação, ao negligenciar os elementos naturais e promover uma exclusão gradual das populações tradicionais. O início da construção do Shopping Rio Mar e da Via Mangue em 2009, são exemplos marcantes desse processo no bairro, pois comunidades como a do Jardim Beira Rio, foram alvo de remoções de milhares de moradias para dar lugar à construção da via, que se iniciou por influência das pressões imobiliárias exercidas pela implementação do shopping no bairro. Desse modo, os empreendimentos acabam por influenciar a consolidação de um desenho urbano que reforça a segregação no território.

Visando promover o reassentamento das famílias, o governo municipal implementou políticas de realocação, por meio da construção de conjuntos habitacionais. Se por um lado a moradia, assim como a saúde, educação e segurança, é um direito previsto no artigo 6º da Constituição brasileira, devendo ser protegido pelas instituições públicas; por outro, em periferias como as presentes no Pina, onde os grupos sociais mais vulneráveis se encontram, esse direito é atravessado por uma série de conflitos de interesse.



[6] Fonte: “Ela vai perder a casa para dar lugar ao projeto de urbanização Rio Pina” . Marco Zero Conteúdo, 24 out. 2022.

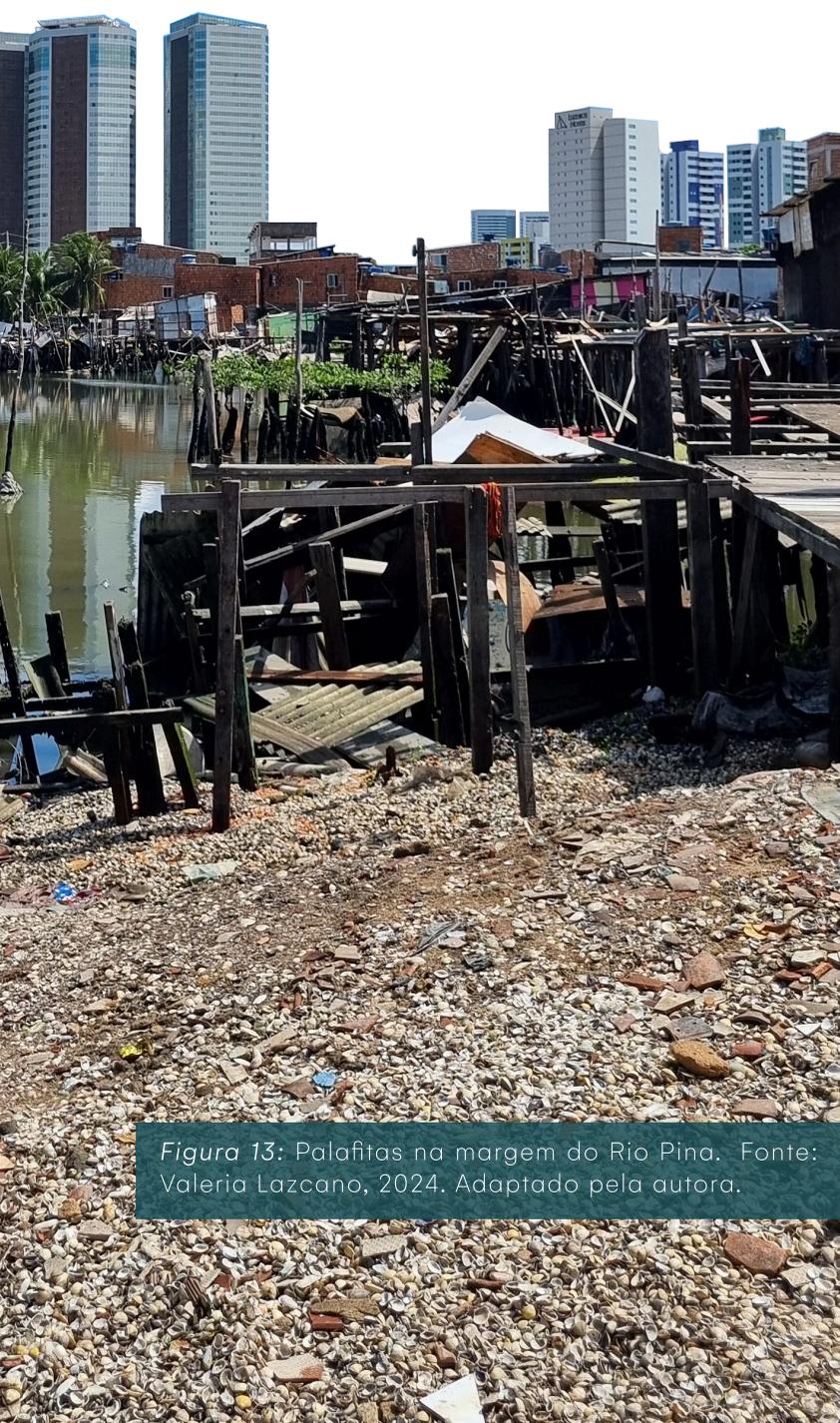


Figura 13: Palaftas na margem do Rio Pina. Fonte: Valeria Lazcano, 2024. Adaptado pela autora.

Segundo o documento “Terra e Moradia: Conflitos fundiários urbanos em Pernambuco” realizado pela ONG Habitat para a Humanidade:

“Entende-se por conflito fundiário urbano a disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano (terreno ou edifício), bem como o impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade.” (HABITAT PARA A HUMANIDADE, 2018)

Desse modo, “as remoções e despejos de famílias decorrentes de grandes projetos urbanos, tais como as grandes obras de infraestrutura” são um dos exemplos trazidos pela ONG de conflitos que marcam esses territórios. Em uma linha similar, o mais recente projeto de criação de um parque linear nas margens do Rio Pina, onde existiam mais de 800 palaftas, já está em curso em 2024⁶, após novas remoções e o encaminhamento das famílias para as unidades dos Conjuntos Habitacionais Encanta Moça I e II. Apesar dos benefícios previstos na preservação do ecossistema de mangue; na maior efetividade na despoluição do Rio Pina; e na redução de riscos para as famílias que viviam nas palaftas; é preciso estar atento ao processo com que esse tipo de estratégia se implementa na cidade, bem como o seu impacto nas dinâmicas sociais da população afetada.

Com esse cenário, mesmo após 34 anos, é notório que as composições de Chico Science, no contexto do movimento Manguebeat, ainda representam denúncias atuais ao processo de exclusão e degradação nas periferias, promovido pelo avanço da especulação imobiliária e da gentrificação. Em “A Cidade” (1994), o

artista expõe as contradições provocadas por uma cidade que “não para” e, ao crescer de forma desenfreada, aumenta também as disparidades entre os grupos sociais.

Em outra composição do mesmo álbum, “Da Lama ao caos”, o artista revela com referências à obra de Josué de Castro (1967) como este cenário evoca uma necessidade das comunidades de se organizarem coletivamente para “desorganizar” dinâmicas excludentes que pressionam as periferias. Segundo Bezerra e Melo (2014), o valor de uma paisagem “é algo que lhe é atribuído a partir de construções humanas”, de modo que ao resgatar a simbologia do mangue, o movimento reconheceu nesta paisagem um elemento de resistência cultural, denunciando a violência do capital imobiliário sobre os territórios e reafirmando a conexão de comunidades ribeirinhas, como as presentes no Pina, com o ecossistema do manguezal.

Figura 14: Casas na beira da maré. Fonte: Arnaldo Sete, 2022. Adaptado pela autora.



4.2 Dinâmicas sociais e parâmetros urbanísticos

[7] Fonte: CENSO Demográfico, 2010. Resultados do universo: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

[8] Fonte: Insituto Unibanco, 2024.

[9] Fonte: Grande Recife tem maior percentual de pessoas em extrema pobreza entre as regiões metropolitanas do país, diz estudo. G1, Pernambuco, 08 ago. 2022.

[10] Fonte: Quase metade dos moradores de comunidades na Zona Sul do Recife vive com até R\$ 600 mensais, aponta pesquisa. G1, Pernambuco, 04 fev. 2022.

Realizando um levantamento de dados censitários, percebe-se que o Pina apresenta uma população majoritariamente feminina e negra, correspondendo aos percentuais de 53,72% e 60,13% da população de 29.176 habitantes⁷, respectivamente. Segundo projeções do Observatório de Educação para o estado de Pernambuco, cerca de 52% dos jovens de famílias pobres chefiadas por mulheres negras não frequentarão a escola, número potencialmente maior do que os 15% daqueles cujas famílias são chefiadas por homens brancos de mais alta renda em áreas urbanas⁸. Esse contexto revela que, especialmente no perímetro da ZEIS, a população do Pina enfrenta uma série de desafios para superar as desigualdades sociais.

No Grande Recife, 13% da população vive em extrema pobreza, e 39,7% abaixo da linha da pobreza, totalizando 52,7% da população em condições de vulnerabilidade⁹. O território da ZEIS Pina/ Encanta Moça, por sua vez, se insere nessa realidade enquanto um dos mais vulneráveis da cidade, principalmente quando se considera que a pandemia afetou cerca de 80% das famílias, levando 43% destas a viver com menos de R\$ 600 reais mensais¹⁰.

Segundo uma análise realizada pela comunicadora social Karinne Costa (2022), a violência urbana se soma às vulnerabilidades enquanto um fator alarmante, com dados indicando que o Pina está entre os bairros com maior incidência de violência, com ocorrências demarcadas em sua maioria em pontos dentro das comunidades, refletindo a urgência de políticas públicas que abordem essas questões multifacetadas e interligadas.

Refletindo a complexidade das dinâmicas sociais do bairro, sua configuração espacial e parâmetros de ordenamento urbano possuem uma série de diretrizes e especificidades. Após uma análise da Lei nº 18.770 de 30/12/2020, que institui o atual Plano Diretor da cidade do Recife, foram observados 07 tipos de zoneamento nos limites do bairro, sendo eles:

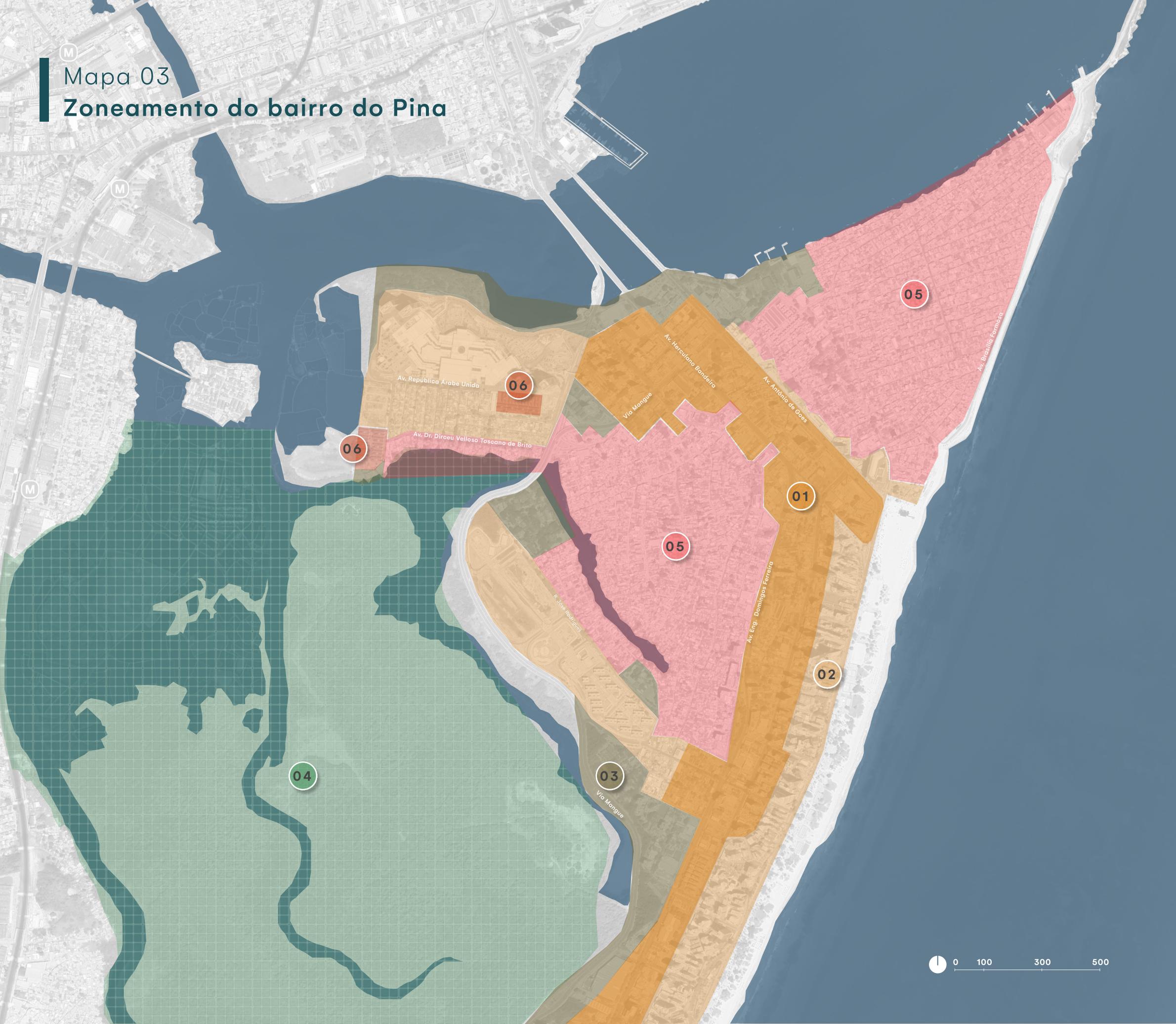
- 01 Zona do Ambiente Construído - Orla (ZAC Orla)
- 02 Zona de Reestruturação Urbana 2 (ZRU 2)
- 03 Zona de Desenvolvimento Sustentável Tejipió (ZDS Tejipió)
- 04 UCN Parque dos Manguezais
- 05 **ZEIS 1:** Pina/Encanta Moça e Brasília Teimosa
- 06 **ZEIS 2:** Conjunto Hab. Via Mangue I e Via Mangue II

Em linhas gerais, esses parâmetros revelam diretrizes de intervenção no território e demonstram que movimentos podem ser esperados em relação ao desenho urbano na área. Assim, ainda que o recorte de estudo do programa MUDA Pina se encontre restrito aos limites da ZEIS Pina/Encanta Moça, as dinâmicas estabelecidas em seu entorno apresentam uma influência significativa na própria ZEIS. A seguir, teremos uma breve análise dessas dinâmicas em cada uma das zonas.



Mapa 03

Zoneamento do bairro do Pina



01 Zona do Ambiente Construído - Orla (ZAC Orla)

A Zona de Ambiente Construído - Orla (ZAC Orla), que abrange a porção litorânea sul do Recife, é marcada por uma ocupação intensiva e densa, com sistemas de infraestrutura bem estabelecidos e uma ampla rede de equipamentos e serviços públicos. No Pina, a zona demarca a uma das áreas de maior valorização pelo setor imobiliário, com um aumento de 17,9% no valor dos aluguéis entre 2021 e 2022, fenômeno que tornou o Pina o bairro com o metro quadrado mais caro da cidade do Recife¹¹. Especialmente nas proximidades da orla da Praia do Pina e da Via Mangue (no outro extremo do bairro), a zona também enfrenta desafios relacionados à adaptação climática, por estar localizada em uma área costeira vulnerável à elevação do nível do mar e pela degradação ambiental promovida pelo seu padrão de ocupação, que cada vez mais impermeabiliza o solo do que antes foi um dos maiores alagados do Recife.

02 Zona de Reestruturação Urbana 2 (ZRU 2)

A Zona de Reestruturação Urbana 2 (ZRU 2) é caracterizada por um processo acelerado de uso e ocupação do solo, que por sua vez, pode ocasionar disparidades quando o aumento da densidade construtiva e populacional, não acompanha a oferta de infraestrutura local. No Pina, esta zona se sobrepõe com a ZAC Orla, adotando seus parâmetros urbanísticos, como o coeficiente máximo de aproveitamento igual a 3,0. No entanto, esta apresenta uma possibilidade de conversão em uma ZRU 1, que por sua vez adota um coeficiente de até 5,0. Considerando que a zona forma uma faixa que acompanha os limites da ZEIS Pina/Encanta Moça, é possível identificar que o movimento de valorização imobiliária na região, que já atrai mega projetos e eleva o valor da terra, pode se tornar ainda mais intenso com o aumento da densidade construtiva, formando um corredor de grandes empreendimentos que desconecta a ZEIS do bairro.

[11] ALUGUEL MAIS CARO: veja preços por bairros do Recife, com aumento de até 32%. Jornal do Comércio. 16 de jun. 2022.

[12] Fonte: Patrimônio do Recife, Parque dos Manguezais está esquecido. LeiaJá. 11 de Mar. 2015.

03 Zona de Desenvolvimento Sustentável Tejipió (ZDS Tejipió)

A Zona de Desenvolvimento Sustentável Tejipió (ZDS Tejipió) no bairro do Pina se estende pelas áreas que contornam o Rio Pina, abrangendo regiões cruciais do território. Essa zona se sobrepõe a legislação da ZEIS Pina/ Encanta Moça, abraçando partes de cada uma das comunidades, incluindo: toda a extensão do Jardim Beira Rio; partes da Beira Rio; cerca de metade da comunidade do Bode (da Rua Artur Lício até a área de maré); a porção sul de Encanta Moça; e toda a extensão da comunidade de Areinha. Sendo uma área de baixas e médias densidades populacionais e construtivas, sua gestão exige um planejamento cuidadoso, com atenção especial para a preservação dos recursos hídricos e a mitigação de riscos de desastres. As orientações para o ordenamento da ZDS Tejipió incluem a aplicação de conceitos de adaptação climática e a consideração dos interesses das comunidades pesqueiras locais para preservar o caráter dessas áreas.

04 UCN Parque dos Manguezais

O Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro, regulamentado em 2010, abrange 320,34 hectares na zona sul do Recife, situado entre os rios Capibaribe, Jordão, Pina e Tejipió. Reconhecido como a maior reserva de mangue em área urbana da América¹², desempenha funções cruciais como berçário de biodiversidade, amortecedor de marés, receptor de drenagem, produtor de nutrientes e mantenedor da identidade anfíbia da paisagem recifense (Decreto nº 25.565, 2010). No cenário do Pina, a relação entre as comunidades ribeirinhas e o ecossistema é fundamental para a construção da identidade cultural local. E, compreendendo essa dinâmica, a dissertação de MOURA (2022) analisa como a separação entre o natural e o humano no contexto das Unidades de Conservação da Natureza pode gerar conflitos que ameaçam tanto os ecossistemas quanto as identidades socioculturais, indicando a necessidade de fortalecer essas interações para preservar os valores da paisagem.

05 ZEIS 1: Pina/Encanta Moça e Brasília Teimosa

As Zonas Especiais de Interesse Social tipo 01 (ZEIS 1) desempenham um papel crucial na preservação do direito à moradia das populações de baixa renda, tendo em vista que representam as áreas onde estas populações já se encontram consolidadas, embora careçam de infraestrutura básica e apresentem conflitos para a regularização fundiária. No Pina, é possível identificar a presença de parte da ZEIS Brasília Teimosa e a ZEIS Pina/Encanta Moça, que corresponde à área de estudo da pesquisa. Nesta última, existem 04 comunidades reconhecidas, sendo elas: Areinha, Beira Rio, Bode, Jardim Beira Rio e Encanta Moça. Essas comunidades, que emergiram em um contexto de resistência e luta por direitos, são parte integrante da identidade do bairro, evidenciada pela permanência de organizações sociais e culturais, cuja atuação e alcance atravessam gerações. Desse modo, compreende-se que a classificação da área enquanto ZEIS a protege de ser completamente absorvida pelos padrões de ocupação de alta renda, esvaziando uma série de expressões e valores culturais, sociais e naturais, como ocorreu em partes das zonas supracitadas.

06 ZEIS 2: Conjunto Hab. Via Mangue I e Via Mangue II

As Zonas Especiais de Interesse Social tipo 02 (ZEIS 2) apresentam um caráter diferente da anterior, visto que são constituídas por lotes ou glebas não edificadas ou subutilizadas, que já dispõem de infraestrutura e serviços urbanos. Essa classificação busca promover a Habitação de Interesse Social (HIS), priorizando a realocação de famílias oriundas de áreas de risco e a titulação, especialmente de mulheres, como parte de um esforço para assegurar direitos de propriedade e melhoria nas condições de vida. No contexto do Pina, as ZEIS Conjunto Habitacional Via Mangue I e II, instituídas



Figura 15: Parque Infantil do COHAB Via Mangue II.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

através da Lei Nº 19.095 de 19/09/2023, representam as unidades habitacionais de famílias que foram reassentadas em virtude da execução da Via Mangue. O conjunto habitacional Via Mangue I foi inaugurado em duas fases, com a entrega dos primeiros cinco blocos em 2011 e dos cinco restantes em 2012, enquanto no mesmo ano foi também inaugurado o Via Mangue II, que abriga 320 famílias (MOURA, 2022, apud. CAMPOS, 2015). 12 anos após as entregas, ambos os conjuntos se encontram degradados, com áreas de lazer precarizadas e problemas de insegurança associados à violência urbana na região.

Conclusões

Através da revisão bibliográfica e pesquisa documental, foi possível compreender alguns dos desafios que o bairro do Pina enfrenta, especialmente no que se refere às suas comunidades mais vulneráveis. Sendo um retrato fiel das desigualdades presentes na Cidade do Recife, o Pina agrega no mesmo bairro o metro quadrado mais caro da cidade e uma das populações mais pobres, de modo que essa dicotomia se reflete também no seu desenho urbano. Em áreas como a ZAC Orla e a ZRU 2, caracterizadas pela alta valorização imobiliária e padrões construtivos intensivos, a verticalização impulsiona o aumento da densidade populacional, aumentando o fluxo de veículos (e, conseqüentemente, suas faixas de rolamento) e a sobrecarga dos sistemas infraestruturais, sendo muito comum nas vias principais a presença de alagamentos em períodos de chuva (ou mesmo de marés altas).

Em outras porções do território, como nas ZEIS, o adensamento também existe, mas toma a forma de habitações geminadas nascidas da autoconstrução. Pela espontaneidade da expansão urbana dessas áreas, seu sistema viário é composto por uma série de caminhos entre

A

as casas, os famosos “becos”, cuja passagem é na maioria dos casos destinada aos pedestres, transformando espaços residuais em uma rede de conexões. Com um gabarito baixo, as construções são majoritariamente habitações unifamiliares, ou uma combinação delas, compartilhadas entre os indivíduos de uma mesma família. Pela não profissionalização da mão de obra, existem carências em diversas habitações, mas são as palafitas que chamam mais a atenção, neste aspecto.

Construídas em áreas alagadas próximas aos corpos d’água (especialmente no perímetro da ZDS Tejipió e UCN Parque dos Manguezais), as palafitas abrigam uma parte significativa da comunidade pesqueira do Pina, coexistindo também com uma série de problemáticas ligadas à segurança dessa população frente aos eventos climáticos e a propagação de doenças; à própria resistência da edificação a desabamentos e incêndios; ao descarte incorreto dos resíduos (provenientes da pesca artesanal e resíduos domésticos) no mangue; entre outros desafios.

Nesse contexto, foi possível traçar, através da pesquisa, um retrato mais amplo das dinâmicas socioeconômicas e jurídico-legais presentes na ZEIS Pina/Encanta Moça, compreendendo aspectos da sua formação histórica e parâmetros urbanísticos que buscam direcionar suas transformações no futuro.



Figura 16: Palaftas demolidas nas margens do Rio Pina.
Fonte: Valéria Lazcano, 2024.

[13] Durante a realização das visitas, o grupo identificou uma série de características sobre o território que subsidiaram a elaboração do Relatório da Fase Conhecer.

No relatório, de autoria coletiva da equipe técnica, é possível ter acesso aos mapas temáticos produzidos no processo de caracterização da área, bem como às conclusões da equipe.

Para o presente trabalho, foram considerados os debates coletivos, as experiências de campo da autora, além das 02 visitas, e outras informações coletadas após a finalização do relatório, trazendo novas análises sobre o território.

4.3 Reconhecimento espacial

Com o objetivo de compreender com maior profundidade as características urbanístico-ambientais traduzidas no espaço físico do recorte de estudo, foram realizadas 02 visitas de campo oficiais no contexto do Programa MUDA Pina, que possibilitaram a realização de um levantamento iconográfico e também a produção de mapas temáticos de análise da ZEIS Pina/Encanta Moça¹³. Para a realização das visitas foram seguidas as seguintes etapas:

Engajamento das organizações locais

01

Através de uma reunião com lideranças de OSCs atuantes na ZEIS, foi definido que seriam realizadas visitas guiadas em grupo, unindo moradores e lideranças do território com a equipe do programa.

Definição do roteiro das visitas

02

O grupo definiu a rota das visitas em 02 partes: a primeira visita nas comunidades do Bode e Beira Rio; e a segunda visita nas comunidades de Areinha, Jardim Beira Rio e Encanta Moça.

Visitas de Campo

03

Realizadas nos dias 26/03/2024 e 09/04/2024, as visitas contemplaram um percurso de cerca de 10 km, contando com a participação de membros de 06 organizações.

Registros oficiais

04

Após a realização das visitas, a equipe elaborou documentos de “Memória Técnica”, que reuniram as principais informações coletadas e os disponibilizaram no Relatório da Fase Conhecer.



Figura 17: Rua Vila Teimosa. Fonte: Valéria Lazcano, 2024.

Mapa 04

Visitas de Campo

Comunidades

- Encanta Moça
- Bode III
- Bode II
- Beira Rio
- Areinha
- Jardim Beira Rio

Pontos Marcantes

- A Travessa do Normando
- B Largo do Encanta Moça
- C Praça Encanta Moça
- D Rua São Luís
- E Rua Eurico Vitrúvio
- F Rua Quixadá (Beco do Cantilho)
- G Vila Teimosa
- H Sítio dos Pescadores
- I Margens do Rio Pina
- J COHAB Encanta Moça I e II

Percursos

- Roteiro - Visita 01
- Roteiro - Visita 02
- Visitas Complementares da autora após a entrega do relatório



Quadro 01: resumo das visitas de campo

<p>Pontos Marcantes</p>	 <p>(Fig. 18) Praça – Travessa do Normando Fonte: Valéria Lazcano, 2024.</p>	 <p>(Fig. 19) Praça – Largo do Encanta Moça Fonte: Antonio Neto, 2024.</p>	 <p>(Fig. 20) Praça Encanta Moça Fonte: Antonio Neto, 2024.</p>
<p>Análise Descritiva</p>	<p>A Travessa do Normando é uma importante conexão entre a Rua São Luís e os núcleos habitacionais da Beira Rio. Caracterizada por áreas bastante adensadas por conta da aglomeração de habitações precárias, a comunidade realiza sua circulação por becos estreitos e carece de espaços públicos de convivência e lazer.</p> <p>Nesse contexto, a Praça da Travessa do Normando demonstrou ser um espaço de grande potencial para intervenções de requalificação, dada a sua dimensão e conexão com outras áreas residuais no entorno. Na visita, foram identificados muitos focos de lixo, brinquedos danificados e a precariedade da infraestrutura urbana no entorno da praça.</p>	<p>Na esquina que conecta a Avenida Encanta Moça com o Largo do Encanta Moça (uma rua sem saída), foi instalada uma praça de pequeno porte. Nela, é possível observar brinquedos infantis e algumas intervenções de urbanismo tático.</p> <p>No entorno da praça, a presença de alguns equipamentos como creches, escolas e instituições religiosas com atividades para o público infanto-juvenil, faz com que o local receba um fluxo intenso de crianças. A creche do Núcleo Espírita Missionários da Luz, a poucos metros da praça é um exemplo de como organizações do entorno dos espaços públicos mobilizam os moradores e realizam melhorias no espaço e no seu entorno.</p>	<p>A Praça Encanta Moça, localizada na Rua Artur Lício, é o principal espaço público da comunidade do Bode, pois, além de ser um ponto de referência da população, apresenta espaços de permanência, mesas de jogos e brinquedos em <i>área sombreada pela copa das árvores</i>.</p> <p>Sua localização também apresenta pontos de destaque, visto que na rua é possível encontrar 02 escolas de ensino fundamental e 02 organizações sociais de grande importância na comunidade: a Livroteca Brincante do Pina e o Patronato (IASDOC). A Livroteca, por exemplo, costuma realizar frequentemente ações de revitalização dos espaços do entorno, com a inserção de pequenos vasos para “tornar o Pina mais verde”.</p>
<p>Destaques</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conectividade da via; • Espaço público no coração de uma área residencial; • Intervenções dos moradores na manutenção do espaço (vasos); 	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo intenso de crianças e jovens; • Atuação das organizações sociais no espaço público (criação de jardins, pinturas, etc); • Riscos aos pedestres pelo fluxo de veículos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço livre público próximo à áreas bastante adensadas; • Árvores de grande porte e o desejo da população de expandir o “verde”; • Próximo à equipamentos importantes da comunidade (e da ZEIS);



(Fig. 21) Rua São Luís

Fonte: Google Earth, 2024.

A Rua São Luís representa um **eixo de conectividade** que desenha o limite entre as comunidades da Beira Rio ao norte, e do Bode, ao sul. Ao mesmo tempo, **conecta a Av. Herculano Bandeira até quase tocar as margens do Rio Pina** (tendo uma residência como obstáculo), cruzando a ZEIS por uma grande extensão. Através dela se direciona a maior parte do fluxo de veículos para as demais ruas e a circulação de pessoas fortalece o **comércio local**, transformando a via em um eixo de múltiplas atividades econômicas.

Além dos negócios locais, é na Rua São Luís que se localiza a sede do B.C.M. **Banhistas do Pina** (*destacado na imagem*), fundado em 1932 e ainda em atividade.

- Conecta uma série de vias importantes da ZEIS à Av. Herculano Bandeira;
- Maior concentração de comércios locais;
- Sede dos Banhistas do Pina;



(Fig. 22) Rua Eurico Vitrúvio

Fonte: Google Earth, 2024.

De modo semelhante à Rua São Luís, onde se conecta ao norte, a Rua Eurico Vitrúvio também é um importante eixo de conexão do território. Por ser a **3ª maior via da ZEIS**, ela concentra uma série de **equipamentos importantes e distribui o fluxo de pedestres para os becos adjacentes**.

Entre os equipamentos presentes estão: 01 creche, 01 escola municipal, igrejas, comércios e serviços, etc. A via também concentra a sede do **Procriu** (Projeto Criança Urgente), a ocupação do **Sítio dos Pescadores** e a sede do **Maracatu Porto Rico**. A diversidade de equipamentos transforma a via num **polo cultural**, comportando feiras, festas e a **Noite do Dendê**, festival que reúne cerca de 5 mil pessoas todos os anos desde 2009.

- Sede do Maracatu Porto Rico (*destacada na imagem*);
- Via larga, com trechos que vão de 5 a 12 metros de largura;
- Sede de organizações que levam atividades para o espaço público;



(Fig. 23) Rua Quixadá (Beco do Cantilho)

Fonte: Valéria Lazcano, 2024.

Os becos representam a tipologia viária mais presente na ZEIS, tecendo uma verdadeira trama entre as vias principais e as várias residências aglutinadas numa mesma quadra. É por meio deles que boa parte da circulação de pedestres é feita e até mesmo os veículos, especialmente as motocicletas, competem pelos espaços estreitos.

Entre eles, o Beco do Cantilho ou Rua Quixadá, tem um papel importante pois **conecta as comunidades do Bode e de Encanta Moça** num percurso de 2 a 3 metros de largura. Analisando os equipamentos do entorno, essa via se insere no **“caminho da escola”** pelo qual as crianças de ambas as comunidades percorrem.

- A importância dos becos na conectividade das comunidades;
- Disputa por espaço entre pedestres e motocicletas;
- Criação de caminhos seguros para crianças;



(Fig. 24) Vila Teimosa

Fonte: Renato Aquiles, 2024.

Sob a perspectiva da **interação entre a ZEIS e as demais zonas do entorno até a orla da Praia do Pina**, a Rua Vila Teimosa traça um paralelo com a Av. Domingos Ferreira, se conectando com ela através de 03 outras ruas: Rua Vinte e Seis de Janeiro; Rua Pereira da Costa; e a Rua do Atlântico.

Com uma tipologia que a aproxima dos becos em diversos pontos, a Vila Teimosa **apresenta carências em infraestrutura**, especialmente para mitigar **alagamentos**. Analisando as “entradas” que se formam no seus cruzamentos com as demais vias, são os **grafites** que melhor desempenham o papel de sinalizar aos pedestres uma **noção de continuidade e integração das passagens através do território**.

- Problemas de alagamentos, que se distribuem em outras vias da ZEIS;
- Grafite como expressão artística marcante ao longo do território;
- Interação entre cidade “formal” e “informal” pouco qualificada;



(Fig. 25) Sítio dos Pescadores

Fonte: Antonio Neto, 2024.

O Sítio dos Pescadores é uma ocupação localizada na Rua Eurico Vitrúvio que **se estende por aproximadamente 0,28 hectares**. Abrigando atualmente **cerca de 80 famílias**, a ocupação é constituída por moradias que **misturam alvenaria, madeira e metal em sua construção**, reaproveitando materiais descartados de outras infraestruturas. Com **carências em saneamento**, a ocupação enfrenta riscos ambientais em diversas esferas, especialmente atrelados a **incêndios**.

Apesar dos riscos, sua **localização** oferece aos pescadores artesanais uma **proximidade com travessas que conectam o Bode às margens do Rio Pina**, além de outros equipamentos e projetos sociais.

- Alta concentração de famílias em vulnerabilidade social;
- É alvo de propostas de remoção das famílias e mudança de uso;
- A localização da ocupação favorece o trabalho com a pesca artesanal;



(Fig. 26) Margens do Rio Pina

Fonte: Valéria Lazcano, 2024.

Nas margens do Rio Pina, que se estendem ao longo das comunidades do Bode e Areinha, existe uma **dinâmica distinta de ocupação do espaço**. Na margem oeste, as casas localizadas na **Areinha** apresentam uma composição de alvenaria, com um afastamento maior das margens e poucas saídas/aberturas para a “maré”, mantendo uma **estreita faixa da vegetação do mangue preservada**. No lado oposto, na comunidade do Bode, é notória a precariedade das habitações (em sua maioria palafitas) e o avanço que estas tiveram em direção às margens do Rio. Numa resposta direta à ocupação, foi aprovado um projeto de criação de um Parque Linear no local, **demolindo cerca de 800 palafitas e deixando um rastro de entulhos das construções**.

- Presença de resíduos da pesca artesanal e entulhos das demolições;
- Projeto de criação de um Parque Linear municipal em curso;
- Dicotomia das tipologias habitacionais do Bode e de Areinha;



(Fig. 27) COHAB Encanta Moça I e II

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Abrigando parte da **população que foi retirada das palafitas**, os Conjuntos Habitacionais Encanta Moça I e II representam a **tipologia padrão das habitações de interesse social** que vem sendo construídas no Brasil há mais de 60 anos.

Analisando a interação dos conjuntos com a ZEIS, percebe-se que **a forma de morar em nada se aproxima daquela que era experimentada anteriormente pela população**, seja pela melhoria nas condições de saneamento que os apartamentos oferecem; seja pela total **desconexão destes com a vizinhança e com a natureza**.

- Muros altos cercando boa parte do lote dos conjuntos;
- Espaços de lazer precários e não arborizados;
- Tipologia arquitetônica não adaptada ao clima de Recife;



Figura 28: Casas no Sítio dos Pescadores. Fonte: Renato Aquiles (01 e 02) e Antonio Neto (03), 2024. Adaptado pela autora.

Mapa 05

Equipamentos¹⁴

Comunidades

- Encanta Moça
- Bode III
- Bode II
- Beira Rio
- Areinha
- Jardim Beira Rio

Equipamentos Socioculturais

- Bloco Carnavalesco Banhistas do Pina
- CCM – Tubarões do Pina
- Nação do Maracatu Encanto do Pina | Yle Axé Oxum Deym
- Nação do Maracatu Porto Rico | Ilê Axé Oxóssi Guangoubira
- Procriu – Projeto Criança Urgente
- Livroteca Brincante do Pina
- Coletivo Pão e Tinta
- Coletiva Cabras

Institutos com atuação local

- Instituto Estrela do Deserto
- Instituto JCPM | Shopping Rio Mar

Equipamentos de Saúde e Esportes

- Corpo e Mente
- USF – Pina/João Rodrigues
- USF – Dr. Guilherme José Robalinho
- Unidade de Saúde Prof. José Carneiro Leão

Equipamentos Educacionais

- Escola Maria de Fátima Lima Pereira
- Escola Municipal João Cabral de Melo Neto
- CMEI – Creche Municipal Novo Pina
- Escola Municipal Oswaldo Lima Filho
- Colégio Márcia Cristina
- Escola Municipal Novo Pina
- Escola Cristã Joana de Oliveira
- Escola Assis Chateaubriand
- Escola EREM João Bezerra
- Escola Landelino Rocha
- EREF Delmiro Gouveia
- Escola Municipal Professor Solano Magalhães
- Escola da Elba
- (Desativada)* Escola Estadual Nossa Sra. da Conceição
- (Em construção)* Creche Municipal

Espaços públicos livres

- Praça encanta Moça
- Largo do Encanta Moça
- Praça Travessa Normando
- Canteiro Travessa José Leite
- Gramadão Pina
- (Em construção)* Parque Governador Eduardo Campos

Instituições Religiosas

- Convento São Félix Cantalice
- IASDOC – Patronato
- GEMA – Grupo Espírita Mensageiros do Amor
- Núcleo Espírita Missionários da Luz
- Igreja Matriz do Pina – Nossa Senhora do Rosário
- Assembleia de Deus Pina
- Primeira Igreja Batista do Pina
- Yle Axé Oxum Deym | Nação do Maracatu Encanto do Pina
- Ilê Axé Oxóssi Guangoubira | Nação do Maracatu Porto Rico

Núcleos habitacionais

- Sítio dos Pescadores
- COHAB Encanta Moça I e II
- COHAB Via Manguê I
- COHAB Via Manguê II

Equipamentos Diversos

- Centro dos Catadores
- COMPAZ Atriz Lêda Alves

Equipamentos de Segurança Pública

- 19º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco

[14] O levantamento apresentado neste mapa foi inicialmente realizado pela equipe do Programa MUDA Pina em abril de 2024 e adaptado pela autora em fevereiro de 2025.

Mapa 06

Mobilidade Urbana

Analisando o território sob a perspectiva da mobilidade urbana, é possível identificar uma dinâmica com 02 cenários principais: um entorno de vias de grande capacidade, que recebem diariamente um elevado tráfego de veículos, incluindo transporte público metropolitano; e uma malha interna desordenada, marcada por vias onde automóveis, motocicletas, bicicletas e pedestres disputam por espaço.

Vias como a Av. Encanta Moça, R. Manoel de Brito e R. Tomé Gibson simbolizam os principais limites da ZEIS Pina/Encanta Moça, sendo responsáveis pela integração do território com as demais zonas do entorno. São elas que, em conjunto com as vias arteriais, recebem o maior fluxo de pedestres que diariamente utilizam o transporte público, além de receberem parte do tráfego de automóveis que cruzam a Zona Sul da cidade. O território também apresenta outros eixos estratégicos, como a R. São Luís e R. Eurico Vitruvius, que mesmo não recebendo o tráfego das vias supracitadas, também privilegiam os automóveis em seu traçado e não possuem infraestrutura que dê suporte a outros modais, como o cicloviário.

Os becos, como o Beco do Cantilho, são fundamentais para a circulação de pedestres, mas a disputa com motocicletas e a drenagem inadequada prejudicam sua funcionalidade. Modais alternativos, como o cicloviário e o transporte fluvial são bastante presentes no território, mas com caráter “informal”, por não dispor de infraestrutura adequada, seja através de rotas cicláveis dentro da ZEIS, seja através de píers para os barcos.

Analisando as intervenções viárias propostas no projeto do parque linear nas margens do Rio Pina, o que poderia ser uma oportunidade de fortalecer uma mobilidade ativa com modais alternativos está se apresentando como um projeto que reforça o transporte individual motorizado. Propondo uma via que cruza a margem da R. Manoel de Brito até a R. Elias Gomes, o passeio asfaltado na beira do rio demonstra uma intenção de criar uma espécie de corredor expresso, contornando as comunidades.

Tipologias Viárias

Via Arterial Principal

Classificadas como corredores de transporte metropolitano, são as vias de maior fluxo de veículos e velocidade (60km/h), além de comportarem rotas de ônibus.

Via Expressa

Única via expressa da capital, a Via Mangue comporta um alto fluxo de veículos com um percurso sinuoso e uma velocidade de 60km/h. Na via está também a Ciclovia Via Mangue.

Via Coletora

A Av. Conselheiro Aguiar com um limite de velocidade estabelecido em 40km/h, é também uma das principais conexões da zona sul do Recife e comporta 02 escolas estaduais.

Via Local - Tipo 01

Vias com limite de velocidade de 30km/h, que comportam rotas de ônibus e concentram um alto fluxo de pedestres e veículos na área de estudo.

Via Local - Tipo 02

Vias com limite de velocidade de 30km/h, que não fazem parte das rotas de transporte público, mas são responsáveis por direcionar grande parte do fluxo de pedestres e veículos.

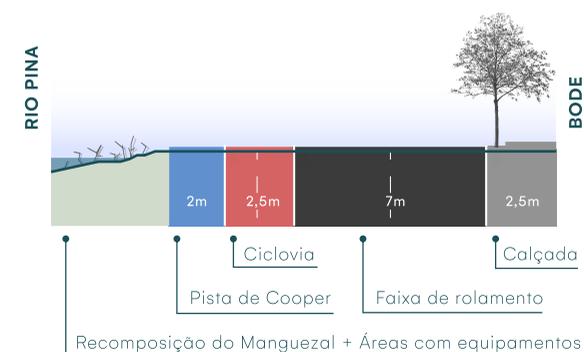
Rotas Cicláveis

De acordo com a CTTU as rotas cicláveis da área são: Ciclovia RioMar, Ciclofaixa Jardim Beira Rio, Ciclovia Via Mangue, Ciclovia Orla e a Ciclofaixa Brasília Teimosa.

Principais conexões à pé

Vias que se destacam pela conectividade, interligando diferentes comunidades e zonas do recorte, além de pontos de interesse, como escolas estaduais e a Praia do Pina.

Via projetada nas margens do Rio



LEGENDA

- Via Arterial Principal
- Via Expressa
- Via Coletora
- Via Local - Tipo 01
- Via Local - Tipo 02
- Rotas Cicláveis
- Via de mão dupla (prevista no Projeto Rio Pina)
- Ciclovía (prevista no Projeto Rio Pina)
- Principais conexões à pé
- Paradas de Ônibus
- Pontos de convergência de fluxo
- Barreiras
- Concentração de barcos



Ao analisar a área de estudo sob a perspectiva de seus recursos naturais, torna-se evidente a **demanda por soluções que integrem efetivamente a dinâmica ambiental ao planejamento urbano**, especialmente considerando sua proximidade com a Unidade de Conservação da Natureza (UCN) Parque dos Manguezais. Analisando as transformações projetadas para o local nos próximos anos, **o parque linear, que será implementado nas margens do Rio Pina**, se soma ao **Parque Governador Eduardo Campos**, já em construção, como as duas maiores intervenções da gestão pública.

Trazendo uma série de equipamentos importantes em seu complexo, o parque em construção na área do antigo Aeroclube deverá ter cerca de **12 hectares, se tornando o maior parque urbano da cidade**¹⁵. Apesar de também apresentar benefícios na figura dos equipamentos que serão instalados no seu percurso (como academias), o Parque Linear nas margens do Rio Pina, por sua vez, apresenta algumas controvérsias. Nele, os **poucos equipamentos destinados aos trabalhadores da pesca**, como um único “galpão de mariscos” e três píeres (previstos para serem executados posteriormente)¹⁶, evidenciam falhas no diálogo com a população.

Ademais, ambas as intervenções perdem uma oportunidade essencial de **atuar como mecanismos de adaptação climática para a área**. Os alagamentos recorrentes no bairro, provocados por chuvas intensas e pela elevação do nível da maré, são problemas críticos que afetam a população para além dos pontos oficialmente mapeados. Em vez de soluções convencionais de drenagem, que frequentemente apenas transferem o problema para outras regiões, **é fundamental adotar estratégias que aumentem a capacidade de retenção e infiltração das águas**, promovendo um planejamento que respeite e potencialize os benefícios do ecossistema natural. A valorização dos manguezais, a criação de áreas alagáveis planejadas e o fortalecimento da vegetação ciliar são medidas essenciais para **tornar a região mais resiliente aos impactos climáticos iminentes**.

Legenda

-  Vegetação existente (*mangue e outros*)
-  Espaços públicos livres
-  30 Praça encanta Moça
-  31 Largo do Encanta Moça
-  32 Praça Travessa Normando
-  33 Canteiro Travessa José Leite
-  34 Gramadão Pina
-  35 (*Em construção*) Parque Governador Eduardo Campos

 Área do Projeto Rio Pina

 Galpão de Mariscos
(*Local previsto no projeto*)

 Píer (*Local previsto no projeto*)

 Conexões de vias com a frente d'água
(*Local previsto no projeto*)

 Vias conectadas com a frente d'água

 Maré Máxima

 Pontos Críticos de Alagamento em vias

Fontes:

[1] dados da EMLURB (2013), analisados por Silva Junior, M. A. B., Silva, S. R. (2016).

[2] dados da Autarquia de Trânsito e Transporte, CTTU (2024), divulgados pela TV Jornal.

[3] “Chuvas no Recife: CTTU divulga lista atualizada com pontos de alagamento”. Portal Folha de Pernambuco, 05 de fev. 2025.

 Área de propriedade privada

4.4 Conclusões

A análise da ZEIS Pina/Encanta Moça revelou um território marcado por desigualdades socioespaciais, refletindo as contradições presentes na Cidade do Recife. Enquanto a verticalização avança em setores de alta valorização imobiliária, impulsionada pela lógica da produção do espaço urbano voltada ao mercado, o espaço destinado às populações de menor renda segue caracterizado pela autoconstrução e pela precariedade da infraestrutura urbana. A ocupação espontânea resulta em um tecido urbano fragmentado, onde o traçado irregular e a alta densidade construtiva dificultam a implementação de políticas públicas eficientes de mobilidade e saneamento.

A mobilidade urbana se apresenta de forma segmentada, com eixos estruturadores viários, como a Av. Encanta Moça e a R. Manoel de Brito, recebendo alto fluxo de tráfego motorizado, e uma malha interna, que apesar de ter vias com boa capacidade (como a R. Eurico Vitrúvio, R. São Luís e R. Artur Lício), é composta majoritariamente por ruas estreitas e becos, não dispendo de infraestrutura adequada para um tráfego seguro de pedestres e ciclistas. A ausência de calçadas acessíveis, a descontinuidade das rotas cicláveis e a inexistência de infraestrutura para o transporte fluvial evidenciam a necessidade de um planejamento intermodal que articule diferentes sistemas de mobilidade.

A precariedade habitacional é um dos aspectos mais críticos da ZEIS, especialmente nos núcleos de maior adensamento horizontal, identificados nas comunidades do Bode e Beira Rio. Nessas zonas, verifica-se com frequência a ausência de critérios normativos mínimos de habitabilidade, como ventilação adequada e acesso a saneamento básico.

[15] Fonte: “Projeto Aero clube: bairro do Pina deve ganhar maior parque urbano do Recife” . Folha de Pernambuco, 02 set. 2020.

[16] Fonte: “Projeto de urbanização do Pina não garante moradia para todas as famílias que serão removidas” . Marco Zero Conteúdo, 19 dez. 2022.

[17] Segundo o estudo realizado por Silva Junior e Silva (2016), publicado na Revista Brasileira de Geografia Física, entre os anos de 1975 e 2007 o bairro de Boa Viagem teve um aumento de 37,17% para 73,13% nas áreas de solo impermeabilizado. Realizando um paralelo com o bairro do Pina, percebe-se que essa transformação resulta em uma sobrecarga do sistema de drenagem, provocando alagamentos em diversos pontos.

[18] O projeto foi disponibilizado em PDF no dia 19 de dezembro de 2022, na plataforma SlideShare. Pode ser acessado através do site: <https://pt.slideshare.net/IncioFrana2/pinaprojetofinalcomunidadepdf>

As dinâmicas hídricas do território exercem influência direta sobre a qualidade ambiental e a resiliência urbana. O adensamento da ZEIS, somado ao alto percentual de solo impermeabilizado e ao sistema de drenagem deficitário, intensifica os episódios de alagamento e dificulta a infiltração das águas pluviais. No Recife, onde o *run off* pode chegar a até 80% da precipitação em áreas altamente urbanizadas¹⁷, a ausência de soluções de drenagem sustentáveis agrava ainda mais os impactos das chuvas intensas. O modelo de drenagem tradicional, centrado na canalização e na rápida eliminação da água superficial, não apenas transfere o problema para outras áreas da cidade, mas também compromete os serviços ecossistêmicos naturais do manguezal.

Nesse contexto, a implementação do Parque Linear do Rio Pina representa uma oportunidade para integrar infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza, mas, da forma como foi concebido, reforça fragilidades ambientais ao promover a impermeabilização de uma área significativa para priorizar o transporte individual motorizado¹⁸.

Diante desses desafios, evidencia-se a necessidade de um planejamento urbano pautado pela perspectiva da justiça socioambiental, considerando não apenas os parâmetros normativos e as diretrizes urbanísticas, mas também os saberes tradicionais e as práticas cotidianas da população. Para além da leitura técnica e cartográfica do território, é fundamental compreender as dinâmicas espaciais sob a ótica dos seus moradores, incorporando suas percepções e demandas no processo de tomada de decisão.

**“O lugar onde eu vivo
é minha casa querida,
com muitas pessoas que eu gosto,
e uma delas até me deu a vida.**

**O lugar onde eu vivo
também é minha cidade e o Pina,
aqui sim eu vivo de verdade,
o lugar onde eu vivo é muito especial,
pois não tem pessoas iguais
e sim diferentes.**

A comunidade mora na gente.”

Anna Luiza Dias Vieira, 12 anos
(PROCRIU, 2022)

05

Participação popular:
Horizontes e perspectivas

O processo participativo se constituiu como a principal etapa para uma profunda compreensão do território e elaboração de uma análise ancorada em experiências reais dos atores sociais locais. Após o levantamento de dados secundários, análises urbanísticas e visitas de campo, apresentados no capítulo anterior, os métodos de pesquisa qualitativos entram em foco. Desse modo, a perspectiva dos usuários é inserida, não apenas como um caminho para fundamentar decisões e complementar o estudo, mas especialmente para promover um tipo de atuação profissional e, conseqüentemente, de desenho urbano centrado nas pessoas¹.

“Métodos qualitativos são capazes de revelar necessidades profundas, desejos e aspirações. São particularmente úteis para contestar pressupostos sobre o mundo, e também quando não se pode assumir que os pesquisadores conheçam todo o universo possível de respostas, crenças e idéias dos participantes. [...] podem ajudar a revelar oportunidades sociais, políticas, econômicas e culturais das pessoas e permitir que descrevam os obstáculos com suas próprias palavras.” (IDEO, 2009)

Neste capítulo, o processo será abordado em 02 etapas:

5.1 Métodos e estratégias utilizadas

5.2 Resultados das oficinas participativas: Mapas de empatia

[1] O Human Centered Design (em português “*Design Centrado no Ser Humano*”) é uma abordagem que tem como princípio colocar as pessoas no centro do processo criativo acerca de soluções que podem impactá-las. Desenvolvido em 2009 pela IDEO, o Kit de Ferramentas da Human Centered Design demonstra através de três fases principais (Ouvir, Criar e Implementar) como conduzir processos participativos para co-criar soluções em diversos campos do conhecimento, inclusive no desenho urbano.

5.1 Métodos e estratégias utilizadas

[2] Todos os encontros e oficinas descritos neste trabalho contaram com a presença da autora como facilitadora e/ou apoio técnico da equipe, portanto as informações descritas têm em sua origem essas experiências. Outros detalhes e perspectivas do processo podem ser consultadas no Relatório da Fase Conhecer do MUDA Pina, disponível em bit.ly/mudapina.

[3] O relatório “Entre Vozes e Vivências - Avaliação participativa do Compaz para o fortalecimento da cultura de paz e inclusão social no Recife (PE).” (2023), realizado pela UNICEF e Prefeitura do Recife, utilizou como base a metodologia e implementação do Massapê, que por sua vez consiste na elaboração de 05 perfis, apresentados como personagens que contam a sua história com o equipamento. Através do olhar de cada personagem, são inseridas potências e problemas vivenciadas por pessoas reais, participantes do processo de escutas realizado pela organização.

Com o objetivo de construir um processo representativo e participativo para o estudo do território da ZEIS Pina/Encanta Moça, foram definidas estratégias de engajamento comunitário, que possibilitassem uma mobilização popular efetiva; e, posteriormente, métodos de tratamento e análise de dados, que pudessem preservar a identidade das pessoas e ainda traçar um perfil com o qual pudessem se identificar.

Desse modo, o processo segue 04 etapas, tomando como base duas referências principais: a experiência prática vivenciada através do Programa MUDA Pina², que possibilitou a realização dos encontros com organizações sociais e oficinas participativas; e a metodologia de avaliação participativa apresentada no relatório “Entre Vozes e Vivências”³, cuja equipe realizou, após a coleta de dados primários, a construção de perfis que representavam os grupos focais da pesquisa, possibilitando uma compreensão maior das percepções e necessidades deles.

01 Encontros com OSC

Entre as organizações locais, as OSCs desempenham um papel crucial no território, seja pela quantidade de pessoas que mobilizam, seja pelas atividades que promovem. Por conta disso, foram realizados **06 encontros, no formato de entrevistas semi estruturadas**, que buscaram compreender a atuação de cada organização e sua visão sobre tensões e desejos da população local.

02 Oficinas Participativas

Através do contato com as OSCs e outros institutos com atuação local, foram agendadas **05 oficinas com 04 grupos focais**: crianças de 7 a 13 anos; adolescentes e jovens de 14 a 21 anos; mulheres acima dos 18 anos; e uma oficina geral com moradores do território, que acabou demarcando um grupo focal de mulheres acima dos 50 anos.

03 Construção dos perfis

Para analisar os dados das oficinas e transmiti-los de um modo que aproxime os leitores dos participantes, foi utilizada a **estratégia da construção de perfis**. Desse modo, 04 perfis foram construídos tomando como base o “**Mapa de Empatia**”, uma ferramenta utilizada no campo do design centrado no ser humano.

04 Resultados do processo

Por meio do Mapa de Empatia, foi possível analisar e transmitir os resultados do processo em 04 níveis:

- 1. Horizonte:** o que este perfil percebe sobre o território?
- 2. Perspectiva:** quais as suas experiências com o lugar?
- 3. Dores:** o que para ele é um problema ou obstáculo?
- 4. Desejos:** o que ele gostaria que acontecesse?

Quadro 02: Encontros com Organizações Sociais Locais

Nome da Organização	Descrição	Público Principal	Principais atividades
Coletiva Cabras Desde 2020	Coletiva sociopolítica formada por mulheres. Estimula a autonomia das meninas e mulheres da Comunidade do Bode-Pina/PE.	Mulheres de todas as idades.	<ul style="list-style-type: none"> Através de ações de educação com 12 alunas da comunidade do Bode, influenciaram que 6 delas se inscrevessem no EJA; Fizeram oficinas com pescadores e marisqueiras do Pina para falar sobre os impactos do projeto Rio Pina na vida deles e na dinâmica do bairro; Articularam uma parceria para instalar wi-fi na Praça Encanta Moça, para ajudar as mulheres que precisavam de acesso a um curso, mas isso acabou também ajudando crianças na pandemia a acessarem as aulas online;
Livroteca Brincante do Pina Desde 2000	Projeto de incentivo à leitura, integração artística, cultural e ambiental que tem como base uma biblioteca.	Crianças, adolescentes e Jovens	<ul style="list-style-type: none"> Na Livroteca, além da rádio comunitária “A Voz da Lama”, ocorrem oficinas diversas, sessões de cinema, produções em serigrafia, entre outros; Atualmente o acervo aceita todos os tipos de livros, exceto escolares; O espaço é tido como público, pois a Livroteca fica aberta e pode ser amplamente acessada, principalmente a sua quadra, que serve como espaço para eventos das organizações do território e também dos moradores que realizam festas, aniversários, etc (<i>mediante reserva</i>);
Nação do Maracatu Porto Rico Desde 1916	Nação de maracatu de Baque Virado com cerca de 60 anos de presença no Pina.	Homens e Mulheres de todas as idades	<ul style="list-style-type: none"> No térreo da sua sede fica o Ilê Axé Oxóssi Guangoubira, onde ocorrem as cerimônias religiosas. Realizam, além das atividades no carnaval, oficinas ao longo do ano (voltadas para a confecção de instrumentos, adereços e as práticas do maracatu) e atendimentos para a população, como a oferta de atendimento psicológico; Atualmente armazenam livros com a intenção criar uma biblioteca; São os fundadores e organizadores da Noite do Dendê.
Núcleo Espírita Missionários da Luz Desde 1984	Núcleo espírita que condensa uma série de projetos sociais e educativos voltados para as comunidades do Pina.	Homens e Mulheres de todas as idades.	<ul style="list-style-type: none"> A sede (“Casa”) abriga os encontros religiosos e os projetos sociais diversos que são liderados por coordenadores; +210 crianças frequentam semanalmente o espaço para ações de educação ambiental e evangelização; Cerca de 60 mães cadastradas no projeto do “Sopão Solidário” (<i>Semana</i>); 40 crianças matriculadas na Creche, que funciona no térreo do espaço;
Procriu – Projeto Criança Urgente Desde 1989	OSC que visa possibilitar a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade, aprendizagem através da arte educação.	Crianças, adolescentes e jovens.	<ul style="list-style-type: none"> Atende cerca de 70 crianças, adolescentes e jovens em situação de risco; Promove atividades como aulas de informática, capoeira, percussão, reforço escolar, dança, etc. Além disso, oferece atendimento à meninas e mulheres grávidas, suporte às famílias e encaminhamento para serviços de proteção. Idealizadores da FECULT – Feira Cultural com mais de 12 edições que reúne cerca de 2.000 pessoas em eventos de música, artesanato, palestras, etc.
Nação do Maracatu Encanto do Pina Desde 1980	Fundado por uma mulher Negra, e regido por dois Orixás mulheres, é um <i>“local de transformação social e empoderamento.”</i>	Mulheres de todas as idades.	<ul style="list-style-type: none"> Primeira Nação de Maracatu comandada por uma mulher (Mestra Joana), possuindo uma forte relação com as questões de gênero e o empoderamento feminino; Na sede, que também abriga o Yle Axé Oxum Deym, são realizadas diversas atividades, como oficinas, que periodicamente reúnem um público extenso de meninas e mulheres, atuando na proteção da juventude.

Mapa 08

Organizações Sociais Locais

Organizações Sociais Locais

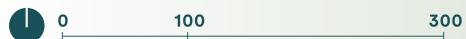
- 1 Coletiva Cabras
- 2 Livroteca Brincante do Pina
- 3 Nação do Maracatu Porto Rico
- 4 Núcleo Espírita Missionários da Luz
- 5 Procriu - Projeto Criança Urgente
- 6 Nação do Maracatu Encanto do Pina

Comunidades

- Encanta Moça
- Bode III
- Bode II
- Beira Rio
- Areinha
- Jardim Beira Rio

Vias

- Principais Conexões entre os equipamentos



Quadro 03: Síntese dos encontros com Organizações Sociais Locais

Nome da Organização	Tensões	Desejos
Coletiva Cabras	<ul style="list-style-type: none"> Comentaram sobre como o “isolamento” (especialmente na pandemia) é diferente na periferia, mais intenso pela falta de internet e cercado por uma série de violências; A ocupação do Sítio dos Pescadores está em processo de luta pela sua regularização fundiária; O projeto do Parque linear nas margens do Rio Pina foi apontado como uma grande tensão pelas demolições; 	<ul style="list-style-type: none"> Através de oficinas realizadas pela Coletiva, foram sugeridos um pier para os pescadores e um galpão de beneficiamento no parque, que servisse de suporte para os trabalhadores que vivem da pesca artesanal; Um centro de artesanato e peixes também foi apontado como um desejo, marcando a necessidade de reforçar a memória de que se trata de um Território Pesqueiro;
Livroteca Brincante do Pina	<ul style="list-style-type: none"> Os espaços públicos estão bastante degradados e a comunidade só tem 01 quadra no perímetro da ZEIS, que é a da Livroteca; Existe uma forte percepção de que a violência no Pina se intensificou, causando um processo de esvaziamento das ruas e espaços de convivência; 	<ul style="list-style-type: none"> Compreendendo a Livroteca como um espaço de ampla utilização pela comunidade, um desejo é o de ter melhorias na sua infraestrutura, principalmente na quadra; Promover uma Cultura de Paz no Pina: a escalada da violência urbana traz a necessidade de pensar em soluções que possam retomar a segurança dos moradores nos espaços públicos;
Nação do Maracatu Porto Rico	<ul style="list-style-type: none"> As organizações carnavalescas estão cada vez mais abandonadas e desarticuladas. Os Banhistas do Pina, por exemplo, estão com a sede temporariamente desativada; e os Tubarões do Pina estão com uma atividade mais pontual no período de carnaval; Intolerância de grupos de outras religiões do bairro com o Candomblé, religião da Nação do Maracatu Porto Rico; 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização dos grupos de cultura popular do Pina, como os blocos e clubes carnavalescos; Um desejo apresentado foi de que o local onde era o antigo Aeroclub (atualmente um complexo que irá conter o COMPAZ Lêda Alves, uma creche, um parque e um loteamento privado) fosse uma passarela para as organizações carnavalescas;
Núcleo Espírita Missionários da Luz (NEML)	<ul style="list-style-type: none"> Intensa vulnerabilidade social: uma parte significativa da população depende das ações sociais de organizações como o NEML, GEMA, Instituto Estrela do Deserto e outros para atender necessidades básicas; Infraestrutura do entorno: a organização recebe com frequência uma grande quantidade de crianças e o entorno não oferece rotas ou espaços de recreação adequados; 	<ul style="list-style-type: none"> Mais espaços de recreação na ZEIS, especialmente pensados para as crianças e adolescentes; Apoio para melhorar a Infraestrutura da Creche; Impulsionar o engajamento com ações de educação ambiental entre os jovens do Pina, como o plantio de árvores e a coleta seletiva;
Procriu – Projeto Criança Urgente	<ul style="list-style-type: none"> Proteção das crianças e adolescentes em situação de risco, tanto pela cooptação pelo tráfico e violência urbana, quanto pela degradação do seu local de moradia; Muitos resíduos descartados na área da maré, tanto provenientes das recentes demolições, quanto da pesca; Transtornos ligados à alagamentos em diversas vias; 	<ul style="list-style-type: none"> Articulação e fortalecimento das organizações sociais, aumentando a rede de proteção das populações mais vulneráveis; Requalificação dos espaços públicos da comunidade, fazendo as pessoas se sentirem seguras para estar na rua; Tornar o Pina mais verde, com o objetivo de mitigar riscos ambientais e reconectar a população com a paisagem;
Nação do Maracatu Encanto do Pina	<ul style="list-style-type: none"> Cenário de violência contra as mulheres, intensificado pela crescente violência urbana; Dificuldade de garantir a permanência das meninas/ jovens nas oficinas e atividades do Maracatu; Parte da estrutura da sede do maracatu foi ameaçada pelas projeções de demolições do Projeto do Rio Pina; 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização do Maracatu como um espaço de segurança, educação e empoderamento feminino; Proteção do espaço físico da sua sede; Ações que tenham como objetivo a redução da violência urbana, especialmente através da educação e cultura;

A realização dos encontros com as organizações sociais da ZEIS Pina/Encanta Moça foi uma etapa significativa para compreender, através do olhar de lideranças do bairro, algumas das principais tensões que as comunidades enfrentam, bem como importantes necessidades e expectativas que possuem.

Num primeiro momento, temas como *a segurança nos espaços públicos; a qualidade das infraestruturas urbanas, como vias e espaços livres de lazer; a vulnerabilidade social, intensificada pelos riscos ambientais; e as manifestações culturais do bairro*, especialmente representadas pelas Nações de Maracatu, foram os mais abordados durante as discussões.

No entanto, reconhecendo que cada organização possui um olhar direcionado às questões que tocam a sua realidade enquanto instituição, as oficinas participativas aparecem como um instrumento capaz de avaliar quais questões tocam a população de forma mais abrangente. Com o apoio destas e de outras organizações, ocorreu em seguida um processo de mobilização de moradores de todas as faixas etárias, para garantir uma maior representatividade; o que culminou na realização das oficinas que serão apresentadas a seguir.

5.2 Resultados das oficinas participativas: Mapa de empatia

As oficinas participativas foram realizadas entre os dias 18 e 30 de abril de 2024, contando com a presença de 154 participantes em 05 encontros. Em cada uma delas, a organização realizou o convite dos participantes e cedeu o espaço físico da sua sede para o desenvolvimento da oficina, que foi conduzida pela equipe do MUDA Pina. Optando por um formato de “roda de conversa”, as oficinas seguiram majoritariamente um modelo que dividiu os encontros em 02 momentos: pensar coletivamente em tensões e problemas que os participantes enxergam no território; e, em seguida, refletir sobre aquilo que consideram serem as maiores qualidades das comunidades do Pina.

Nesse cenário, foi possível levantar dados qualitativos sobre o território, através da perspectiva dos seus moradores e, posteriormente, tratar os dados construindo perfis que pudessem transmitir essas experiências. A seguir serão apresentados os dados gerais das oficinas realizadas e os 04 perfis que foram construídos a partir dos seus participantes.

- 01 Oficina com Jovens - 02 Turmas do Instituto JCPM
- 02 Oficina com Crianças - Alunos do PROCRIU⁴
- 03 Oficina com Mães - Núcleo Espírita Missionários da Luz
- 04 Oficina com Mulheres - Instituto Estrela do Deserto

[4] Com o objetivo de enriquecer a construção do perfil que representa as crianças do território, foram retiradas citações do livro “Minha Vida na Comunidade”, elaborado em 2022 pela equipe do PROCRIU. Na obra, crianças e adolescentes que frequentam as atividades do projeto tiveram suas histórias contadas através de relatos, poesias e desenhos, traçando um retrato de como é morar na ZEIS Pina/Encanta Moça, especialmente num contexto pós pandemia de COVID-19.

Quadro 04: Síntese das Oficinas Participativas

Organização Parceira e data	Alcance	Perfil do Público	Local de moradia	Descrição das oficinas
Instituto JCPM 18/04/2024	34 pessoas	Adolescentes e jovens de 14 a 21 anos, sendo 61% meninas, 35% meninos e 1% não binários.	Bode Beira Rio Brasília Teimosa	<ul style="list-style-type: none"> A oficina se dividiu em 02 momentos de 50 minutos, entre 17:00 e 20:00 horas, com alunos de duas turmas distintas da disciplina de Cidadania do pré-vestibular do Instituto JCPM; Com as cadeiras separadas em “U”, a oficina se deu num formato de roda de conversa, com perguntas norteadoras para guiar a discussão; “Qual lugar você mais gosta no Pina e por quê?”, “O que caracteriza um local hostil no Pina?” e “Se você pudesse transformar um lugar no Pina, qual seria?” foram algumas das perguntas realizadas;
Procriu – Projeto Criança Urgente 26/04/2024	37 pessoas	Crianças de 7 a 13 anos, sendo 57% meninas e 43% meninos.	Todas as comunidades da ZEIS Pina/ Encanta Moça	<ul style="list-style-type: none"> A oficina aconteceu no horário da recreação, reunindo as crianças que fazem parte das atividades do Procriu em um momento de contação de histórias e diálogo; Para dar suporte a oficina, foi criado um personagem em formato de “<i>muda de planta</i>”, que serviu para fazer com que as crianças interagissem e trouxessem seu ponto de vista sobre o território; A dinâmica foi dividida em: contação de história; reflexão sobre os lugares do território que fazem parte do cotidiano das crianças; o que elas mais gostam em cada um desses lugares; o que gostariam que fosse diferente; e, por fim, quais os seus sonhos para o futuro.
Núcleo Espírita Missionários da Luz 27/04/2024	57 pessoas	38% de pessoas adultas e 62% de pessoas idosas, sendo 11% homens e 89% mulheres.	Todas as comunidades da ZEIS Pina/ Encanta Moça	<ul style="list-style-type: none"> A oficina foi desenvolvida no horário cedido pela instituição, no qual ocorrem palestras semanais para as mães cadastradas no projeto do “Sopão Solidário”; A dinâmica se deu num modelo de roda de conversa, onde perguntas direcionadoras foram feitas para estimular que as pessoas presentes compartilhassem suas perspectivas sobre o território; Dividindo os 50 minutos em dois momentos, as perguntas principais foram: “O que você mais gosta no Pina?” e “O que você não gosta no Pina?”, para estimular em seguida uma conversa com perguntas específicas sobre os relatos que foram sendo apresentados;
Instituto Estrela do Deserto 30/04/2024	26 pessoas	Mulheres, sendo 61% idosas, 30% adultas e 7% jovens.	Todas as comunidades da ZEIS Pina/ Encanta Moça	<ul style="list-style-type: none"> A oficina ocorreu após a mobilização da instituição, que convidou algumas mulheres beneficiárias dos programas sociais, como o letramento e o mercado solidário; De modo semelhante às demais oficinas, a dinâmica também foi dividida em dois momentos, discutindo potências e problemas do território; Com o apoio de um mapa, onde foram demarcados alguns dos locais já apresentados e discutidos em oficinas anteriores, as participantes identificaram pontos que possuem uma grande relevância no Pina e citaram outros que representam tensões;

João, 12 anos
“Se esse bairro fosse meu...”

Sonhando em se tornar um jogador de futebol profissional, João gostaria de poder comprar uma casa para sua mãe e seus irmãos. Morando na Rua São Luís, ele enxerga o Pina como um bairro agitado, assim como a sua rotina, que começa pela manhã nas atividades do PROCRIU; continua à tarde na Escola Municipal Novo Pina; e só termina após o treino de Jiu-Jítsu. Assim como os seus amigos, João quer que o seu bairro seja “uma comunidade saudável, boa pra morar, viver... Mas sem buracos na rua.”



Figura 29: Crianças brincando na quadra da Livroteca.
Fonte: Luana Santos, 2024. Adaptado pela autora.

Horizonte

O que João percebe sobre o território?

- Pela aflição da sua mãe, **acredita que é perigoso estar na rua de noite**, mesmo que queira sair para brincar;
- Escuta os **sons de conflitos** e dos seus amigos na escola **notícias sobre a violência do bairro**;
- Observa que **os lugares destinados às crianças não estão sendo mantidos** e por isso nem todos são utilizados atualmente;
- Para ele, **sua comunidade é bastante ativa** e tem muitas coisas acontecendo;
- Gosta dos **grafites** que encontra nas ruas e, se pudesse, **“colocaria luzes e bandeiras coloridas”** por toda a sua comunidade;

“a comunidade é agitada, **muitas pessoas na rua**”

“O que tem de bom é muito **comércio**”

“**muita bala!**”

“temos escolas, creches, **projetos e culturas**”

“**mataram um pai de família**”

“há muita **grafitagem**”

“as **praças** não estão boas”

Perspectiva

Quais as suas experiências com o lugar?

- Fica triste quando vê os brinquedos estragados na praça e **gostaria que sua comunidade tivesse um parque, como o Treze de Maio**;
- Gostaria de **mais atividades de esporte perto de casa**, como um campinho de futebol com grama;
- Por conta da **relação com os educadores, da infraestrutura e das atividades ofertadas**, para ele o PROCRIU é o melhor lugar do Pina;
- **Tem contato com diferentes manifestações culturais através dos projetos sociais**, como aulas de percussão de Maracatu e Jiu-Jítsu;
- Acredita que com mais policiais na rua, **o bairro seria mais seguro**;

“aqui também há bastante **cultura**, tipo *maracatu e brega funk.*”

“eu gosto do **Parque 13 de maio**”

“o melhor lugar do Pina é o **PROCRIU**”

“Gostaria que na minha comunidade tivesse **mais policiais**”

“aqui falta uma piscina! **É muito quente**”

Dores

O que hoje para ele é um problema ou obstáculo?

- A **sensação de insegurança** causada pela violência no bairro;
- A única quadra que existe atualmente no perímetro da ZEIS, e que pode ser amplamente acessada como espaço público, é a **quadra da Livroteca Brincante do Pina, que precisa de melhorias**;
- Ao caminhar pelo bairro no dia a dia, encontra **muitos pontos críticos de lixo nas ruas**, sendo um deles na frente da sua escola;
- A praça mais próxima da sua casa, a da Travessa do Normando, está bastante **degradada**;
- **Fazer o trajeto à noite até a comunidade de Encanta Moça**, para a OSC onde pratica Jiu-Jítsu, tem se tornado um risco;

Desejos

O que, para João, é importante que aconteça?

- **“Eu acredito que as pessoas devem correr atrás dos seus direitos”** - sobre a importância de reunir as pessoas para conseguir mudanças na sua comunidade;
- **“Eu mudaria tudo, como a rua, eu calçaria”** - Sobre a qualidade das vias do seu bairro e o desejo de que elas fossem melhores;
- **Um bairro mais limpo e verde**, com mais sombreamento para que não seja **“tão quente”**;
- **“Ajeitaria os parques para as crianças”** - o desejo de criar espaços de lazer com brinquedos novos e seguros;
- Gostaria de ter um campo de futebol bem cuidado e outros tipos de **espaços para a prática esportiva**;

Mariana, 16 anos “o Pina ser um local mais seguro e acolhedor”

Moradora da comunidade do Bode, Mariana estuda na ETE João Bezerra, que fica em Brasília Teimosa/Recife-PE. Observadora e bastante curiosa, tem interesse em participar de atividades culturais do bairro em que mora, como a oficina de escrita criativa que aconteceu na Livroteca Brincante do Pina. Estudante do segundo ano do ensino médio, Mariana frequenta o pré-vestibular ofertado pelo Instituto JCPM, com o objetivo de se formar em letras e “escrever um livro de ficção que se passe em Brasília Teimosa e Pina”.



Figura 30: Grafite nos muros das casas. Fonte: Acervo pessoal e adaptação da autora, 2024.

Horizonte

O que Mariana percebe sobre o território?

- Após a Pandemia de COVID-19, percebeu que **alguns eventos que aconteciam nas comunidades deixaram de existir**;
- Existe uma precariedade muito grande na infraestrutura das ruas, que são **“esburacadas, quentes, não tem uma árvore”**;
- É **distante e inseguro** o percurso que ela faz de casa até o Instituto para frequentar as aulas;
- Existem **equipamentos culturais** importantes que estão desativados;
- A **quadra** que existe na orla da Praia do Pina é um dos equipamentos mais utilizados por ela e seus amigos, mas está deteriorada;
- Prefere passear no **shopping** porque é climatizado e seguro;

“Muito lixo na rua, tem que ter lugares pra jogar o lixo no lugar certo”

“aproveitar mais os lugares na maré, se não der pra construir um pier, pelo menos aproximar a borda”

“Tinha que melhorar a estrutura das ruas”

“feira de comida da Areinha parou de acontecer”

“o edifício dos banhistas do Pina agora está abandonado”

Perspectiva

Quais as suas experiências com o lugar?

- Morou no Bode durante toda a sua vida, mas **quando precisa se divertir procura lugares fora da comunidade**;
- Ela frequentava a Praça Encanta Moça para conversar com as amigas, mas deixou de sair e sente que a **sensação de insegurança** impede que os moradores ocupem as ruas como antes;
- **Se identifica com o Pina** e gostaria de ver o bairro como um lugar onde as pessoas tenham orgulho de morar;
- Possui um **trauma com um ponto específico da comunidade** onde ocorreu um crime violento;

“A gente só tem o shopping e a praia. **Dentro da comunidade, não tem nada pra gente**”

“meu lugar favorito é o meu quarto”

“o ‘S’ é o lugar mais perigoso do Pina”

“eu não penso em sair do Pina, mas queria que fosse mais seguro e tivesse mais oportunidades”

Dores

O que hoje para ela é um problema ou obstáculo?

- Os **espaços públicos de lazer** estão degradados;
- As ruas não oferecem infraestrutura de qualidade, como **iluminação pública adequada, acessibilidade e sombreamento**;
- **O medo de caminhar sozinha** em algumas áreas da comunidade, especialmente à noite, é um grande obstáculo principalmente por ela estudar até as 21hrs no pré-vestibular;
- “precisa de melhor policiamento e o **fim das guerras de facções**”
- Acredita que existe uma **baixa oferta de empregos** para os jovens dentro das comunidades;
- Sente falta de **equipamentos que deem suporte à atividades físicas e esportes**, para além da quadra que existe na orla;

Desejos

O que, para Mariana, é importante que aconteça?

- **“Ver minha comunidade crescer e evoluir** para a melhora da criminalidade”
- “ter um **lugar onde a comunidade se reúna** para discutir melhorias para o bairro”
- “espero que aqui se torne **um lugar seguro, interativo, e que ouça os seus moradores e ponha em prática**”
- **“Oficinas culturais”** e **“Cinema de rua”**, como acontecem em outras comunidades;
- Movimentar o comércio local e a atividade de empreendedores/artistas, através do **incentivo às feiras na rua**;
- **“Moradia para quem precisa”** e “Centro de acolhimento para moradores de rua”;
- **Tornar o Pina mais verde.**

Severina, 71 anos “o coração do Pina são as ruas”

Costureira, mãe e avó, Severina se mudou com a família para o Pina na década de 1960 e desde então é moradora do bairro, residindo há mais de 50 anos na comunidade de Areinha. Após presenciar tantas transformações no território, se tornou cada vez mais envolvida com as organizações sociais, atuando como voluntária em projetos que acolhem crianças e jovens em situação de risco. Por sua presença em diversos espaços, Severina é vista como uma liderança social, capaz de mobilizar sua vizinhança em torno de discussões importantes e fortalecer as redes de apoio locais.



Figura 31: Árvore no canteiro da Tv. José Leite.
Fonte: Renato Aquiles, 2024. Adaptado pela autora.

Horizonte

O que Severina percebe sobre o território?

- As organizações sociais mobilizam muitas pessoas através dos projetos e em muitos casos **um mesmo beneficiário frequenta várias instituições diferentes**;
- **O bairro passou por momentos de paz, mas está voltando a ser muito violento** por conta de conflitos ligados ao tráfico de drogas;
- **Manifestações culturais** de dança, teatro, música, além de outros eventos comunitários como feiras e festas **utilizam as ruas como palco, mas muitos já deixaram de acontecer**;
- Acredita que o **barco como meio de transporte** está enfraquecido pela degradação da área da maré;
- Os **alagamentos** são uma ameaça frequente em vários lugares;

“O Pina foi crescendo em volta das trilhas que já existiam, **o coração do Pina são as ruas.**”

“o Pina já teve muita coisa, **quadilha, coco [...]**”

“**As crianças hoje vivem trancadas**”

“tem gente que vem no sábado pro sopão dos missionários, vai pro do Gema na terça e assim vive”

“as pessoas precisam **saber o que existe na sua comunidade**”

Perspectiva

Quais as suas experiências com o lugar?

- Sente que as **atividades promovidas pelas OSC** preenchem lacunas importantes no fomento à educação, saúde e lazer;
- Acredita que as **sedes das organizações sociais** se tornaram **lugares afetivos** na memória das pessoas;
- **Percebe que é muito difícil percorrer o bairro quando se tem mobilidade reduzida**, visto que quase não existem rotas acessíveis;
- Como moradora de Areinha, vive em uma casa de alvenaria vizinha de seus familiares e **tem parte do mangue no seu “quintal”**;
- **Uma sobrinha sua teve a casa demolida** para a construção do Parque Linear nas margens do Rio Pina;

“**é do colégio pro projeto e depois fica no celular.**”

(sobre a rotina do neto)

“**A polícia sozinha amedronta, mas não resolve**”

“**da Areinha pra cá (bode) a gente vinha de baiteira**”

“Se eu tivesse **ociosa**, hoje eu não estaria aqui”

“**eles demoliram tudo e deixaram assim pra ninguém voltar**”

(sobre os escombros na maré)

Dores

O que hoje para ela é um problema ou obstáculo?

- A **desativação de equipamentos como o Centro Social Urbano**, que tinha um palco, ensaios de teatro, reuniões das famílias, etc;
- Os **espaços públicos de lazer dentro da comunidade** são escassos e frequentemente cooptados pelo tráfico de drogas;
- Existem muitos pontos da ZEIS onde a **degradação das vias, o acúmulo de resíduos domiciliares e os descartes da construção civil** impedem o fluxo de pedestres de forma segura;
- O **esvaziamento dos espaços públicos** reforça ainda mais a insegurança e prejudica a continuidade das manifestações culturais;
- A **poluição da área da maré** (que divide as comunidades de Areinha e do Bode), transforma o Rio Pina num obstáculo, quando poderia ser uma **área de lazer e uma conexão entre comunidades**;
- O **processo de demolição das casas e palafitas** na área do projeto do parque linear gerou tensões e aumentou a insegurança no local;

Desejos

O que, para Severina, é importante que aconteça?

- Que **as manifestações culturais do bairro sejam fortalecidas**, para que não deixem de existir;
- Sentir segurança para “**mandar meu neto (9 anos) pra escola sozinho.**”
- **Tornar as vias mais acessíveis para os pedestres**, especialmente considerando as crianças e aqueles que possuem mobilidade reduzida;
- Ter mais **espaços de convivência distribuídos pela ZEIS**, aproximando novamente os moradores das ruas;
- **Qualificar as conexões entre comunidades diferentes**, especialmente aproximando Areinha do Bode, criando rotas seguras também para o **COMPAZ Lêda Alves** (inaugurado em 2024);
- Que os **alagamentos sejam mitigados**, especialmente em ruas de grande circulação (como a Rua São Luís) e nas margens do Rio Pina;

Ana, 36 anos

“O melhor bairro de se morar é o Pina”

Dividindo seus dias entre a maré, o projeto de letramento e o cuidado com seus dois filhos, Ana é uma mulher que acredita que é possível melhorar as condições de trabalho das marisqueiras e pescadores do bairro e, por conta disso, participa de vários eventos sobre a temática para se sentir mais informada e poder compartilhar o seu conhecimento. Moradora do Sítio dos Pescadores, já precisou reconstruir sua casa por conta das chuvas e sonha em construir uma nova, de alvenaria. Mas, mesmo com todas as dificuldades, não se vê saindo do bairro. Para Ana, o melhor bairro de se morar é o Pina.

Figura 32: Exposição de obras de crianças do PROCRIU 01. Fonte: Acervo pessoal e adaptação da autora, 2024.



Horizonte

O que Ana percebe sobre o território?

- Enxerga a **violência urbana** como o maior problema do bairro hoje;
- Atualmente tem muito **lixo descartado nas margens do Rio Pina**;
- Por precisarem ficar imersas em locais poluídos, **muitas mulheres adquirem problemas de saúde graves**;
- Apesar da degradação, **a Maré ainda representa um lugar de muito potencial econômico e cultural**;
- Acredita que os **jovens**, como seu filho de 16 anos, não encontram boas oportunidades de emprego e os **projetos sociais**, em muitos casos, os impedem de deixar a escola e serem aliciados pelo tráfico;
- No **Sítio dos Pescadores** já aconteceram **03 incêndios** e, só em 2023, 02 pessoas ficaram em estado grave com *leptospirose*;

“Foram na igreja falar pro culto acabar de 21:00 horas.”

“Eu queria que voltasse a maré de antes, era a coisa mais linda, perfeita”

“Perdi o útero e um ovário”

“Partes íntimas das marisqueiras são bem esquecidas”

“01 volta de barco é R\$ 5,00”

“só tem subemprego”

Perspectiva

Quais as suas experiências com o lugar?

- Prefere levar o filho de 10 anos para o **“Parquinho da praia”** do que deixar ele brincar nas praças da ZEIS, pelo medo da violência;
- **Quando quer se divertir com seus filhos e sobrinhos, Ana vai para a Maré**, leva as crianças para nadar, passeiam de barco e fazem piquenique nas margens do Rio;
- Para Ana **o Pina é um lugar muito bem localizado**, “perto de tudo”, por isso não se imagina morando em outro lugar;
- Acredita que **as pessoas precisam de espaços de diálogo dentro da comunidade**, porque não conhecem seus próprios direitos;
- Encontra nos projetos das OSC, como o **letramento**, oportunidades de melhorar suas condições de vida;

“Ninguém pode mais andar na rua de noite.”

“A maré é tudo pra gente”

“Se eu fizer almoço, vou na maré e já tenho uma carne”

“já fui e voltei a pé pra cidade”

“Tem **direitos** que a gente tem e nem sabe”

Dores

O que hoje para ela é um problema ou obstáculo?

- **Tem medo de perder a sua casa**, seja por um desastre (como um incêndio), seja por um processo de despejo;
- **A sensação de insegurança ao estar nas ruas no período da noite**;
- “As vezes a gente vai arrumar emprego e perguntam **‘você tem curso?’** como vou fazer?” - sobre a dificuldade em encontrar cursos profissionalizantes em horários flexíveis;
- “[...] é catar 01 galeia de marisco, vender por R\$ 1,00 pra alguém que vende por R\$ 10,00 e no restaurante ali fora vira R\$ 50,00.” - Sobre o **“Ciclo do marisco”** e as atuais condições de trabalho;
- O **acúmulo de resíduos sólidos**, não só no Sítio dos Pescadores e nas margens do Rio, como também em vários pontos da comunidade;
- Os **alagamentos**, que causam transtornos em toda a sua vizinhança;

Desejos

O que, para Ana, é importante que aconteça?

- **De ter a sua situação de moradia regularizada** e se **sentir segura em sua residência**;
- **“Essa cooperativa ia ser bom pra todo mundo porque todo mundo aqui é pescador”** - sobre a possibilidade de ser criada uma cooperativa para dar suporte (inclusive de assistência médica) aos trabalhadores da pesca artesanal da ZEIS Pina/Encanta Moça;
- **Que seus filhos tenham acesso a projetos de educação, cultura e esportes**, para que se mantenham em segurança e tenham boas oportunidades no futuro;
- **Melhorar os percursos** que ligam pontos chave como a maré e as avenidas fora da ZEIS, principalmente para pedestres como ela;
- **Gostaria de ter espaços de lazer seguros próximos a sua casa**;

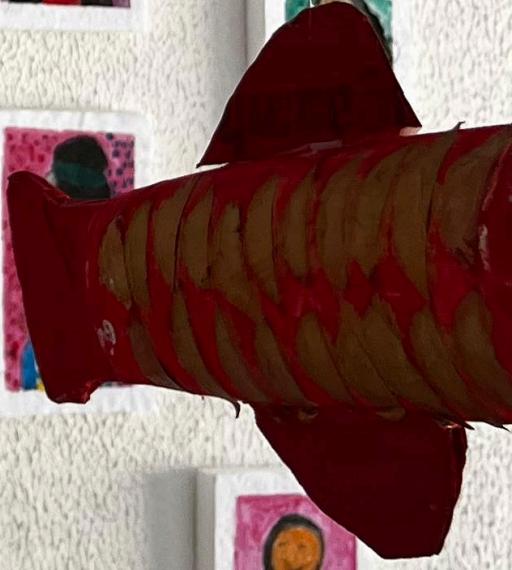


Figura 33: Exposição de obras de crianças do PROCRIU 02. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Pelos olhos de *João, Mariana, Severina e Ana* é possível ter acesso à novas perspectivas sobre o território, de modo que a **compreensão do espaço se desloca do olhar do observador externo e se aproxima da vivência cotidiana.** Comparando a experiência do processo participativo com as reflexões da obra “Quando a rua vira casa” (FERREIRA DOS SANTOS; VOGEL, 1981), é possível perceber que em territórios como a ZEIS Pina/Encanta Moça, que não se encaixam na visão do que seria um bairro planejado, **não há uma lógica linear e hierarquizada de apropriação dos espaços.** O que existe, na realidade, é uma sobreposição de contextos, no qual um mesmo espaço desempenha múltiplas funções no cotidiano das pessoas, e, conseqüentemente, também possui uma série de representações no seu imaginário.

Tomando como exemplo a área que compõe as margens do Rio Pina, especialmente na divisa entre as comunidades de Areinha e do Bode, a “*maré*” se constitui simultaneamente como um **local de moradia**, abrigando entre os escombros uma série de palafitas e casas de alvenaria; **ambiente de trabalho e meio de subsistência**, concentrado na atividade da pesca artesanal para venda e consumo familiar; **área de lazer**, para aqueles que a frequentam em passeios de barco e piqueniques; **travessia**, para os que utilizam o transporte de barco, entre outras. Nesse emaranhado de funções e significados, a *maré* se torna o **berço das ambiguidades** tratadas na obra de tal modo que “planejá-la”, como busca o atual projeto da Prefeitura do Recife, parece um desafio ainda maior.

De modo semelhante, *essas ambiguidades desaguam nas suas ruas.*

Observando o traçado urbano do território, o que salta aos olhos é a alta densidade habitacional, marcada pelo uso intensivo do solo, que por sua vez é o padrão de ocupação das favelas brasileiras. Sob a ótica do **urbanismo racionalista, que busca nas cidades os vazios a serem preenchidos**, para em seguida “dar a melhor forma para uma determinada função” (FERREIRA DOS SANTOS; VOGEL, 1981, p. 134), o desenho urbano para territórios como o Pina costuma passar obrigatoriamente pela **demolição de obstáculos para criar novas áreas**, especialmente as destinadas ao lazer.

Seria então o caso de abrir espaço para uma nova quadra no Bode? Remover casas da Beira Rio para criar parques? Desobstruir as passagens para Encanta Moça alargando os becos? Refletindo sobre as percepções dos participantes das oficinas e retomando as análises físicas do território, um elemento que se torna evidente é que **são as ruas o vazio mais preenchido da ZEIS**. Vazias enquanto um respiro para o adensamento, mas preenchidas de significados.

Assim como a “maré”, as ruas também comportam uma série de atividades e cumprem, em diversos momentos, funções totalmente distintas. **Em sua ambiguidade, são o espaço mais desejado e também o mais temido**; aquele que é palco das maiores celebrações, mas que também oferece os maiores riscos. Nesse cenário, o que se busca a partir dos **horizontes, perspectivas, dores e desejos** de cada um dos participantes é chegar num desenho urbano que Ferreira dos Santos e Vogel (1981, p. 142) definem como:

“[...] cultivar, no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia a dia, intervir dia a dia na escala do dia a dia.”



Figura 34: “Beco do S”. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

**“Encontrei o
cidadão do mundo
No manguezal na
beira do rio”**

Chico Science e Nação Zumbi, 1996

06

Vozes da lama

Diagnóstico e Diretrizes

6.1 Síntese do Diagnóstico Urbano

Ao conciliar as análises e as perspectivas multidisciplinares apresentadas nos capítulos anteriores, a síntese do diagnóstico urbano busca consolidar uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades identificados no território de estudo. Este exercício de síntese destaca as principais impressões acerca dos problemas estruturais, dos riscos emergentes e das potencialidades do recorte, além de fundamentar a criação das diretrizes. Em sua elaboração, priorizou-se uma abordagem inclusiva, capaz de articular as múltiplas vozes e contribuições coletadas durante o processo de avaliação participativa. Para organizar essa diversidade de informações, foram definidos três eixos temáticos principais:

Eixo 01: Violência Urbana e Apropriação dos Espaços Públicos

Este eixo aborda as questões relacionadas à insegurança e ao esvaziamento dos espaços públicos, problematizando como a violência e a degradação destes impacta a convivência comunitária.

Eixo 02: Oferta de Serviços e Desigualdades Socioespaciais

Aqui, o foco recai sobre a distribuição desigual de infraestrutura, equipamentos públicos e acesso a direitos básicos, pontuando a necessidade de promover um uso do solo mais coerente.

Eixo 03: Intervenções Previstas e Riscos

Por fim, este eixo destaca as propostas de intervenção em curso, avaliando alguns de seus possíveis impactos e os riscos associados.



A

Figura 35: Crianças voltando da escola pelo “Beco do Cantilho”. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Mapa 09

Síntese do Diagnóstico

01 Violência Urbana e apropriação dos espaços públicos

Como uma das problemáticas mais citadas pela população, a violência urbana tem sido o principal fator de esvaziamento dos espaços públicos na área. A sensação de insegurança afasta as pessoas das praças e impõe horários nos quais já não é mais possível estar na rua, o que também enfraquece a realização de manifestações culturais e outros símbolos de apropriação comunitária.

Somado a isso, a precariedade da infraestrutura urbana está tornando as áreas de convivência desconfortáveis e cada vez menos atrativas, de modo que muitos relatos reforçam a necessidade de reabilitação e manutenção dos espaços.

Retomando a discussão sobre as vias, além das tensões causadas pela violência, um outro conflito se apresenta com frequência: a disputa entre diferentes modais em espaços que não possuem um ordenamento adequado do tráfego para comportar fluxos tão diversos com segurança. Nessa conjuntura, um olhar atento para os espaços públicos se torna urgente, tendo em vista que a apropriação destes pelos moradores é uma das principais estratégias para torná-los seguros novamente.

02 Oferta de serviços e desigualdades socioespaciais

A ZEIS Pina/Encanta Moça possui uma história marcada por transformações que reforçaram, cada vez mais, as desigualdades socioespaciais na área. Realizando uma comparação com seu entorno imediato, é evidente como as disparidades de renda se traduzem também em diferenças na qualidade das infraestruturas urbanas, sendo o *Parque 41* (área de residências de alto padrão com acesso restrito) um exemplo disso.

Como um esforço ativo para modificar essa realidade, uma série de organizações sociais oferta serviços à população e, recentemente, a área recebeu o mais novo COMPAZ do Recife, homenageando a atriz Leda Alves. A presença deste e de outros equipamentos atua no território como “âncoras”, condensando uma série de serviços essenciais para o desenvolvimento comunitário e, conseqüentemente, atraindo pessoas de todas as faixas etárias e direcionando o fluxo, especialmente de pedestres, na área.

Desse modo, a identificação de lotes vazios trouxe um alerta para como a sua ocupação pode influenciar as dinâmicas sociais, tendo em vista que a depender do uso podem se tornar equipamentos “âncora” ou barreiras na malha urbana.

03 Intervenções previstas e riscos

Através do Projeto Rio Pina são projetadas algumas tensões e riscos que destacam um problema central na área de estudo: a segurança dos grupos sociais mais vulneráveis, especialmente a população pesqueira. Analisando os núcleos de maior adensamento populacional, é notório que, além das palafitas (já removidas para a implementação do parque), existe uma grande faixa repleta de casas, com infraestrutura e condições de saneamento precárias, que cruza o território da Beira Rio até Encanta Moça.

Nesse contexto, identifica-se que o adensamento dessas áreas se dá, também, pela proximidade com o rio, visto que uma quantidade expressiva dos moradores trabalham com a pesca artesanal. Somado a isso, analisando as propostas presentes no projeto e os relatos da população, vê-se que as tensões vão além da demanda habitacional. Pois, mesmo aqueles que foram contemplados com a realocação para um dos COHABS da área, não encontram respostas sobre como irão acessar a maré, guardar os barcos, armazenar e/ou beneficiar o pescado nos conjuntos. Desse modo, além da possível descaracterização do ecossistema de mangue, e os riscos ambientais atrelados a isso, o cenário é também marcado por conflitos de ordem socioeconômica.

Legenda

-  R. Eurico Vitrúvio <> Concentração de eventos
-  Via Local - Tipo 01
-  Via Local - Tipo 02
-  Rotas Cicláveis
-  Principais conexões à pé
-  Paradas de Ônibus
-  Barreiras que permanecem após as intervenções do Parque Linear
-  Pontos de descontinuidade das Rotas Cicláveis
-  Concentração de barcos
-  Equipamentos com maior atratividade
-  Eixos de maior atividade comercial
-  Núcleos de maior adensamento horizontal
-  Área residencial isolada (“Parque 41”)
-  Lotes vazios
-  Edificação passível de Remoção/Readequação
-  Área do Projeto Rio Pina
-  Maré Máxima
-  Espaços públicos livres
-  30 Praça encanta Moça
-  31 Largo do Encanta Moça
-  32 Praça Travessa Normando
-  33 Canteiro Travessa José Leite
-  34 Gramadão Pina
-  35 (Em construção) Parque Governador Eduardo Campos



Av. República Árabe Unida
R. Abreu Albano

Av. República Árabe Unida

Av. República do Lavoro

Av. Hercúloano Bandeira

Av. Antônio de Góes

R. Jemil Astora

Av. Dr. Dirceu Velloso Tescano de Brito

R. Manoel de Brito

Via Mangue



R. José Poes de Barros

R. Honoropólia

R. São Luís

R. Dórea e Julho

Av. Encanto Mapa

Av. Hercúloano Bandeira

Av. Antônio de Góes

Via Mangue

R. José Poes de Barros

R. José Rodrigues

R. José Rodrigues

R. José Rodrigues

R. Osvaldo Machado

R. Artur Lício

R. Eulécio Vinício

Av. Encanto Mapa

Av. Eng. Domingos Ferreira

Av. Hercúloano Bandeira

Via Mangue

R. José Poes de Barros

R. José Rodrigues

R. José Rodrigues

R. José Rodrigues

R. São Benedito

R. Artur Lício

R. Artur Lício

Av. Encanto Mapa

Av. Eng. Domingos Ferreira

Av. Conde Aguiar

Via Mangue

R. José Poes de Barros

R. José Rodrigues

R. José Rodrigues

R. José Rodrigues

R. São Benedito

R. Artur Lício

R. Artur Lício

Av. Encanto Mapa

Av. Eng. Domingos Ferreira

Av. Conde Aguiar

R. Tomé Gibson

R. Eng. Bonifácio

Av. Encanto Mapa

R. Tomé Gibson

R. Eng. Domingos Ferreira

Av. Conde Aguiar

Av. Conde Aguiar

Av. Boa Viagem

R. Tomé Gibson

R. Eng. Bonifácio

Av. Encanto Mapa

R. Tomé Gibson

R. Eng. Domingos Ferreira

Av. Conde Aguiar

Av. Conde Aguiar

Av. Boa Viagem



6.2 Diretrizes para o território

A partir do diagnóstico territorial apresentado, as diretrizes a seguir foram formuladas com o objetivo de promover um desenvolvimento urbano mais sustentável, resiliente e integrado. As diretrizes visam não apenas melhorar a infraestrutura existente, mas também garantir que as intervenções sejam sensíveis ao contexto social, cultural e ambiental, criando uma rede urbana mais inclusiva e adaptada às necessidades da população local. Cada diretriz tem como foco responder à desafios específicos identificados no processo de diagnóstico, buscando soluções que promovam uma noção de resiliência urbana totalmente vinculada à qualidade de vida e proteção das identidades locais.

Diretriz 01: Reforçar os vínculos espaciais

Retomando a importância das ruas na dinâmica social local, “*Reforçar os vínculos espaciais*” aparece como uma diretriz que vai além da noção de promover uma mobilidade urbana ativa. Discutidas não somente sob a perspectiva das suas precariedades e potências construtivas, mas especialmente considerando seus múltiplos significados no território, as ruas são espaços de integração física, mas também de construção de vínculos com a comunidade (*peças e lugar*). Desse modo, a diretriz busca direcionar um desenho urbano que também reabilite as ruas enquanto espaços de convivência, seguros e agradáveis. Integrando propostas que visam priorizar os pedestres e ciclistas, ordenar o tráfego e valorizar a população pesqueira, objetiva-se atender aos interesses coletivos da população local e consolidar um modelo de cidade que dê as ruas a infraestrutura necessária para que elas se fortaleçam como espaços de grande significado para as pessoas.

Diretriz 02: Fortalecer as identidades locais

As transformações que o Pina vivenciou ao longo do tempo, e continuam em perspectiva para o futuro, frequentemente colocam em risco grupos sociais vulneráveis, cuja existência é parte do tecido social que forma a identidade do território. Com um olhar atento para as análises físicas e para os relatos do processo participativo, “*Fortalecer as identidades locais*” aparece como uma diretriz fundamental para o desenvolvimento local. Articulando o acesso à moradia digna, a oferta de equipamentos que atendam às necessidades coletivas e a sustentabilidade da população pesqueira (do ponto de vista da sua atividade econômica), tem-se como objetivo assegurar a proteção da população mais vulnerável e reduzir desigualdades sociais.

Diretriz 03: Estimular a resiliência urbana

Compreendendo a emergência climática do cenário atual, é necessário que os territórios sejam cada vez mais responsivos, apresentando a capacidade de resistir às intempéries sem provocar transtornos e oferecer riscos à população. Nesse caso, “*Estimular a resiliência urbana*” passa por buscar ativamente incorporar soluções sustentáveis, adaptando-as ao contexto urbano das favelas, em específico da ZEIS Pina/Encanta Moça. Por conta disso, o objetivo é propor melhorias considerando o potencial das vias existentes, a criação de novas áreas de amenização climática e a qualificação dos espaços públicos, com destaque para a área às margens do Rio Pina.

01 Promover passeios seguros para os pedestres

Via Local – Tipo 01: ampliação das calçadas e criação de elementos de proteção de pedestres, como chicanas e balizadores; promoção de sombreamento (especialmente através do plantio de árvores de grande porte); e criação de zonas flexíveis, com áreas de estacionamento para veículos e bicicletas, além de mobiliários e outros equipamentos de infraestrutura urbana.

Via Local – Tipo 02: priorizar o fluxo de pedestres, mantendo, no entanto, o caráter de rua compartilhada. Nestas vias, recomenda-se a ampliação das calçadas para criar uma circulação contínua; mudanças de pavimentação, incentivando baixas velocidades e uma maior permeabilidade; criação de faixas flexíveis, ordenando o estacionamento de veículos e permitindo uma variedade de áreas de permanência; além da atenção especial para soluções de drenagem.

Becos: mapeamento, promoção de saneamento básico, pavimentação uniforme (não trepidante), iluminação pública e criação de áreas de ativação urbana no seu percurso;

Ruas que representam conexões à pé: melhoria da infraestrutura dos percursos, no sombreamento e na criação de áreas de permanência com iluminação e sinalização nas suas extremidades;

Novas conexões: abertura de vias em locais estratégicos;

Reabrir vias bloqueadas: Desobstruir as conexões entre a Rua Dr. Augusto Cavalcanti e as ruas José Paes de Barros e José Rodrigues, permitindo a continuidade dos percursos e integração da área denominada “Parque 41” ao contexto urbano circundante.

Criar passarelas: fortalecer a conexão entre as comunidades do Bode e Areinha, através da criação de 02 passarelas. A primeira, conectando a Rua Eurico Vitrúvio com a Rua José Noronha; e a segunda, conectando o Parque Linear, nas proximidades da Rua São Luís, com a Rua Dr. Augusto Cavalcanti.

Via do Parque Linear: readequação do projeto, realizando o tratamento da via para que o passeio dos pedestres e o caráter de área ribeirinha sejam priorizados. Desse modo, propõe-se a redução da faixa de rolamento para 4,5 metros, mantendo o duplo sentido com prioridade para veículos leves. Além disso, indica-se um afastamento maior da margem, a utilização de pavimentos permeáveis e a uniformização destes, com a calçada, mantendo uma linguagem de extensão do passeio dos pedestres, com a proteção de balizadores e marcações no piso.

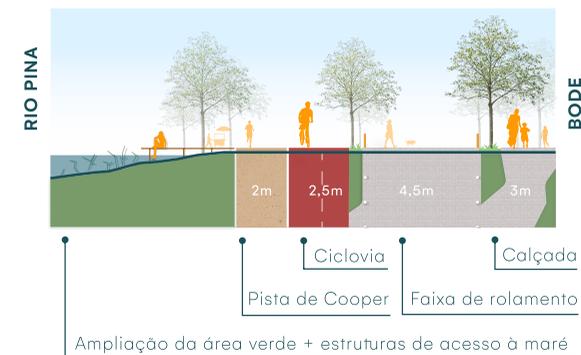
02 Consolidar o transporte multimodal

Dar suporte ao transporte de barcos: através da inserção de píers em locais estratégicos para o embarque, desembarque e atracamento.

Ampliação da malha cicloviária: através da criação de novas rotas cicláveis, conectadas com a malha existente e com a rota proposta no projeto do Parque Linear nas margens do Rio Pina;

Legenda

-  Rotas Cicláveis existentes
-  Rotas Cicláveis propostas
-  Conexões com ciclovias existentes
-  Conexões com a ciclovia proposta no projeto do Parque Rio Pina
-  Propostas de continuidade da ciclovia
-  Paradas de Ônibus
-  Via Arterial Principal
-  Via Expressa
-  Via Coletora
-  Via Local - Tipo 01
-  Via Local - Tipo 02
-  Becos com maior conectividade
-  Becos a serem identificados
-  Principais conexões à pé
-  Conexões propostas
-  Abertura em via bloqueada
-  Área do Projeto Rio Pina
-  Passarela
-  Píer proposto
-  Via do Parque Linear (readequação)



01 Assegurar o direito à moradia digna

Aumentar a oferta de Habitação de Interesse Social: Tendo em vista as demolições recentes e o estado de precariedade de habitações que se encontram em áreas de grande adensamento, é necessário ampliar a oferta de HIS, em locais próximos das moradias originais. Como proposta, existe uma área com capacidade para comportar esse equipamento nas imediações do que será o novo Parque Governador Eduardo Campos e que, caso não seja utilizada para um interesse público, poderá contribuir para os processos de especulação imobiliária no território.

Consolidar o caráter habitacional do Sítio dos Pescadores: Sofrendo ameaças frequentes de despejo, as 80 famílias da ocupação do Sítio dos Pescadores precisam ter sua moradia assegurada, mas através de uma intervenção que promova habitação de qualidade, como num modelo de HIS, respeitando as características da população.

Promover a reabilitação de residências precárias: através de instrumentos como ATHIS e organizações sociais, visando assegurar boas condições de habitabilidade, como iluminação e ventilação natural, segurança na infraestrutura, saneamento, etc.

02 Articular a oferta de equipamentos com os interesses coletivos

Escola de Ensino Médio e Unidade de Saúde da Família: A porção sul da ZEIS é a mais desassistida no que se refere à proximidade com equipamentos de uso público, sendo os mais prioritários uma nova USF e uma Escola de Ensino Médio, que se localize dentro do território.

Proteção dos Equipamentos Culturais: Assegurar a permanência dos equipamentos no território, mediante a sua regularização fundiária, reabilitação dos espaços e intervenções viárias nos percursos que levam até suas sedes.

Tratamento da Rua Eurico Vitrúvio: Por sua importância na realização de grandes eventos, requalificar a via dando a ela um caráter semelhante ao “Calçadão” (Manual de Desenho de Ruas do Recife, p.222), permitindo a flexibilidade de comportar o tráfego de veículos, mas ressaltando suas qualidades na escala do pedestre.

Pista do Aeroclube: Incorporar no projeto do Parque Governador Eduardo Campos infraestruturas que possibilitem o uso dos vestígios da Pista do Aeroclube pelas organizações socioculturais do território em eventos e celebrações.

03 Viabilizar a sustentabilidade da população pesqueira

Unidades de beneficiamento de Pescado: Planejar, em conjunto com a população, o programa das Unidades de Beneficiamento de Pescado, de modo que estas atuem como pontos de apoio próximos da maré para os trabalhadores da pesca artesanal.

Centro de apoio aos pescadores artesanais: Comportando áreas destinadas ao beneficiamento de pescado, concerto de barcos, consultas (médicas, jurídicas, etc), espaço para oficinas e reuniões; a proposta do equipamento é dar suporte à prática profissional diária e também à articulação sociopolítica desta população.

Pontos de acesso à margem do rio: No projeto atual, apenas um acesso qualificado foi previsto, denominado “Prainha”. Como diretriz, é essencial expandir os acessos ao rio, não apenas para embarcações, por meio de píers, mas também para as marisqueiras, incluindo rampas e outras infraestruturas que garantam melhores condições de trabalho para essa atividade.

Legenda

-  Área do Projeto Rio Pina
-  Remoções fora dos limites do Projeto Rio Pina
-  Lotes vazios
-  Edificação passível de Remoção/Readequação
-  Proposta de Habitação de Interesse Social
-  Zonas de reabilitação das habitações
-  Escola de Ensino Médio
-  Unidade de Saúde da Família
-  Unidades de Beneficiamento de Pescado
-  Complexo de apoio aos pescadores artesanais
-  “Prainha” prevista no Projeto Rio Pina
-  Pontos de acesso à margem
-  Conexões entre os principais equipamentos culturais
-  R. Eurico Vitrúvio - Núcleo de Manifestações culturais
-  Vestígios da Pista do Antigo Aeroclube
-  Equipamentos Socioculturais
-  Núcleos habitacionais
-  45 Sítio dos Pescadores
-  46 COHAB Encanta Moça I e II
-  47 COHAB Via Mangue I
-  48 COHAB Via Mangue II

Equipamentos Socioculturais

- 1 Bloco Carnavalesco Banhistas do Pina
- 2 CCM - Tubarões do Pina
- 3 Nação do Maracatu Encanto do Pina | Yle Axé Oxum Deym
- 4 Nação do Maracatu Porto Rico | Ilê Axé Oxóssi Guangoubira
- 5 Procriu - Projeto Criança Urgente
- 6 Livroteca Brincante do Pina
- 7 Coletivo Pão e Tinta

0 100 300



01 Qualificar as vias incorporando soluções baseadas na natureza

Via Local – Maior Capacidade: Tornar as vias mais arborizadas, aproveitando sua capacidade para que sejam “corredores verdes”, que incorporam nas calçadas e zonas flexíveis o uso de jardins comuns e de chuva (em áreas com maior propensão ao alagamento), além do uso de pavimentos permeáveis que aumentem a capacidade de infiltração das águas e reduzam o *run off*.

Via Local – Menor Capacidade: Incorporar soluções híbridas entre a arborização de médio porte e infraestruturas de sombreamento leves, a depender do local. Manter como padrão a incorporação de pavimentos mais permeáveis, além da possibilidade de incentivar a arborização nos jardins e quintais das casas.

Becos com maior conectividade: Utilizar estruturas leves, como lonas tensionadas ou redes com vegetação, para criar pontos de sombreamento que não comprometam a ventilação natural, ao passo em que criam um percurso agradável e lúdico.

02 Promover a amenização climática em áreas de alto adensamento

Tratamento dos largos entre becos: criar áreas de convivência de pequeno porte, integrando soluções sustentáveis, como jardins, hortas e Ecopontos; e estimular a conexão com as residências do entorno, incentivando novas aberturas nas casas voltadas para esses espaços.

Promover a reabilitação de residências precárias: De forma integrada com as soluções voltadas à garantia de condições de habitabilidade, propor a incorporação de soluções verdes adaptadas para o contexto das favelas, como coberturas vegetadas¹ e a captação de água da chuva em cisternas verticais².

03 Reabilitar as áreas verdes e áreas de convivência

Áreas verdes existentes: reabilitar as áreas verdes existentes, melhorando seus equipamentos, ampliando a cobertura vegetal e utilizando-as como parte integrada de um sistema de drenagem, especialmente ao receberem as águas acumuladas de becos e vias de menor capacidade.

Áreas verdes propostas: Fortalecer o sistema proposto a partir da criação de novas áreas verdes, de maior dimensão, em terrenos vazios e largos em vias estratégicas. Essa diretriz tem como objetivo conciliar a incorporação de soluções sustentáveis com a criação de áreas de convivência comunitária de qualidade, que intensifiquem a conexão da população local com os espaços públicos e a paisagem natural.

Proposta de Parque Alagável: Compreender o Parque Linear nas margens do Rio Pina como um *Parque Alagável*, incorporando na sua infraestrutura soluções que priorizem a retenção e infiltração das águas, impedindo que estas cheguem até as residências e vias do entorno em períodos de chuva/maré alta. Como medidas mitigadoras, algumas alternativas são: adoção de pavimentos permeáveis em todas as zonas; redução da faixa de rolamento; incorporação de áreas verdes no passeio, funcionando como jardins de chuva e biovaletas; além da ampliação e preservação da margem enquanto área de manguezal.

Requalificação das áreas comuns de núcleos habitacionais: transformando áreas degradadas em jardins altamente arborizados, com áreas de convivência comunitária.

Legenda

-  Vegetação existente (*mangue e outros*)
-  Espaços públicos livres
-  30 Praça encanta Moça
-  31 Largo do Encanta Moça
-  32 Praça Travessa Normando
-  33 Canteiro Travessa José Leite
-  34 Gramadão Pina
-  35 (*Em construção*) Parque Governador Eduardo Campos
-  Tratamento dos largos entre becos
-  Áreas verdes propostas
-  Zona de amenização climática (*Beira Rio*)
-  Zona de amenização climática (*Bode*)
-  Zona de amenização climática (*Encanta Moça*)
-  Via Local – Maior Capacidade
-  Via Local – Menor Capacidade
-  Becos com maior conectividade
-  Proposta de Requalificação das áreas comuns de núcleos habitacionais
-  Proposta de Parque Alagável
-  Maré Máxima
-  Implementação de soluções mitigadoras para alagamentos

Mapa 13

Síntese das Diretrizes

Equipamentos

Equipamentos Socioculturais

- 1 Bloco Carnavalesco Banhistas do Pina
- 2 CCM - Tubarões do Pina
- 3 Nação do Maracatu Encanto do Pina | Yle Axé Oxum Deym
- 4 Nação do Maracatu Porto Rico | Ilê Axé Oxóssi Guangoubira
- 5 Procriu - Projeto Criança Urgente
- 6 Livroteca Brincante do Pina
- 7 Coletivo Pão e Tinta
- 8 Coletiva Cabras

Institutos com atuação local

- 9 Instituto Estrela do Deserto
- 10 Instituto JCPM | Shopping Rio Mar

Equipamentos de Saúde e Esportes

- 11 Corpo e Mente
- 12 USF - Pina/João Rodrigues
- 13 USF - Dr. Guilherme José Robalinho
- 14 Unidade de Saúde Prof. José Carneiro Leão

Equipamentos Educacionais

- 15 Escola Maria de Fátima Lima Pereira
- 16 Escola Municipal João Cabral de Melo Neto
- 17 CMEI - Creche Municipal Novo Pina
- 18 Escola Municipal Oswaldo Lima Filho
- 19 Colégio Márcia Cristina
- 20 Escola Municipal Novo Pina
- 21 Escola Cristã Joana de Oliveira
- 22 Escola Assis Chateaubriand
- 23 Escola EREM João Bezerra
- 24 Escola Landelino Rocha
- 25 EREF Delmiro Gouveia
- 26 Escola Municipal Professor Solano Magalhães
- 27 Escola da Elba
- 28 (Desativada) Escola Estadual Nossa Sra. da Conceição
- 29 (Em construção) Creche Municipal

Espaços públicos livres

- 30 Praça encanta Moça
- 31 Largo do Encanta Moça
- 32 Praça Travessa Normando
- 33 Canteiro Travessa José Leite
- 34 Gramadão Pina
- 35 (Em construção) Parque Governador Eduardo Campos

Instituições Religiosas

- 36 Convento São Félix Cantalíce
- 37 IASDOC - Patronato
- 38 GEMA - Grupo Espírita Mensageiros do Amor
- 39 Núcleo Espírita Missionários da Luz
- 40 Igreja Matriz do Pina - Nossa Senhora do Rosário
- 41 Assembleia de Deus Pina
- 42 Primeira Igreja Batista do Pina
- 43 Yle Axé Oxum Deym | Nação do Maracatu Encanto do Pina
- 44 Ilê Axé Oxóssi Guangoubira | Nação do Maracatu Porto Rico

Núcleos habitacionais

- 45 Sítio dos Pescadores
- 46 COHAB Encanta Moça I e II
- 47 COHAB Via Mangue I
- 48 COHAB Via Mangue II

Equipamentos Diversos

- 49 Centro dos Catadores
- 50 COMPAZ Atriz Lêda Alves

Equipamentos de Segurança Pública

- 51 19º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco

Legenda

-  Expansão da vegetação de Mangue
-  Tratamento dos largos entre becos
-  Áreas verdes propostas
-  Faixa de maior permeabilidade (possibilidade de retenção das águas)
-  Readequação da Via do Projeto Rio Pina
-  Rotas Cicláveis propostas
-  Ciclovía do Projeto Rio Pina (Adaptada)
-  Paradas de Ônibus
-  Passarela
-  Píer proposto
-  Unidades de Beneficiamento de Pescado
-  Complexo de apoio aos pescadores artesanais
-  Pontos de acesso à margem
-  Requalificação da Pista do Antigo Aeroclube
-  Proposta de Habitação de Interesse Social
-  Escola de Ensino Médio
-  Unidade de Saúde da Família



Figura 36: Tv. Melqui Ribeiro Romã, conhecida como "Beco do Balinha". Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

| Considerações Finais

Reunindo em si todas as ambiguidades da vida em comunidade, as cidades se apresentam como um emaranhado de contextos, densas demais para serem compreendidas sob um olhar superficial das suas características físicas. Ao descrevê-las como “coisa humana por excelência”, Lévi-Strauss (1996) apoia a noção de que existe muito mais do que o espaço físico na composição de um território, e, por conta disso, é possível compreender porque nos identificamos tanto com as nossas cidades, já que nelas estão contidas características que representam as pessoas que nela habitam. Considerando a diversidade dos grupos sociais, suas dinâmicas econômicas, culturais e políticas, além das características ambientais de cada lugar, identificamos nelas uma série de outros territórios, partes de um todo que se articulam com os mais diversos efeitos.

Historicamente, as cidades são palco de disputas territoriais, que culminam na valorização de determinadas áreas e na conseqüente degradação de outras. De modo integrado, os efeitos dessas disputas são sentidos pelos grupos sociais de cada território, que aumentam seu capital ou enfrentam situações de pobreza e vulnerabilidade. Na figura do planejamento urbano, encontramos a possibilidade de equilibrar essas disputas e reduzir desigualdades, aspirando que cada território possua as mesmas condições de oferecer qualidade de vida para a sua população.

Observando as novas agendas urbanas, compreendemos que as cidades do futuro são aquelas que melhor se adaptam para os mais diversos cenários, sendo resilientes e sustentáveis. Estas cidades, são aquelas que reconhecem que suas vulnerabilidades são territorializadas¹, de modo que para responder aos desafios é necessário atuar considerando cada contexto. E, entendendo que esses contextos são especialmente sociais, pensar as cidades sob a luz das novas agendas urbanas significa pensá-las com as pessoas que compõem cada um dos seus territórios.

[1] Dubois-Maury e Chaline (2004, apud MENDONÇA; LEITÃO, 2009)

Nessa conjuntura a participação popular no planejamento e desenho urbano aparece como resposta, mas também levanta outras questões: o que é participar nesse contexto? Qual o lugar ocupado pelos arquitetos e urbanistas nos processos participativos? Quais os efeitos da participação no desenho urbano? Buscando aprofundar o debate, foram analisadas experiências que demonstraram que: embora existam diversos caminhos e posturas, a participação defendida neste trabalho é aquela vinculada à valorização dos conhecimentos e experiências dos indivíduos — mesmo que estes não estejam ligados a uma extensa formação acadêmica tradicional — por entender que o processo de incluir as pessoas no debate sobre o território em que vivem é uma ferramenta de fortalecimento da sua consciência cidadã.

Partindo dessa premissa, o papel dos profissionais de arquitetura e urbanismo é o de articular essas perspectivas, muitas vezes conectadas com interesses e visões individuais, na construção de um desenho urbano direcionado aos interesses coletivos. E, nesse sentido, metodologias de participação demonstram caminhos para tornar esse processo possível, podendo assumir diversas formas de aplicação a depender do problema a ser abordado, do recorte de estudo e das partes envolvidas.

Como estudo de caso, a avaliação participativa aplicada na ZEIS Pina/Encanta Moça utiliza o território como recorte e coloca no centro das discussões as experiências dos moradores de cada uma das suas comunidades. Utilizando como base oficinas aplicadas no contexto do Programa MUDA Pina, o estudo levou em consideração outras metodologias de participação e análises territoriais, trazendo revisões ao processo original e levantando novas lições aprendidas para próximos estudos.

Como contribuições, é possível identificar discrepâncias entre as necessidades apontadas pelos moradores e o caráter de algumas transformações as quais o território vem sendo submetido pela gestão pública. Por meio da avaliação, aspectos sensíveis da violência urbana; a relação estabelecida com os espaços

públicos; a importância de certas organizações sociais e manifestações culturais; e até mesmo os riscos sofridos pela população pesqueira, puderam ser reconhecidos sob uma nova perspectiva. Por este motivo, é possível afirmar que sem as contribuições dos moradores o diagnóstico territorial se tornaria defasado, incompleto. E, em consequência disso, as diretrizes tomariam outros rumos, sendo fundamentadas por suposições desconectadas da vivência cotidiana.

Alguns aprendizados do processo, que se aplicam na realidade das comunidades do Pina, aparecem especialmente na possibilidade de ampliar os canais de comunicação com os moradores, utilizando artifícios como: rádios comunitárias, anúncios móveis (principalmente através das “radiocicletas”), panfletagem e o uso das redes sociais. Uma outra revisão da metodologia seria o uso de pesquisas digitais, ampliando a discussão especialmente entre os jovens e reunindo uma gama maior de dados quantitativos. Como recomendações, o trabalho se encerra numa etapa onde seria ideal a retomada do diálogo para entender com maior profundidade o desenho das propostas que nascem das diretrizes, como o programa de necessidades do “Centro de apoio aos pescadores artesanais” e das “Unidades de Beneficiamento de Pescado”, além de um modelo mais adequado para as habitações de interesse social, por exemplo.

Tendo em vista que o cenário vivenciado pelas comunidades é modificado diariamente, a relevância do trabalho está, não apenas na análise crítica a respeito das problemáticas e perspectivas que circundam o desenho urbano nas cidades brasileiras; mas principalmente ao nos darmos conta de que a cidade não está pronta, nunca estará. No intervalo de tempo da pesquisa aconteceram diversas transformações, mas muitas outras estão em curso e sempre existe a possibilidade de repensarmos se aquilo que está posto nos leva em direção aos resultados coletivos que almejamos. Por isso, enfatizar as “vozes da lama” foi a forma encontrada para mostrar caminhos possíveis para a construção de cidades cada vez mais humanas.



Figura 37: Rua Quixadá sentido Encanta Moça.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

Referências Bibliográficas

ALVES, Pedro; CARVALHO, Bianka. Dois meses após chuvas que mataram mais de cem, moradores ainda esperam auxílios do Recife e de Jaboatão: 'órfãos de dois pais'. G1 PE e TV Globo, Pernambuco, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/07/28/dois-meses-apos-chuvas-que-mataram-mais-de-cem-moradores-ainda-esperam-auxilios-do-recife-e-jaboatao-orfaos-de-dois-pais-diz-vitima.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ANCONA, Ana Lucia. Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

ANDRADE, Mariana; CASTRO, Ana Flávia. IBGE: população do Brasil cresce mais de 20 vezes nos últimos 150 anos. Metrôpoles, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ibge-populacao-do-brasil-cresce-mais-de-20-vezes-nos-ultimos-150-anos>. Acesso em: 9 ago. 2024.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Brasiliense, 1976.

BEZERRA, Onilda Gomes. O Manguezal do Pina: a representação sócio-cultural de uma paisagem. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

BEZERRA, Onilda Gomes; MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. Paisagem e Ambiente: Ensaios, n. 34, p. 93-106, 2014.

BORGES JUNIOR, Raimundo Nonato. Concepção arquitetônica de Habitação de Interesse Social com uso de dados socioambientais: desenvolvimento de um framework baseado em processamento de imagens e modelagem algorítmica. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não tem moradia. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasília, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Cidades importam! Construindo um futuro sustentável e resiliente. Publicado em 12 dez. 2023. Atualizado em 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/projeto-de-cooperacao-brasil-alemanha/exposicao-itinerante-de-desenvolvimento-urbano-sustentavel/cidades-importam>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Quais são os desastres naturais mais comuns no Brasil? Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/perguntasfrequentes.html?catid=7#:~:text=Quais%20s%C3%A3o%20os%20desastres%20naturais,as%20enxurradas%20e%20os%20deslizamentos>. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL DE FATO. Recife soma 206 mil pessoas vivendo em 21 áreas de alto risco, diz Defesa Civil; saiba quais são. Brasil de Fato, 29 mai. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2024.

CARNEIRO, Giovanna. Urbanistas apontam erros de projeto em parque alagável às margens do rio Tejió. Marco Zero Conteúdo, 1 jul. 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/urbanistas-apontam-erros-de-projeto-em-parque-alagavel-as-margens-do-rio-tejio/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). Acesse os resultados do II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil. CAU/BR, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/acesse-os-resultados-do-ii-censo-das-arquitetas-e-arquitetos-e-urbanistas-do-brasil/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). Pesquisa CAU/BR/Datafolha. CAU/BR, 2015. Disponível em: <https://caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CORREIA, Mariama. Parques alagáveis para crise do clima ameaçam de despejo 40 comunidades do Recife. Marco Zero Conteúdo, 29 set. 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/parques-alagaveis-para-crise-do-clima-ameacam-de-despejo-40-comunidades-do-recife/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], n. 4, p. 83-98, 31 maio 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p83>. Acesso em: 5 jun. 2024.

COSTA, Karinne. Rios, pontes e desigualdades na zona sul do Recife. Marco Zero Conteúdo, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/rios-pontes-e-desigualdades-na-zona-sul-do-recife/>. Acesso em: 21 set. 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (20), 1 ago. 2007.

DINIZ, Fabiano Rocha; ROCHA, Danielle de Melo. A crônica de um desastre anunciado. As palafitas do Recife só são visíveis quando queimam? Observatório das Metrôpoles, 19 mai. 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-cronica-de-um-desastre-anunciado-as-palafitas-do-recife-so-sao-visiveis-quando-queimam/>. Acesso em: 5 dez. 2023.

DOS SANTOS, Caroline G. Políticas habitacionais para a baixa renda no Brasil populista e ditatorial: os processos decisórios de cima para baixo e a contribuição da cidade de Recife nessa discussão. URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 6, p. 402, 2014.

EBRAHIM, Raíssa. Projeto de urbanização do Pina não garante moradia para todas as famílias que serão removidas. Marco Zero Conteúdo, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/projeto-de-urbanizacao-do-pina-nao-garante-moradia-para-todas-as-familias-que-serao-removidas/#:~:text=Das%20951%20moradias%20que%20ser%C3%A3o,restantes%20ir%C3%A3o%20sofrer%20remo%C3%A7%C3%B5es%20parciais>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson; VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Chuvas no Recife: CTTU divulga lista atualizada com pontos de alagamento. Portal Folha de Pernambuco, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/chuvas-no-recife-cttu-pontos-de-alagamento/389586/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 1ª ed. digital. São Paulo: [s.n.], 2013. Publicado originalmente em 1951.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. Painéis Interativos de Dados, 2016-2019. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

G1. Grande Recife tem maior percentual de pessoas em extrema pobreza entre as regiões metropolitanas do país, diz estudo. G1 Pernambuco, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/08/08/grande-recife-tem-maior-percentual-de-pessoas-em-extrema-pobreza-de-todo-o-brasil-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

G1. Quase metade dos moradores de comunidades na Zona Sul do Recife vive com até R\$ 600 mensais, aponta pesquisa. G1 Pernambuco, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/02/04/quase-metade-dos-moradores-de-comunidades-na-zona-sul-do-recife-vive-com-ate-r-600-mensais-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GUIZZO, Iazana. Reativar Territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2019.

HABITAT. Terra e Moradia: Conflitos fundiários urbanos em Pernambuco. Habitat para a Humanidade, 2018.

IBGE. Mapa População dos Municípios de acordo com o Censo 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: resultados do universo — características da população e domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IDEO. Design Kit: The Human Centered Design Toolkit. 2009. Disponível em: <https://www.ideo.com/journal/design-kit-the-human-centered-design-toolkit>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTO UNIBANCO. Abandono e evasão escolar. 2024. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/abandono-e-evacao-escolar>. Acesso em: 20 mar. 2024.

JORNAL DO COMÉRCIO. Aluguel mais caro: veja preços por bairros do Recife, com aumento de até 32%. Jornal do Comércio, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/economia/2022/06/15024719-aluguel-mais-car-veja-precos-por-bairros-do-recife-com-aumento-de-ate-32.html>. Acesso em: 12 ago. 2025.

KOURY, A. P.; OLIVEIRA, B. S. A democracia e a questão urbana na constituinte brasileira (1987-1988). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, e20200007, 2021. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200007>.

LAVORATTI, Liliانا. Direito só no papel - Falta de moradia afeta milhões de brasileiros: muito mais que um simples teto. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, São Paulo, ano 6, edição 51, 7 jun. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1237:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 20 jun. 2024.

LEIAJÁ. Patrimônio do Recife, Parque dos Manguezais está esquecido. *LeiaJá*, 11 mar. 2015. Disponível em: <https://www.leiaja.com/noticias/2015/03/11/patrimonio-do-recife-parque-dos-manguezais-esta-esquecido/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. Publicado originalmente em 2011.

MARICATO, Ermínia. *Cidades e luta de classes no Brasil. Classes? Que classes?: ciclo de debates sobre classes sociais*. Tradução. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung; Fundação Perseu Abramo, 2013.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MELO, Marcus André B. C. Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de Habitação. *ESPAÇO & DEBATES*, n. 24, ano VIII, 1988.

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. A. M. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. *GeoTextos*, v. 4, 2009. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v4i0.3300>.

MIRÓ; RAMOS, Sennor (organizador); prefácio Wilson Freire. *Miró até agora*. 2. ed. Recife: Cepe, 2016.

MOURA, Célio Henrique Rocha. Uma imersão na maré para além das cercas: as representações sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

NAÇÃO DO MARACATU PORTO RICO. A Nação. Disponível em: <https://nacaoportorico.maracatu.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral, 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 5 dez. 2023.

NÚCLEO DE URBANISMO SOCIAL DO LABORATÓRIO ARQ.FUTURO DE CIDADES DO INSPIER; DIAGONAL. Guia prático de urbanismo social: estratégias e metodologias para a implementação de projetos. São Paulo: BEÍ Editora, 2024.

OLIVEIRA, Jeniffer. Ela vai perder a casa para dar lugar ao projeto de urbanização Rio Pina. Marco Zero Conteúdo, 24 out. 2023. Disponível em: <https://marcozero.org/ela-vai-perder-a-casa-para-dar-lugar-ao-projeto-de-urbanizacao-rio-pina/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OLIVEIRA, Waldemar de. Geologia da planície do Recife: contribuição ao seu estudo. Tese de concurso à cátedra de História Natural da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1942.

ONU. Relatório Mundial das Cidades, 2022 / ONU-Habitat. Disponível em: <https://unhabitat.org/wcr/>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nova Agenda Urbana. [S.l.]: ONU-Habitat, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/social-mobility-2018-BRA-PT.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PEDUZZI, Pedro. Falta de acesso à água potável atinge 33 milhões de pessoas no Brasil. Agência Brasil, Brasília, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/falta-de-acesso-agua-potavel-atinge-33-milhoes-de-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 9 ago. 2024.

RECIFE (PREFEITURA). Lei nº 18.770, de 2020. Institui o Plano Diretor do Município do Recife, revogando a Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Recife, 2020.

RECIFE (PREFEITURA). Lei Municipal nº 19.095, de 15 de setembro de 2023. Altera o zoneamento da cidade, instituindo a Zona Especial de Interesse Social 2 – ZEIS 2. Recife, 2023.

RECIFE. Relatório do Processo Participativo da Revisão do Plano Diretor do Recife. Recife: Prefeitura do Recife, 2018. Disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/relatorio-do-processo-participativo-da-revisao-do-plano-diretor-do-recife>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SAINT MARTIN, Júlia. Lei de Terras: a reafirmação da estrutura latifundiária no Brasil. Politize!, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-de-terras/>. Acesso em: 26 maio 2024.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 13, 2023. Disponível em: https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2023/06/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_13.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

SANTANA, Letícia Rocha de; SOUZA, Renan Bandeira Rodrigues de; PONTUAL, Virgínia Pitta. Participação e construção do consentimento: um estudo sobre o Plano Diretor do Recife 2018. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, v. 12, p. 123-145, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/santana_rbdu12/196. Acesso em: 1 set. 2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR-UFRJ, 2011.

SCAGLIA, Ana Laura; PEREIRA, Patrick; DA SILVA, Igor Rapp. O conceito de impacto social na literatura científica brasileira. Intellectus Revista Acadêmica Digital, v. 64, n. 1, 2021.

SILVA, Alexsandra; ANDRADE, Enrique; XENOFONTE, Sulamita (Org.). Minha vida na comunidade. Volume 2. Recife, PE: PROCRIU, 2022.

SILVA, L. S. e; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. Cadernos Metrôpole, n. 19, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SILVA JUNIOR, Marcos Antonio Barbosa da; SILVA, Simone Rosa da. Impactos da urbanização e das alterações climáticas no sistema de drenagem do Recife/PE. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 9, n. 6, p. 2034-2053, 2016.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; SHOVELLER, Jeannie; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz; PEREIRA, Patrick. Desenvolvimento de Consórcios Regionais e Redes Sociais para o Urbanismo Saudável. Revista de Arquitetura da IMED, v. 2, n. 2, p. 96-107, 2013.

SPINK, M. J. P.; MARTINS, M. H. M.; SILVA, S. L. A.; SILVA, S. B. O Direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, p. 1-14, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003207501>.

TORRES, Almir. Índios de Pernambuco. Folheto 44. Departamento de Ciências Sociais, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 28 out. 2000.

TRATA BRASIL. Saúde. Principais Estatísticas, 2021. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/saude/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

UNICEF. Pobreza na infância e na Adolescência. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf. Acesso em: 5 dez. 2023.

UNICEF; PREFEITURA DO RECIFE; MASSAPÊ. Entre Vozes e Vivências: avaliação participativa da rede COMPAZ. Recife, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/innocenti/relatorios/entre-vozes-e-vivencias-avaliacao-participativa-do-compaz>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Vários autores. Parque Capibaribe: a reinvenção do Recife Cidade Parque. Organizadores: Circe Maria Gama Monteiro, Luiz Goes Vieira Filho, Roberto Montezuma. 2ª. ed. Recife, PE: Cepe, 2022